



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

FABIANO MOREIRA DA SILVA

**PROFESSORADO MUNICIPAL DE SALVADOR: QUEIXAS,
CRISES E GREVE (1912-1918)**

SALVADOR

2017

FABIANO MOREIRA DA SILVA

Professorado municipal de Salvador: queixas, crises e greve (1912-1918)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre, sob orientação da Professora Dra. Lina Maria Brandão de Aras.

Salvador

2017

S586 Silva, Fabiano Moreira da
Professorado municipal de Salvador: queixas, crises e greve / Fabiano Moreira da Silva. – 2017.
137 f. : il.

Orientadora: Prof^a Dr^a Lina Maria Brandão de Aras
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017.

1. Professores – Salvador (Bahia). 2. Greve – Professores. 3. Seabra, José Joaquim, 1855-1942. I. Aras, Lina Maria Brandão de. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 370

FOLHA DE APROVAÇÃO

AGRADECIMENTOS

A letra da canção diz que “é impossível ser feliz sozinho”. Ao concluir esta dissertação não posso esconder a minha satisfação e felicidade por ter vencido mais um desafio na vida. Foi um trabalho árduo para quem teve de assumir múltiplos papéis durante essa empreitada como ser esposo, pai, filho, amigo, trabalhar em mais de um local e ainda realizar as leituras, escrita e participação de eventos indispensáveis para quem trilha o caminho da pesquisa.

A felicidade sentida individualmente foi construída coletivamente, daí a importância de registrar os agradecimentos àqueles que fizeram parte desse desafio. Em primeiro lugar quero agradecer aos meus familiares. Aos meus pais pelo exemplo, compreensão e incentivo. À minha esposa Iolanda que compreendeu os meus momentos solitários no computador, que sorria vendo-me conversando sozinho com o texto. Em vários momentos parava ao meu lado, fazia um carinho e queria saber como estava indo a pesquisa. Muitas vezes foi ela quem primeiramente ouviu as descobertas da pesquisa, escutava as minhas dificuldades e incentivava com uma voz doce, “você vai conseguir”. Aos meus filhos, Fabiano e Guilherme, e o sobrinho Gabriel que compreenderam os momentos de ausência e recolhimento do pai e tio. Eles também se interessavam em saber a situação da pesquisa. Eles não sabem, mas muitas vezes quando perguntavam pelo andamento do texto incentivaram para que eu não desistisse.

Realmente é impossível ser feliz sozinho. Nessas breves linhas não será possível enumerar todos que contribuíram para realização desse trabalho, porém gostaria de deixar alguns registros importantes. Ao colega de curso Igor Santiago que numa atitude de desprendimento e boa vontade vendo-me ainda vacilante nos momentos iniciais da pesquisa me apresentou fontes importantes que estruturaram esse trabalho. Valeu Igor pela consideração e desprendimento. Às minhas amigas Karin Renata e Diana Santos que ofertaram algumas horas de seus tempos corridos para escutar, sugerir e criticar o trabalho em desenvolvimento, vocês foram espetaculares. Aos colegas do mestrado, uma palavra define vocês: solidariedade.

Aos meus professores, todo o meu respeito, gratidão e carinho. Sinto a necessidade de manifestar alguns agradecimentos individualizados. Um agradecimento especial à professora Wlamyra Ribeiro de Albuquerque que ainda na

graduação ouviu as primeiras manifestações de desejo de pesquisa, leu os primeiros esboços, fez as primeiras correções e orientou para o caminho da pós-graduação. Não posso deixar de mencionar a professora Maria de Fátima Novaes Pires que atentamente me ouvia nos corredores a caminho da sala de aula e que sempre me perguntava: “como estão os professores?”. Ao professor Antonio Luigi Negro, o Gino, os meus agradecimentos pelas indicações de leitura, envio de fontes de pesquisa, orientações, oportunidades para que eu pudesse falar em sala sobre a pesquisa, enfim, valeu Gino.

Lina Maria Brandão Aras, minha orientadora e incentivadora, obrigado por tudo. Desde os primeiros contatos até os momentos finais você foi presente, eficiente, assertiva e acolhedora. Uma relação baseada no respeito, cuidado e no incentivo. Obrigado por guiar-me por esse caminho difícil e que se tornou facilitado pelas suas orientações.

Enfim, quero estender a minha gratidão a todos os incentivadores que contribuíram para que eu chegasse neste momento importante na vida acadêmica.

Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições.

E. P. Thompson (2011, p.12)

RESUMO

Esta dissertação trata sobre os professores do ensino primário público da cidade de Salvador, o professorado municipal, como eram denominados durante a Primeira República na cidade baiana. Esse trabalho tem como objetivo discutir o professorado do ensino primário da cidade de Salvador como um grupo que protagonizou ações reivindicatórias e que esteve no âmago dos embates que envolveram grupos políticos a partir de 1912 com a chegada de J.J. Seabra ao governo da Bahia e a sua influência da administração municipal. Ao escolher os professores do ensino público primário da cidade de Salvador como objeto de investigação buscou-se analisar as ações desses trabalhadores na defesa dos seus interesses, suas estratégias de mobilização, as articulações estabelecidas com os grupos políticos, a organização do movimento grevista de 1918 que viria a se tornar um elemento de pressão política durante o predomínio seabrista na Bahia. A fonte jornalística foi a base da investigação desta pesquisa aliada a pesquisa nas mensagens dos governadores, os relatórios apresentados pela intendência municipal, os escritos produzidos pelos professores, registros fotográficos, além das produções historiográficas que tratam sobre o tema no período da Primeira República na cidade de Salvador. O texto analisa os personagens, os acontecimentos e o contexto social que levaram o professorado a deflagrar uma greve inédita em 1918 que foi destacada na imprensa local e nacional. A dissertação enfoca que a greve foi uma ação organizada que pautou as suas ações aproveitando-se da instabilidade política naquele momento. O movimento grevista foi fortalecido pelas trocas de experiências e laços de solidariedade dos professores que se estabeleceram anos antes da deflagração do movimento.

Palavras-Chave: Professorado municipal; Primeira República; J.J. Seabra; Greve; Salvador

ABSTRACT

This dissertation deals with the primary teachers of the city of Salvador, the municipal teachers, as they were called during the First Republic in the city of Bahia. This paper aims to present the elementary school teachers of the city of Salvador as a group that carried out claims actions and that was at the heart of the clashes that involved political groups from 1912 with the arrival of JJ Seabra to the government of Bahia and its influence of the municipal administration. When choosing the teachers of the primary public education of the city of Salvador as an object of research, it was sought to analyze the actions of these workers in the defense of their interests, their strategies of mobilization, the articulations established with the political groups, the organization of the strike movement of 1918 which would become an element of political pressure during the Seabra's predominance in Bahia. The journalistic source was the basis of the research of this research. In addition to the newspapers, the messages of the governors, the reports presented by the municipal stewardship, the writings produced by the teachers, photographic registers, besides the historiographic productions that deal with the subject in the period of the First Republic in the city of Salvador served as research source. The text analyzes the characters, the events and the social context that led the teacher to launch an unprecedented strike in 1918 that was highlighted in the local and national press. The dissertation focuses on the fact that the strike was an organized action that guided its actions taking advantage of the political instability at that time. The strike movement was strengthened by the exchanges of experiences and ties of solidarity of the teachers who established themselves years before the outbreak of the movement.

Keywords: Municipal teacher; First Republic; J.J. Seabra; Strike; Salvador

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS	40
FOTO 2	CHEGADA DE J. J. SEABRA EM MARÇO DE 1912 PARA ASSUMIR O GOVERNO DO ESTADO	56
FOTO 3	ALUNOS SENTADOS EM CAIXAS DE QUEROSENE	64
FOTO 4	PROFESSOR VICENTE FERREIRA CAFÉ	90
FOTO 5	NOTÍCIA SOBRE A GREVE DO PROFESSORADO	105
FOTO 6	PROFESSOR CINCINATO FRANCA	105
FOTO 7	PROFESSOR ISAURO COELHO	111
FOTO 8	PROFESSORA EMILIA LOBO VIANNA	113
FOTO 9	PROFESSORA JOVINA DE SENNA MOREIRA	112
FOTO 10	PROFESSOR POSSIDÔNIO DIAS COELHO	116
FOTO 11	PROFESSOR JACINTHO CARAÚNA	120
FOTO 12	PROFESSOR HUGO BALTHAZAR DA SILVEIRA	125

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	PROFESSORAS DO ENSINO PRÍAMRIO E TEMPO DE MAGISTÉRIO	38
TABELA 2	QUANTITATIVO DE ESCOLAS, PROFESSORES E ADJUNTOS	38

LISTA DE SIGLAS

AHMS – Arquivo Histórico Municipal de Salvador

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

BNDigital – Biblioteca Nacional Digital

BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia

IGHB – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

RBDigital - Arquivo Rui Barbosa Digital

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
2	O PROFESSORADO MUNICIPAL DE SALVADOR	23
2.1	Organização do ensino na Bahia	29
2.2	A divisão do ensino público na Bahia	32
2.3	O professorado municipal	36
2.4	O professorado municipal e a participação das mulheres	42
3	RELAÇÕES POLÍTICAS E AS QUEIXAS DO PROFESSORADO	50
3.1	Os professores e as cerimônias de embarque e desembarque	53
3.2	A situação das escolas primária e as queixas do professorado	62
3.3	Os repórteres visitam as escolas	68
4	A CRISE FINANCEIRA DO MUNICÍPIO E O PROFESSORADO	77
4.1	O endividamento do estado e do município	77
4.2	Ameaças de despejos e precariedade dos imóveis escolares	82
4.3	Professorado municipal: experiências e condições de vida	86
4.4	Professorado Municipal: meios de sobrevivência	89
4.5	O professorado, os agiotas e o fiado	94
4.6	O magistério em família	98
5	A GREVE DO PROFESSORADO MUNICIPAL DE SALVADOR	101
5.2	A greve de professorado do 1918	104
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
	LISTA DE FONTES	131
	REFERÊNCIAS	132

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As primeiras décadas republicanas na cidade de Salvador foram marcadas pela instabilidade política, dificuldades financeiras, carestia, agitações sociais e greves. A capital da Bahia foi palco de diversos acontecimentos que contribuíram para as agitações sociais e políticas como as intervenções federais, os processos eleitorais conturbados, o bombardeio da cidade em 1912, movimentos grevistas, as passeatas e comícios contra a carestia, a ação das forças militares e policiais nas ruas produzindo mortos e feridos, os quebra-quebras, o desabastecimento, as epidemias e os embates entre diversos chefes políticos pelo controle do poder no estado.

Um caminho para compreender esse tempo turbulento na cidade de Salvador é o estudo da trajetória de sujeitos e de grupo de trabalhadores que estiveram envolvidos naqueles dias agitados. É apropriado buscar respostas sobre o passado por meio daqueles que vivenciaram os fatos, sofreram as consequências e em alguns momentos manifestaram descontentamentos questionando as ações de quem estava no poder.

Trata-se da gente comum, do trabalhador, do povo. São pessoas que não ocuparam cargos de destaque, não exerceram cargos políticos, não integraram nenhum grupo econômico importante, mas mesmo assim em alguns momentos, principalmente aqueles que envolveram tensão social, tiveram seus nomes registrados nos jornais e nos documentos oficiais. Deixaram vestígios que puderam ser seguidos. Esses personagens históricos esquecidos têm muito a informar sobre um período de agitação social porque segundo nos ensina E.P. Thompson “eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência” (THOMPSON, 2011, p.14).

A agitação social na cidade de Salvador estava diretamente ligada à situação política da cidade, principalmente a partir de 1912, com a chegada de J.J. Seabra ao governo do estado dando início a fase de domínio seabrista que se estenderia até 1924 correspondendo ao período mais turbulento da política baiana durante a Primeira República (SAMPAIO, 1998, p.77).

Envolver a trajetória dos trabalhadores “esquecidos”, da gente pobre e agitada, a situação social turbulenta oferece a oportunidade de conhecer melhor a sociedade soteropolitana daquelas primeiras décadas do século XX tendo como pano de fundo os embates entre grupos políticos. Nesse intuito o grupo de trabalhadores escolhido para favorecer essa investigação foi o formado pelos professores do ensino primário público municipal, ou simplesmente o professorado municipal.

A dissertação tem como objetivo discutir as manifestações do professorado do ensino primário da cidade de Salvador como um grupo que protagonizou ações reivindicatórias e que esteve no âmago dos embates que envolveram grupos políticos principalmente por meio dos jornais no período de domínio seabrista na política baiana. Para atingir esse objetivo questionamentos foram levantados como qual a trajetória do professorado municipal até a culminância da greve de 1918? Como a situação política no estado e na capital contribuiu para as ações reivindicatórias dos professores?

O professorado era o maior contingente entre os funcionários municipais em uma sociedade predominantemente analfabeta (SANTOS 2001, p.34). Essas mulheres e homens letrados exerceram as suas atividades espalhadas por todos os distritos da cidade, tanto nas áreas centrais como na mais afastadas e simbolizavam a missão de instruir a futura geração nos moldes civilizatórios, moderno e com foco patriótico. Por outro lado, esse mesmo grupo recebia baixos salários, normalmente com atrasos, exerciam a sua profissão em condições precárias, normalmente em imóveis improvisados que não atendiam aos requisitos de higiene daquele tempo.

Muitos professores tinham as suas escolas situadas em locais inapropriados como em sótãos, subsolos, fundos de casas, próximo a depósitos de carvão e ao trapiche. Os móveis escolares, em muitos casos, eram insuficientes, danificados, muitos deles emprestados pela vizinhança e não era incomum encontrar situações de mobiliário improvisado a partir de caixotes e latas de querosene.

Este trabalho não tem a pretensão de abordar minuciosamente as atividades do professor do ensino primário público municipal em sala de aula no exercício de sua atividade docente ainda que em alguns momentos para abordar a as condições de trabalho dos docentes houve a necessidade de descrever as condições físicas das salas de aula.

As questões relacionadas aos métodos de ensino, recursos didáticos e conteúdos pedagógicos são temas abordados com excelência por pesquisadores da História da Educação na Bahia que tiveram seus textos utilizados nesta pesquisa. Este trabalho tem o interesse na atuação dos professores enquanto trabalhadores fora de suas escolas, as suas relações com seus pares e com seus superiores que nesse caso eram os representantes da intendência municipal. Devido ao seu objeto de estudo este é um trabalho que também se insere no campo da História da Educação estabelecendo relações com a História Política.

Mesmo com a situação de trabalho precária os professores e os representantes da política baiana mantiveram relações de proximidades no desenrolar da Primeira República. Vale lembrar que havia um discurso partilhado entre autoridade, imprensa e os próprios professores da importância da educação para a formação do cidadão republicano. Sendo assim, em momentos de festejos cívicos, cerimônias políticas, festas escolares ou eventos envolvendo o professorado era comum a participação de representantes da intendência municipal ou do governo estadual.

Ao escolher os professores do ensino público primário da cidade de Salvador como objeto de investigação buscou-se analisar as ações desses trabalhadores na defesa dos seus interesses, suas estratégias de mobilização, as articulações estabelecidas com os grupos políticos, a organização do movimento grevista de 1918 que viria a se tornar um elemento de pressão política durante o predomínio seabrista na Bahia. Esse foi um grupo que possuía características distintas por possuir formação escolar dada pela Escola Normal, exercer as suas atividades regidas por um conjunto de leis específicas e principalmente manter relação de proximidade com políticos tanto da situação como da oposição.

O estudo sobre atuação de grupos de trabalhadores para tratar sobre a Primeira República na Bahia abordando as relações políticas, as agitações sociais, a disputa pelo poder, as condições econômicas do governo e dos trabalhadores, as greves e as estratégias reivindicatórias dos trabalhadores já é uma abordagem consolidada na historiografia baiana.

É estudo desta natureza o trabalho de Robério de Souza, *“Tudo pelo trabalho livre!”: trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909)*, que trata sobre a trajetória e os conflitos que envolveram os trabalhadores das ferrovias baianas,

suas estratégias durante os movimentos grevistas no período, os laços de solidariedade, as relações estabelecidas com os patrões e o envolvimento de políticos durante o movimento. O historiador demonstra que a história da classe trabalhadora brasileira nas primeiras décadas do período republicano não está restrita aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, nem seus personagens são todos de pele clara ou imigrantes europeus e assim como a sua organização, enquanto classe, não pode ser explicada por um viés partidário ideológico definido, mas a partir de experiências mais próximas como a escravidão.

Outro trabalho importante foi o de Mario Augusto da Silva Santos, *Casa e balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)*, que abordou os empregados das casas comerciais, os caixeiros, o seu cotidiano de trabalho, as relações patrão-empregado e o envolvimento político. Como descreve o autor a problemática foi “o conteúdo do seu comportamento diante das forças conservadoras e renovadoras da época”. É também do professor Mario Augusto da Silva Santos o estudo sobre a atuação da Associação Comercial da Bahia nas primeiras décadas republicanas na sua obra *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: Um Grupo de Pressão*. Neste trabalho o historiador aborda a Associação Comercial da Bahia e sua forte influência nos acontecimentos políticos do estado sendo denominado pelo autor como um grupo de pressão que esteve envolvido nos diversos acontecimentos que provocaram agitação social na cidade de Salvador.

Merece destaque o trabalho de Aldrin Castellucci que abordou a atuação reivindicatória e política dos operários baianos e a greve realizada em 1919 na cidade de Salvador. Na dissertação *Salvador dos Operários: uma história da greve geral de 1919 na Bahia* o historiador trata da conjuntura que envolveu a greve dos operários principalmente na cidade de Salvador. Em seu texto Castellucci aborda os fatores que motivaram o movimento grevista como a carestia e escassez de alimentos, a especulação imobiliária, os baixos salários e as condições de trabalho. O historiador destaca que diferentemente das greves operárias que ocorreram individualizadas anteriormente, a greve de 1919 teve a participação conjunta de diversas categorias provocando a reação do governo e das associações representativas dos patrões.

Entre as reivindicações dos trabalhadores estavam a jornada de oito horas, fim do trabalho infantil e isonomia salarial entre homens e mulheres. O autor

considera que houve conquistas para os trabalhadores com o movimento de 1919 apesar das retaliações sofridas como a demissões dos muitos envolvidos com a greve. Outras considerações do autor foram a politização da greve, a formação dos sindicatos, o crescimento dos laços de solidariedade entre os operários e o surgimento da imprensa operária.

Os estudos históricos sobre a educação na Bahia no período da Primeira República vêm contribuindo para ampliar o conhecimento sobre esse importante e agitado período da história ao abordar em suas pesquisas os professores e suas relações com outros grupos como políticos, jornalistas e a sociedade em geral. São estudos que tem por objetivo apresentar a ações dos professores para além da sala de aula e o seu protagonismo na sociedade.

Na abrangente obra do professor Luís Henrique Dias Tavares, *História da Bahia*, ao tratar do período referente a Primeira República e as agitações sociais e políticas durante o período seabrista é apresentado um resumo sobre a greve dos professores primários da capital no ano de 1918 durante o governo de Antonio Moniz que antecederia o movimento grevista de diversas categorias profissionais em 1919. No breve relato, o autor cita o atraso no pagamento dos salários dos professores de quase três anos como motivo da greve e lista outras ações tomadas pelos professores como a realização de passeatas, reuniões, concentrações, utilização da imprensa anti seabrista por parte “de ilustres mestres do professorado das escolas primárias” para fazer acusações contra o governo.

Um trabalho relevante que trata da história da educação na Bahia foi elaborado por Maria Conceição B. da Costa e Silva (1997), *O ensino primário na Bahia (1889-1930)*, que aborda as ações dos professores e professoras do ensino primário e traça um panorama sobre a situação do ensino primário em vários municípios baianos relacionando às condições de dificuldade econômica do Estado e dos municípios bem como a influência das agitações políticas do período. Esse trabalho tem o mérito de apresentar os nomes de vários professores e professoras que atuavam no período, a descrição das salas de aulas destacando a precariedade dos imóveis, as condições ruins do mobiliário escolar e a greve do professorado municipal em 1918.

Tratando sobre a greve do professorado municipal em 1918 destaca-se o artigo elaborado por Ana Alice A. Costa e Héliida Conceição (2011), *A Revolta dos*

Resignados. Neste artigo panorâmico as autoras tratam do movimento grevista do professorado municipal com destaque para a participação feminina entre as lideranças da greve da categoria em 1918. Baseando-se em fontes jornalísticas o artigo apresenta os nomes das professoras que fizeram parte da comissão do *Centro de Defesa do Professorado Primário Bahiano* que esteve à frente das negociações junto à intendência municipal. Ao apresentar o protagonismo feminino o artigo é um sugestivo caminho para abordar a questão de gênero nos movimentos de trabalhadores durante a Primeira República na Bahia.

Outra obra importante que enriquece o tema é o livro *A Salvação pelo Ensino Primário: Bahia (1924-1928)* escrito por José Augusto Ramos da Luz (2013) resultado de sua tese de doutorado. O autor analisa o contexto político, social e econômico para tratar das mudanças ocorridas na educação primária na Bahia ocorrida no Governo de Góes Calmon tendo por perspectiva eventos ocorridos nos governos anteriores como o movimento reivindicatório do professorado, a recuperação da crise econômica e os anseios por mudança no sistema de ensino que culminaram na reforma educacional que teve a frente Anísio Teixeira.

Utilizando como fontes as falas dos governadores, relatórios emitidos pelos responsáveis pela instrução pública, jornais, revistas, biografias, cartas, fotos e publicações do período, o autor apresenta um panorama da situação da educação na Bahia nos anos que antecederam a década de 1920. Esse foi um período em que prevaleceram os embates políticos, a crise economia e a crise educacional. A obra é relevante porque apresenta a possibilidade de tratar aspectos importantes relacionados à Primeira República tendo por base a escola e o protagonismo dos professores. Ao aproximar as questões educacionais de outras temáticas como o mundo do trabalho e a política a obra amplia a possibilidade para que os assuntos relacionados com a instrução pública dialoguem, cada vez mais, com outras áreas da História.

É na perspectiva da troca de experiência dos sujeitos históricos que foi verificado o percurso trilhado pelo professorado municipal do início do primeiro mandato de Seabra em 1912 até a greve do grupo profissional em 1918. Ao tratar da noção de experiência dos sujeitos históricos recorreu-se a E.P. Thompson para demonstrar como esses homens e mulheres, ao longo do tempo, criaram e mantiveram redes de relacionamento, compartilharam ideias entre si e com as

autoridades, articularam redes de solidariedade e conseguiram evidenciar as suas queixas e dificuldades em meio às disputas políticas pelo poder na Bahia.

Pretende-se demonstrar que o movimento do professorado foi organizado e até certo ponto dotado de um planejamento contrapondo a ideia de que os movimentos grevistas na Primeira República na Bahia tinham um caráter espontâneo e motivado por questões pontuais.

Para realização dessa pesquisa foi imprescindível a busca de informações em jornais que circulavam na cidade de Salvador no período delimitado. A fonte jornalística foi a base da investigação devido a disponibilidade, facilidade de acesso aos periódicos e o fato do tema ser amplamente abordado pela imprensa no período delimitado. A existência de periódicos declaradamente seabrista como o *Gazeta do Povo* e o *Democrata* e outros declaradamente da oposição como o *Diário da Bahia* e o *A Tarde* além daqueles que mesmo sem uma posição declarada destacavam o noticiário político como o *Diário de Notícias*, *Imparcial*, *Moderno* fez com que assuntos como a situação da instrução pública da cidade fosse tema recorrente nesses jornais através de reportagens e artigos, muitos deles apresentados na primeira página.

A utilização das fontes jornalística exigiu cuidados por parte do pesquisador porque as notícias publicadas eram fortemente influenciadas pela rivalidade política e muitas vezes os textos eram carregados de sentimentalismos e até exageros para dar notoriedade ao tema. O cuidado principal foi relacionar as informações obtidas nos jornais com outras fontes de pesquisas como as mensagens dos governadores, os relatórios apresentados pela intendência municipal, os escritos produzidos pelos professores em forma de cartas, as teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas, registros fotográficos, documentos jurídicos, publicações de professores e políticos além das produções historiográficas que tratam sobre o tema no período da Primeira República na cidade de Salvador.

As fontes jornalísticas são ricas porque além dos fatos, apresentam nomes, rostos, opiniões, descrições físicas que contribuíram para traçar trajetórias e conhecer um pouco mais sobre os professores e professoras para além das salas de aula.

O trabalho está dividido em cinco sessões. A primeira sessão chamada de “Considerações iniciais” é apresentada o objeto de pesquisa, a motivação para a investigação, os objetivos, as fontes utilizadas além de uma breve apresentação das obras que se ocuparam atuação de grupos de trabalhadores para tratar sobre a Primeira República na Bahia abordando as relações políticas e as questões sociais. Nesta sessão também são abordadas algumas obras que tem o professorado municipal e a questão da instrução primária como tema de investigação histórica.

Na segunda sessão intitulada “O professorado municipal de Salvador” será abordado as ações voltadas para o ensino primário público na Bahia e a sua municipalização a partir da implantação do regime republicano. Estas ações estavam relacionadas com os anseios difundidos e assimilados nos anos iniciais da República sobre a importância da escola e da instrução pública principalmente com o foco de formar o cidadão republicano e o trabalhador dócil para uma sociedade que se industrializava. Essa importância se evidenciou com os regulamentos e leis que tratavam sobre a organização do ensino público na Bahia e colocava regras ao trabalho do professor.

Um aspecto da organização do ensino público que será tratado é a decisão de municipalizar o ensino primário público. Essa foi uma decisão que enfrentou críticas porque para ofertar um ensino público, gratuito e obrigatório, como foi determinado em lei, foi necessário custear uma estrutura formada por professores, professoras, adjuntos além da necessidade de imóveis onde pudessem ser instalas as escolas. Desde os primeiros anos da municipalização do ensino primário os professores e principalmente as professoras que eram a maioria entre os docentes, conviveram com atrasos recorrentes nos seus vencimentos e tiveram que exercer o seu trabalho em condições precárias.

Para estabelecer um elo entre a situação do ensino primário da capital com o contexto político trato da chegada de J.J Seabra ao cargo de governador da Bahia, a sua influência na administração da cidade de Salvador através do envolvimento na escolha dos Intendentes e a movimentação dos grupos de oposição que passaram a utilizar a imprensa criticar o governo e seus aliados.

Na terceira sessão, “Relações políticas e as queixas do professorado municipal”, será abordada as relações de proximidade entre o professorado municipal com as autoridades políticas. Será demonstrado que esses momentos de

proximidade aconteciam em espaços diversos e tinha como característica visibilidade dada pelos periódicos que apoiavam os seabristas. Entre esses momentos será descrita a cerimônia de desembarque do governador eleito J.J. Seabra e a participação dos professores com seus alunos que estiveram presentes para homenagear o influente político.

Em diferentes momentos professores e autoridade dividiram os mesmos espaços como os dias de exposição anual dos trabalhos escolares, as conferências pedagógicas de 1913, 1914 e 1915 além do 3º Congresso de Instrução que ocorreu na cidade em 1913. Foram momentos em que alguns professores se aproveitaram para verbalizar as suas queixas em relação aos seus vencimentos, as condições das escolas e dos mobiliários escolares. A instrução pública era um assunto que recorrentemente era abordado pelos maiores periódicos da cidade. São as reportagens desses periódicos que nos permite ter uma ideia de como eram as escolas por dentro e as condições de trabalho dos professores.

Na quarta sessão será apresentada a crise financeira da cidade, a carestia, as agitações sociais que se acentuaram com a mudança de governo. A chegada de Antonio Moniz ao governo do estado potencializou as queixas do professorado e influenciou no distanciamento entre o professorado e as autoridades municipais. A crise financeira da capital baiana foi causada por fatores diversos como as más administrações da cidade, o déficit entre receita e despesas municipais, os gastos com as reformas urbanas, o alto endividamento devido aos empréstimos adquiridos no país e no exterior que dificultava a aquisição de novos créditos. O professorado municipal foi diretamente atingido pela falta de pagamento de seus vencimentos e da verba destinada à ajuda de custo para pagamento dos alugueis onde estavam instaladas as escolas tendo por consequência as ameaças de despejos.

Na quinta sessão será tratada a greve do professorado municipal que aconteceu em 1918. Neste ultimo capítulo será abordado as ações do professorado municipal durante a greve e as reações da intendência municipal e do governo do estado. Neste capítulo será demonstrado como os periódicos de apoio ao governo e os de oposição trataram o assunto da greve durante o período de sua ocorrência. Nesta parte do trabalho o esforço será demonstrar que o movimento grevista do professorado municipal foi organizado, teve muitas de suas ações planejadas e que soube se aproveitar do momento de instabilidade política para dar visibilidade as

suas reivindicações com o apoio da imprensa de oposição. Neste capítulo serão apresentadas as manifestações individuais dos professores juntamente com suas imagens e também as demonstrações das ações de solidariedade do grupo.

2 - O PROFESSORADO MUNICIPAL EM SALVADOR

Nos anos iniciais da República a educação foi um tema que esteve presente na organização das leis que embasaram o novo regime de governo. Em termos de educação pública a República não apresentou novidades em relação do que já vinha sendo implantado no regime monárquico. Segundo Nagle (2004, p.261) desde o final do Império havia um “fervor ideológico” que colocava a educação como um dos meios principais para a redenção do país.

Em relação às ações de governo e da sociedade Souza (2008, p.160-166) aponta que os esforços estavam voltados para a escolarização, ou seja, a sistematização da escola como uma instância educativa e o incentivo à cultura escolar por meio dos métodos de ensino, formação de professores, criação de materiais didáticos e adoção de normas e regras voltadas para a instrução pública.

A constituição federal de 1891 não apresentou mudanças significativas referentes à instrução pública no país. O principal conjunto de leis do país limitou-se a determinar ao congresso nacional a incumbência, mas não privativa, de animar, ou seja, estimular o desenvolvimento das letras sem interferir nas ações dos estados (Art. 35 § 2º).

Ao Congresso também foi permitido a criação de instituições de ensino secundário e superior nos estados e no distrito federal (Art. 35 § 3º e 4º). Neste termo da lei não houve determinação para que o governo federal se responsabilizasse em relação ao ensino primário, mas por outro lado não permitiu o voto ao analfabeto (Art. 70 § 1º).

A lei federal deixou para os estados a incumbência de organizar o ensino primário por meio das suas constituições estaduais. Caberia aos estados a estruturação do ensino, o estabelecimento das regras e a provisão financeira para implantar a instrução pública secundária e primária. Naquele momento organizar a instrução pública primária era ofertar escolas onde as crianças pudessem desenvolver mais do que a leitura e a escrita. Conforme ditava a Lei que organizava o ensino público na Bahia em 1895:

O ensino público no Estado da Bahia tem por objectivo a criação, organização e manutenção de instituições que promovam e aperfeiçoem o desenvolvimento físico, intelectual e moral do individuo, dando-lhe uma educação integral que o habilite a bem servir a família e a sociedade. (BAHIA. Lei 117, artigo 1º de 24 de agosto de 1895. In SANTANA et al, 2011)

A escola não se limitaria a ensinar a leitura, escrita, operações matemáticas e conhecimentos gerais. Ela deveria propor uma formação moral voltada para o comportamento, as atitudes e os valores que se adequasse ao ideal republicano e favorecesse condições de servir a sociedade. Esperava-se do ensino público a capacidade de moldar o cidadão republicano.

Ao tratar da relevância que a educação tinha no projeto republicano Luz (2008, p.234) afirma que a escola se tornou o principal instrumento da utopia de civilização para o progresso, normatização, disciplina, moralização, a formação do cidadão cômico do seu dever. Para aquela elite era necessário disciplinar o comportamento das classes populares porque sem essa interferência e orientação não seria possível inserir o povo no modelo de modernidade e progresso.

O progresso pode ser entendido como o esforço de acompanhar e fazer parte do desenvolvimento científico e tecnológico que já vinha ocorrendo em alguns países europeus e nos Estados Unidos. Para muitos integrantes da elite republicana o novo modelo de governo permitia um avanço acelerado em busca desse progresso que baseado na ciência e nas suas descobertas seria infalível e inevitável.

O impeditivo para atingir o progresso semelhante ao que se percebia entre os europeus e norte americanos era a presença incomoda de elementos que lembravam o passado dos tempos imperiais. Segundo Sevckenko (1998, p.27-28) a nova elite no seu afã modernizador reduzia a complexidade da situação social brasileira nas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão. Essa mesma elite mantinha o sentimento de vergonha, desprezo e ojeriza em relação ao passado e aos grupos sociais que mantinham práticas que lembrasse aquilo que era demandado esforço para o esquecimento.

Na cidade de Salvador era difícil esquecer esse passado. Prevalecia na cidade construções diversas que mantinham ares coloniais ao lugar. Os serviços

como fornecimento de água encanada, esgotamento sanitário e coleta de lixo eram incipientes dando o aspecto de uma cidade suja com suas ruas tortuosas e estreitas. A maior parte dos habitantes da cidade trazia na pele a lembrança do passado escravista. A população de Salvador era majoritariamente negra.

Segundo Fraga Filho (2006, p.329) nos últimos anos do século XIX a cidade foi o destino principal dos egressos da escravidão oriundos das cidades do interior do estado. Fazendo uma análise dos dados apresentados pela historiadora Kátia Mattoso, Fraga Filho aponta que 67,4% da população soteropolitana era formada por não brancos.

Analisando o objetivo e o desejo em relação ao ensino primário Luz (2013) sinaliza que cabia à escola preparar o cidadão republicano e este deveria ser desprendido dos costumes dos tempos do império, tinha que valorizar a higiene, a ciência, o progresso, a modernidade, estar apto para demanda da industrialização se tornando uma mão de obra dócil e disciplinada.

O desejo de forjar o trabalhador disciplinado já era uma manifestação anterior ao advento da República conforme é discutido por Ione Celeste Souza na tese *Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia-1870 a 1890*. Neste trabalho a historiadora trata sobre as iniciativas para oferta de ensino ao povo pobre e de cor entre os anos de 1870 a 1890. Segundo a pesquisadora as iniciativas de oferta de instrução para esse grupo esteve relacionado com a tentativa de estabelecer controle para forjar o trabalhador disciplinado e civilizado com costumes diferentes do período em que prevaleceu a escravidão. Souza considera que

essa estratégia buscou forjar experiências para a construção de um sujeito cidadão, minimamente instruído, educado, higienizado, religioso e moralmente bem formado no amor ao trabalho - em todas as suas expressões- e imbuído do intuito e da responsabilidade do *progresso do país*. Enfim, um sujeito que, na expressão repetida por todos os gestores dessa educação escolarizada - fosse útil a si e a Sociedade” (SOUZA, 2006, p.224).

Ainda segundo a autora a escola deveria inspirar nos alunos o amor a Deus, a pátria e a disciplina ao trabalho que em sua tese é apresentada como o crucifixo representando a fé católica, o busto do monarca como o amor a pátria e o relógio na parede representando a disciplina. Na tese são apresentados exemplos da presença desses três objetos no ambiente escolar.

Pesquisando periódicos do ano de 1913 foi verificado que esta prática ainda se mantinha. Na entrevista da professora Emilia Lobo Viana ao repórter do jornal *O Moderno* ela tratou sobre alguns quadros que seriam colocados na parede da sala de aula e serviram para palestras às alunas. As imagens do quadro, segundo a professora eram “o Homem de Deus [...] com a inscrição “Eu sou o caminho, a verdade e a vida”, outro com a imagem do Barão do Rio Branco que segundo a professora foi o “integralizador do nosso território” e o terceiro com a imagem do intendente Júlio Viveiros Brandão que, segundo a professora” representava “o espírito altruísta que tornou uma verdade o ensino nesse município. Respeitai-os sempre!”.

Os anseios em relação à educação não estavam restritos aos integrantes do governo e aos que formavam a elite econômica. Segundo Miguel Luiz da Conceição (2005) em seu trabalho *O aprendizado da liberdade: educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista*, os egressos da escravidão e o povo pobre também buscaram a instrução como estratégia da luta por espaços de autonomia e negociação.

A educação formal serviria como meio para ocupar espaços na dinâmica social republicana. A população, majoritariamente com traços afrodescendentes, era em sua maioria analfabeta. Em relação ao estado da Bahia o censo de 1872 indica um analfabetismo de 79,7% entre pessoas de cinco anos ou mais. Já no censo de 1920 esse numero quase não sofreu alteração apresentando 78,5% de analfabetos (FERRARO e KREIDLOW, 2004, p.179-200).

Em levantamento realizado por Sampaio (1998, p.22) os dados são ainda mais restritivos informando que apenas 8% da população sabia ler e escrever em 1890 e apenas 5% em 1920. O analfabetismo era tido como um empecilho para atingir o tão desejado progresso, a modernização e civilidade aos moldes europeus esperada com a implantação da República daí a relevância dada à instrução pública.

Mesmo com todas as dificuldades e precariedades na oferta do ensino primário prevalecia um discurso que era repetido pelas autoridades, imprensa e pelos próprios professores sobre a relevância do ensino para a sociedade e importância do papel dos professores.

Os professores também se manifestavam a favor da importância da instrução para o desenvolvimento da nação. Em 1893 o professor Pedro Celestino da Silva publicou texto na Revista do Ensino Primário sobre o “Ensino da Arithmética” em que tratava dos métodos para o ensino da disciplina com uso de instrumentos pedagógicos e de livros didáticos que seria um facilitador para o ensino de cálculos. Para fundamentar a sua tese o professor fazia comparativos com o ensino nos Estados Unidos e na Alemanha.

Ao final do seu texto o professor mandava um recado direto para os ocupantes do poder legislativo que naquele tempo discutiam reformas em relação ao ensino. O professor apelou para o senso patriótico os envolvidos na discussão da reforma do ensino e cobrou melhorias nas condições das escolas públicas lembrando que o ensino público é “a mais séria, a mais viva preocupação dos governos livres, por ser também a mais importante e urgente do nosso tempo”¹.

Nessa mesma revista em texto sobre “Higiyene Pedagógica” transcrito de um médico, que infelizmente não teve o seu nome identificado, foi defendido o desenvolvimento físico juntamente com o intelectual das crianças porque essas são “o gérmen do futuro cidadão, e este é para pátria a força motriz de todo progresso, de toda prosperidade”. Conclui o articulista que é a escola em conjunto com a família que pode ofertar condições para as “conquistas da civilização”. Temas como patriotismo, civilização, ciência, ordem e progresso estavam presentes nos discursos republicanos.

Difundia-se a ideia de que cabia ao professor a missão de preparar o cidadão republicano do futuro. Para Ernesto Carneiro Ribeiro, médico, linguista, professor e educador relevante na sociedade baiana e brasileira, “a escola é a forja em que se forma o caráter nacional e os mestres, os seus destros, os infatigáveis obreiros dessa forja”². Para o distinto educador o professor devia refletir que

é grande, é imensa, é santa a sua missão, quando, recebendo das mães de família os penhores do seu amor, ainda aquecidos pelos ósculos e carinhos maternos, lhe vem essas confiar a sua guarda vigilante e zelosa

¹ Verificar em Revista do Ensino Primario disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129734>

² Discurso realizado pelo Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro durante Conferencia realizada em 21 de abril de 1915 no auditório do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia perante “mais de 300 pessoas da fina flor da sociedade bahiana”. Ver: RIBEIRO, Ernesto Carneiro. A educação e suas relações com a moral. Bahia.1915 p,11.

o depósito sagrado desse cidadãozinhos, ainda em flor, e elle, o mestre, o pai, o prestante obreiro do futuro.³

Este foi um discurso assimilado e defendido pelo professorado municipal quando dirigiam cobranças e reivindicações aos representantes do poder municipal ou quando tratavam do assunto entre seus pares. A imprensa foi utilizada regularmente para apresentar queixas e cobrar um melhor tratamento a quem estava entregue a missão de cuidar dos filhos da nação. Menções como a missão, o sacerdócio, o condutor para a civilidade, o formador do cidadão patriótico estavam presentes nos discursos que se referiam ao professor e, muitas vezes, foram utilizados pelos docentes para sensibilizar as autoridades públicas quando discursavam e manifestavam seus pedidos e suas queixas.

Um dos empecilhos para melhores resultados no processo de escolarização foi a situação financeira do estado e do município. As intenções, os discursos e até o que se determinava em lei encontravam como obstáculo para sua concretização a falta de recursos financeiros por parte dos governos e intendentes.

Nos primeiros anos da República na Bahia as discussões em torno de como seria a oferta da instrução pública e os recursos financeiros necessários para sua viabilidade mobilizaram as autoridades políticas. Os episódios iniciais envolvendo os primeiros governadores do estado nos servem de exemplo. Após a Bahia aderir à República tomou posse como governador o Sr. Virgílio Damásio que após cinco dias passaria o cargo para Manuel Vitorino Pereira obedecendo a uma orientação e exigência de Ruy Barbosa (TAVARES, 2008, p.300).

A educação pública fez parte das ações do governo provisório de Manuel Vitorino que se destacou pelos Atos referentes à organização da educação baiana tendo em vista a sua universalização. Antonietta de Aguiar Nunes (2007) defende que as ações do governador Manuel Vitorino Pereira em relação à educação foram inspiradas na organização do sistema educacional europeu baseado nos ideais republicanos voltados para universalização, obrigatoriedade e gratuidade.

Foram nove atos voltados para educação que tratavam dos recursos financeiros, organização e divisão da instrução pública, a inspeção higiênica, a obrigatoriedade do ensino primário para crianças entre 6 a 13 anos de idade, o

³ Idem.

recenseamento escolar, impostos para financiar a instrução pública, chamada do capital privado para investir na construção de prédios escolares e, por fim, a criação do Conselho Superior de Ensino (TAVARES, 2008, p. 301; NUNES, 2007, p. 97).

As ações não chegaram a ser colocadas em prática devido à crise política durante o governo de Manuel Vitorino quando este se desentendeu com os mandatários locais por causa da nomeação de intendentess sem consultá-los. Essa situação motivou críticas nos jornais pelos opositores e campanhas populares contra a permanência do governador no cargo.

O governador Manuel Vitorino pressionado e sem apoio para continuar no cargo transmitiu o governo ao comandante das Armas, Marechal Hermes da Fonseca, em abril de 1890 (TAVARES, 2008, p.302). O governador Hermes da Fonseca após assumir o governo anulou os Atos educacionais propostos por Manuel Vitorino justificando a “atenção aos cofres públicos do Estado” (NUNES, 2007, p.102). A discussão relacionada aos custos da educação pública e os impactos nas contas públicas foram recorrentes durante a maior parte da Primeira República na cidade de Salvador.

2.1 Organização do ensino na Bahia

Em 02 de julho de 1891, já no governo de José Gonçalves da Silva, foi promulgada a primeira constituição da Bahia que, entre outros temas, tratou da instrução pública. A Constituição Estadual de 1891 apresentou leis que nortearam as ações do governo estadual e municipal referente à temática educacional.

Foram poucos artigos que trataram sobre tema destacando-se o que versava sobre a Declaração dos Direitos e Garantias em que o Estado garantiria a instrução pública primária, secundária e profissional (Art. 136 § 29) e, também, o que determinava que instrução primária seria gratuita, obrigatória e universalizada (Art. 148). O artigo 5º das disposições transitórias determinava que em breve prazo deveriam ser promulgadas leis concernente ao ensino público (Art. 5º § 2º).

Um ponto da constituição estadual que gerou polêmica e debates calorosos entre deputados foi o que transferiu a competência do ensino primário aos municípios. Segundo o artigo 109, inciso VI, cabia aos municípios

criar, manter, transferir e suprimir escolas de instrução primária, com o concurso do Estado, onde o município não puder desempenhar este serviço, e sem prejuízo das instituições congêneres que aquelle entenda criar e manter. (BAHIA, 1891, p.36).

O imperativo da Lei colocava para o município a responsabilidade de administrar uma estrutura grande e custosa. Para o funcionamento do ensino primário eram necessários professores e professoras, já que as aulas eram divididas por sexo, além de adjuntos para o auxílio dos docentes, inspetores, materiais didáticos, mobiliários e imóveis onde funcionariam as escolas.

O dispositivo constitucional que municipalizava o ensino primário gerou discussões nas sessões da Câmara dos Deputados da Bahia. Segundo Silva (1997, p.45), de maneira geral existia na Câmara um entendimento pouco favorável à transferência do ensino primário para o município devido à preocupação com a situação financeira do tesouro municipal. Esse tema provocou debates entre deputados com destaque para Virgílio Lemos e Antonio Bahia.

O deputado Virgílio de Lemos foi um ferrenho crítico da iniciativa de transferir o ensino primário do estado para o município. Para o deputado a decisão foi fruto de um radicalismo que não levou em consideração a situação de pobreza, falta de recursos financeiros e competência para gerir esse tipo de serviço. Posicionando contrariamente estava o deputado Antonio Bahia que era defensor da autonomia municipal, da descentralização administrativa e econômica. Segundo o deputado Antonio Bahia o ensino primário deveria ser responsabilidade municipal. Para o deputado o município deveria ser autônomo chegando a afirmar que “no regime federativo a tutela do município é absurda!”⁴.

Mesmo com todas as críticas a regulamentação do ensino público na Bahia se deu pela Lei nº 117, de 24 de agosto de 1895 que reafirmava no seu artigo 6º a

⁴ Verificar em BAHIA. Annaes da Camara dos Senhores Deputados do Estado Federado da Bahia : Sessões do anno 1894. Volume 1. Typographia do Correio de Notícias. 1894, p.108. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/236586/108>>

competência dos municípios em criar, manter e fiscalizar o ensino primário. Visando garantir a manutenção financeira do ensino primário municipal o texto da Lei no artigo 12º determinava que os municípios fossem obrigados a aplicar pelo menos a sexta parte de sua receita bruta para custear a educação primaria, além dos impostos que pelas leis fossem exclusivamente destinados a este serviço.

Sem alternativa o Intendente Municipal interino José Eduardo Freire de Carvalho Filho assinou o decreto lei nº. 219 no ano de 1896 emitido pelo Conselho Municipal instituindo o ensino primário na cidade de Salvador.

Pouco tempo depois, em 1889, o intendente Francisco de Paula Guimarães enviou uma mensagem ao Conselho Municipal citando que entre os serviços mais onerosos para a intendência estava a “instrucção pública”. O intendente reclamou que o ensino primário foi transferido ao município em condições precárias e onerosas e por isso exigia alteração na lei 219⁵. Os serviços onerosos tratados pelo intendente seriam aqueles que o artigo 109 inciso 7º atribuía ao município como

despesas com os serviços de vacinação, iluminação publica, asseio, limpeza, calçamento, esgoto, arborisações, ajardinamentos e quaesquer outros, inclusive com o de soccorros aos indigentes e enfermos pobres do municipio e demais serviços de assistencia publica (BAHIA, 1891,p.36).

Tratando sobre os impasses referente a passagem das escolas do estado para o município Vinagre (2014, p.78-80) comenta sobre as condições em que ocorreu essa transferência. Segundo a pesquisadora as escolas foram passadas para o município em condições precárias e desprovidas de material escolar e mobílias.

Os professores do estado que foram transferidos para esfera municipal já estavam com salários atrasados de quatro meses e essa dívida foi assumida pela intendência. Em relação as dívidas com salários atrasados, Santos (2001, p.36), verificou que entre 1901 a 1908 os professores municipais já criticavam a falta de pontualidade e os atrasos nos vencimentos já acumulavam nove meses em 1908.

Por não ser o objeto de pesquisa desse trabalho não foram analisados os orçamentos e os resultados apresentados pelos gestores municipais no período e desde já fica a sugestão para realização de pesquisas que tenham como tema a

⁵ BPEB. Setor de Periódicos. Jornal de Notícias, 11 de janeiro de 1898, f.1

situação financeira da cidade de Salvador nas primeiras décadas republicanas que seria de grande valia para trabalhos que venham abordar os impactos da situação financeira do município na vida dos soteropolitanos.

Em relação às críticas e o temor referente à passagem do ensino primário para o município o tempo mostraria que isso tinha fundamento. Nos momentos de crise envolvendo a questão do ensino primário, o professorado municipal e a intendência a forma como o ensino primário foi transferido para o município era lembrada como um fator de desestabilização das contas municipais.

Em 1918, o Senador Estadual Campos França fez um discurso na tribuna sobre a questão do professorado municipal que se encontrava em greve afirmando não ser essa situação de crise estranha ao Senado uma vez que se sabia que o município não tinha recursos suficientes para a manutenção da instrução pública⁶.

2.2 - A divisão do ensino público na Bahia

Na Bahia o ensino público estava sistematizado por meio de leis, decretos e atos do governo que determinavam como deveria ser a divisão do ensino, os tipos de escolas, aspectos pedagógicos referentes aos horários, disciplinas, atividades, a estrutura administrativa, os direitos e deveres dos professores, medidas disciplinares para os docentes, organização dos concursos para ingresso no magistério, os materiais didáticos, o mobiliário necessário, tabela de vencimentos com os respectivos cargos entre outros aspectos⁷.

O ensino estava dividido em primário, secundário, profissional e superior. A responsabilidade legislativa e administrativa da instrução pública era dividida entre o Estado e os municípios. Ao estado competia a responsabilidade pelo ensino secundário, profissional, superior e o ensino primário nos municípios que não tinham condições de ofertar essa modalidade. Os municípios que tinham condições

⁶ BPEB (Biblioteca Pública do Estado da Bahia). Setor de Periódicos. O Democrata, 18 de abril de 1918, f.1

⁷ Para melhor conhecer as diversas leis, atos e decretos referentes a instrução pública na Bahia durante o período da Primeira República verificar os volumes 1 e 2 da publicação produzida pelo Grupo de Pesquisa em Educação e Currículo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB): Elizabete Conceição et al. *A construção da escola primária na Bahia: guia de referências temáticas nas leis de reforma e regulamentos, 1890-1930*. Salvador: EDUFBA, 2011.

econômicas satisfatórias arcavam com o ensino público primário responsabilizando-se administrativamente por este como no caso da cidade de Salvador.

O ensino em estabelecimentos privados e sua realização em domicílio eram permitidos. No caso dos estabelecimentos privados, estes deveriam fornecer informações referentes à matrícula e frequência, seguir a organização pedagógica proposta pelo poder estadual e poderiam ser visitados pelos inspetores do ensino público.

Segundo levantamento realizado pelo professor Alberto de Assis (BAHIA, 1923, p.312) havia na cidade 63 estabelecimentos particulares de ensino primário e secundário sendo que alguns deles funcionavam em regime de internato. No caso do ensino em domicílio caberia ao professor que o ministrasse a emissão de atestado para comprovar a atividade⁸.

A lei não proibia de forma clara e direta que professores do ensino primário municipal atuassem concomitantemente no ensino privado ou em domicílio, porém a lei determinava que o professor estivesse em sala de aula até a saída do último aluno e proibia aos professores e adjuntos ausentar-se da escola sem licença ficando sujeito a penas que podiam ser advertência, censura pública, suspensão, remoção e até perder a condição de professor⁹.

O horário de funcionamento das escolas era outro impeditivo para que os professores atuassem simultaneamente em dois estabelecimentos de ensino uma vez que as escolas funcionavam no período matutino e parte do vespertino. Segundo ato n. 425, de 24 abril de 1899, a Intendência Municipal de Salvador determinava que as escolas primárias mistas deveriam iniciar as suas atividades às 08 horas da manhã e encerravam às 4 horas da tarde. As escolas de 1º grau iniciavam as suas atividades às 09 horas da manhã e encerravam às 2 horas da tarde. (SANTANA, 2014, p.229)

Os professores na cidade de Salvador estavam agrupados de acordo ao nível de ensino em que atuavam. O ensino secundário não era obrigatório e destinava-se para os alunos que tivessem concluído o ensino primário. Aqueles que concluíssem os sete anos do ensino secundário saiam com o grau de Bacharel em

⁸ Lei nº. 219, de 20 de abril de 1896, art. 54.

⁹ Lei nº. 219, de 20 de abril de 1896, art. 66, 68, 71.

Letras e Ciências, poderiam se matricular em escolas de nível superior e tinham preferência nas nomeações para o magistério nos estabelecimentos de instrução secundária (LIMA, 2003, p. 23-25). O ensino secundário ocorria tanto em estabelecimento público como privado. O ensino secundário privado era oferecido em estabelecimentos confessionais e leigos sendo denominados de ginásios ou colégios.

Em relação ao estabelecimento público o ensino secundário era ministrado na instituição denominada de Ginásio da Bahia que foi criado em 1895 substituindo o Instituto Oficial do Ensino Secundário. Os professores que ministravam aula no Ginásio da Bahia eram vinculados ao Poder Estadual podendo ser concursados ou contratados por tempo determinado. O concurso para professor do Ginásio da Bahia era um evento de destaque no meio intelectual pela importância da instituição.

Os concursos eram disputados e se faziam envolver por uma aura de *glamour* acadêmico. Fazer parte do corpo docente do GB, enquanto catedrático, significava uma das mais altas honrarias a que poderia granjear um intelectual em Salvador do início do século. Uma vez conseguida a cátedra, o dignitário desta estaria automaticamente laureado com um status diferenciado naquela cidade de população pouco letrada. O catedrático do Ginásio da Bahia gozava dos mesmos privilégios dos catedráticos da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Direito. Muitas vezes [...] tais professores pertenciam a dois desses espaços acadêmicos, o que se configurava como currículo invejável para os demais lentos. (LIMA, 2003, p.63)

Alguns professores do Ginásio da Bahia exerciam profissões liberais de prestígio como médicos, dentistas, engenheiros, advogados, farmacêuticos e alguns eram professores no ensino superior (LIMA, 2003, p 67-68).

Outro grupo de professores importantes na cidade eram os que atuavam na Escola Normal da capital. Essa instituição tinha por objetivo formar o professor primário na “arte de instruir e educar”. O artigo 54 da lei 117 de 24 de agosto de 1895 determinava que

O Estado creará nesta capital sob a denominação de – Instituto Normal da Bahia – uma instituição de ensino pedagógico, que servirá de modelo às instituições congêneres que o mesmo Estado e os municípios venham a criar, e que tem por fim ministrar aos que se destinem ao mister de professor primário uma instrução completa da arte de instruir e educar.

A Escola Normal era composta pelos professores titulares da disciplina, os chamados “Lentes”, professores substitutos e aqueles que ensinavam música, desenho, canto e prendas. Assim como os professores do Ginásio da Bahia esses também eram homens e mulheres ilustres e com prestígio na sociedade. Os docentes da Escola Normal eram legalmente equiparados aos professores do Ginásio da Bahia.

A formação do professor não se restringia somente aos temas pedagógicos, o curso durava inicialmente quatro anos e eram ministrado as seguinte disciplinas¹⁰ : Língua Nacional, Literatura Nacional, Língua Francesa, Língua Latina, Pedagogia, Educação Física, Moral e Intelectual, Metodologia, Legislação do Ensino e Noções de Higiene, Matemática, Geografia, História , Ciências Naturais, Física, Química, Psicologia, Lógica, Elementos de Sociologia, Noções de Economia, Política e Direito Pátrio Constitucional e Instrução Cívica, além de música, desenho, ginástica e prendas (esta voltada para o público feminino). Após esse período de formação esses futuros professores eram submetidos a exames que os qualificava a atuar no município.

2.3 - O professorado municipal

O professorado municipal. Era dessa forma que era tratado o grupo formado por professores e as professoras do ensino primário público do município de Salvador. Essa era a maneira utilizada pela imprensa, autoridades públicas e até pelos próprios professores para identificação desse grupo.

O professorado de Salvador fazia parte do funcionalismo público ligado ao município e exercia seu ofício submetido a um conjunto de leis que determinava os critérios para assumir o magistério. A legislação municipal seguia as mesmas determinações das leis estaduais para nomeação de professores.

Segundo o Regulamento 245, de 11 de maio de 1896, emitido pela Intendência Municipal em 1899 para ser nomeado professor era exigido requisitos

¹⁰ Sobre a lista das disciplinas ministradas na Escola Normal verificar em FRANCA, Alípio. *Memória Histórica*. 1836 a 1936. Escola Normal da Bahia. Bahia: Imprensa Oficial do Estado. 1936, p.36.

como a carta de aluno mestre expedida pela Escola Normal, capacidade moral atestada pelas autoridades públicas do domicílio, atestado da junta médica informando que o candidato não sofria de moléstia ou “defeitos” incompatíveis com a função e comprovante de vacina.

As mulheres separadas deveriam provar que o motivo da separação não foi por motivo “desairoso”, ou seja, inconveniente, mediante a certidão *verbum adverbum* das respectivas sentenças. Eram impedidos de exercer o magistério público primário os indivíduos que tivessem perdido emprego federal, estadual ou municipal em virtude de sentença, processo disciplinar ou demissão a bem do serviço público¹¹.

O mesmo regulamento informava que para exercer o magistério nas escolas primárias de 2º grau era necessário ser aprovado em concurso público de acordo as normas e etapas estabelecidas (Secção IV, artigos 81 a 90). Durante a pesquisa não foram encontrados exemplos de admissão de professores por meio de concurso público e sim a nomeações para o cargo de adjuntos e titularidade da cadeira por vacância do ocupante anterior.

Foi assim o caso do professor Possidonio Dias Coelho formado pelo Instituto Normal em 1876. Exerceu o magistério em cidades do interior do estado como Inhambupe, Bonfim e Serrinha até ser nomeado pelo Conselho Municipal da Capital através da Lei nº 364, 21 de junho em 1899, para assumir escola no distrito de São Pedro onde permaneceu até junho de 1927 quando se aposentou¹².

Outro professor que assumiu cadeira do magistério por meio de atos do governo foi Vicente Ferreira Café. Primeiramente Vicente Café foi nomeado por ato municipal em 1903 para o cargo de adjunto na escola do sexo masculino no distrito de Itapuã, na capital. Em 1906 foi designado para substituir interinamente como professor na 2ª escola do distrito de São Pedro tornando-se o titular devido a

¹¹ Para consultar o teor do Regulamento 245 verificar a sua transcrição em SANTANA, Elizabete Conceição et al. *A construção da escola primária na Bahia: O ensino primário no Município de Salvador 1896-1929*. Salvador: EDUFBA, 2014, v. 3, p. 203-215.

¹² Sobre a trajetória profissional do professor Possidonio Dias Coelho foram consultadas duas fontes. A primeira é a transcrição feita pelo próprio professor em 1912 que está publicada como “Relato da carreira de um professor primário do município de Salvador, entre os anos de 1876 a 1911” disponível em SANTANA, Elizabete Conceição et AL (op. cit) p.180-185; Ver: Diário de Notícias 1927. Registro da morte do professor Possidonio Coelho e sua trajetória foram destacadas.

aposentadoria do antecessor. O professor permaneceu à frente da escola até o ano de 1925 quando se aposentou¹³.

A professora Emília Lobo Vianna explicou a sua trajetória na atividade de ensino citando pessoas que influenciaram e determinaram as escolas onde a docente atuou. Segundo relato da professora ela iniciou o exercício no magistério em 1896 servindo ao Estado. Em 1907 foi convidada pelo município para atuar na escola do sexo masculino no distrito da Pituba sendo transferida, em 1911, para o distrito do Carmo por solicitação do conselheiro Carneiro da Rocha¹⁴.

As transferências de professores atendiam a necessidade do município para suprir a necessidade de docentes nas escolas, porém alguns professores utilizavam-se da sua rede de relacionamento junto a pessoas influentes para conseguirem transferências para escolas da capital com a preferência para aquelas localizadas na parte central da cidade.

Por lei os professores do ensino primário tornavam-se vitalícios após cinco anos de “bons serviços, sem nota, provados perante o conselho municipal¹⁵”. O jornal Moderno publicou em 1913 uma série de reportagens sobre a situação do ensino primário na capital informando o tempo que algumas professoras já exerciam o magistério.

Analisando a tabela abaixo pode-se observar que as professoras eram experientes na profissão sendo que algumas delas já exerciam o magistério a mais de duas décadas. As professoras com mais de dezessete anos de serviço testemunharam a passagem do ensino primário público da esfera estadual para municipal. Para essas professoras com mais de cinco anos na função estava assegurado o direito a vitaliciedade desde que não houvesse “nota que os desabone” (Lei 219, Art. 64). Os professores vitalícios eram inamovíveis e só poderiam mudar de cadeira ao seu pedido ou por exigência do serviço público desde que fosse autorizado pelo Conselho Municipal (Art. 94).

TABELA 1 - PROFESSORAS DO ENSINO PRIMÁRIO E TEMPO DE MAGISTÉRIO

¹³ APEB (Arquivo Público do Estado da Bahia). Seção Judiciária. Núcleo Tribunal de Justiça, Série Habeas Corpus. Estante 220, Cx 19210.38 anos 1923. A trajetória profissional do professor Vicente Ferreira Café está descrita no processo judicial movida pelo professor contra o estado da Bahia a título de Habeas Corpus.

¹⁴ BPEB. Setor de Periódicos. Jornal A Tarde, 14 de fevereiro de 1918.

¹⁵ Lei 219, de 20 de abril de 1896, art. 48.

PROFESSORAS	ESCOLA/ SEXO	LOCAL	TEMPO DE MAGISTERIO
LEONOR FERREIRA	FEMININO	SETE PORTAS	11 ANOS
MARIA OLYMPIA	FEMININO	NAZARE	12 ANOS
EMILIA LOBO VIANA	FEMININO	CARMO	17 ANOS
JESUINA BEATRIZ d'OLIVEIRA	FEMININO	GUADALUPE –	22 ANOS
CAROLINA ROSA SIMOES	MISTA	RIO VERMELHO LUCAIA	22 ANOS
SYDONIA GONÇALVES DE OLIVEIRA ALCANTARA	FEMININO	MERCES	23 ANOS
ANA ELVIRA DE MELLO MORAES	FEMININO	DISTRITO DA VITORIA	20 ANOS
VIRGINIA TORRES DE LIMA	FEMININO	SANTO ANTONIO	18 ANOS

Fonte: *Jornal Moderno* (1913)

Ao longo da Primeira República ocorreu um esforço da Intendência Municipal em expandir o ensino primário pela cidade. O levantamento e organização dos dados estatísticos referentes ao ensino primário do período feito por Santana e Costa (2014, p.44-55) servem para mensurar a expansão do ensino primário na capital baiana.

TABELA 2 - QUANTITATIVO DE ESCOLAS, PROFESSORES E ADJUNTOS.

ANO	ESCOLAS	PROFESSORES	ADJUNTOS	TOTAL
1897	86	86	19	105
1915	174	169	185	354

Fonte: SANTANA, Elizabete Conceição; COSTA, Natalli Soeiro, 2014, p. 31-57

Os dados apresentados na tabela demonstram que o quantitativo de professores se ampliou no período verificado com destaque para o número de adjuntos que cresceram quase dez vezes mais enquanto os professores se aproximaram do dobro. O aumento no número de adjuntos pode ser explicado pelo

crescimento no número de matrículas e pela grande quantidade de alunos em algumas escolas fazendo com que os professores tivessem mais de um adjunto para auxiliá-lo no ensino.

Cabia ao Intendente a nomeação e suspensão de adjuntos para as escolas o que sugere que esse aumento na quantidade de adjuntos tenha relação com a indicação de amigos e familiares daqueles que tinha proximidade política. Quanto a esta situação Santos (2001, p.53) afirma que o funcionalismo público constituía uma clientela dos donos do poder e que o “pistolão” era um meio regular de acesso aos cargos.

A ampliação no número de escolas primária fez com que este tipo de serviço estivesse presente em todos os distritos urbanos e suburbanos da cidade. Os distritos urbanos da cidade de Salvador eram compostos por 12 localidades (Sé, São Pedro, Santana, Vitória, Brotas, Conceição da Praia, Nazaré, Rua do Paço, Pilar, Santo Antônio, Mares e Penha). Os distritos suburbanos eram compostos por 7 localidades (Pirajá, Paripe, Matoim, Cotegipe, Itapoã, Maré e Passé).

O ensino primário era obrigatório para os menores de ambos os sexos de 6 a 14 anos de idade e os pais ou responsáveis eram obrigados a proceder a matrícula em escolas no raio de um quilometro sob a pena de receberem multas. Leis, atos e decretos foram publicados pelo governo entre os anos de 1891 a 1930 referentes à obrigatoriedade da frequência escolar atribuindo punições e multas para ao responsável da criança que não as matriculassem. (SANTANA, et all, 2011, p. 35-41)

Em relação a matrícula dos alunos o levantamento de Santana e Costa (2014, p.49) indica que em 1915 ocorreram 11.861 matrículas com uma frequência de 7.615 alunos. Levando-se em consideração somente os alunos frequentes obtêm-se uma média de 46 alunos por escolas, porém esta não era a realidade de alguns estabelecimentos de ensino, enquanto havia escolas com 25 alunos existiam outras com mais de 180 alunos matriculados. Essa variação de alunos por escolas se devia a localização do estabelecimento.

FOTO 1 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS



Fonte: Adaptado de Los Rios, Adolfo Morales de. Planta da cidade de São Salvador, capital do estado federado da Bahia, 1894. Disponível em < <http://bdlib.bn.br/acervo/handle/123456789/36225>>.

A figura apresenta a área central da cidade e os distritos da Sé, Pilar, São Pedro, Passo, Santana, Santo Antônio, Conceição da Praia, Nazaré. Cada quadrado mais escuro representa uma escola do ensino primário público. É possível verificar que as escolas eram relativamente próximas. Isso se explica pela necessidade de prover escolas do sexo masculino e do feminino além do atendimento a lei que determinava o raio de obrigatoriedade para matrícula dos alunos.

Mesmo com escolas presentes em todos os distritos da cidade o percentual de crianças atendidas no ensino primário público era baixo. Uma estimativa da população de Salvador nos anos iniciais da década de 1910 é apresentada por Leite (1996, p.26) em 240 mil habitantes. Esse valor estimado é assumido como dentro de uma razoabilidade já que em 1920 a população recenseada foi aproximadamente 283 mil. De posse desses dados e conhecendo o total de alunos frequentes no ano de 1915 é possível mensurar que o percentual de crianças frequentes na escola primária pública era de aproximadamente 3% da população sugerindo que o total de alunos atendidos pelo ensino primário público da capital era baixo.

As escolas dos distritos suburbanos possuíam um número menor de alunos assim como as escolas masculinas nos distritos urbanos. As escolas que possuíam

um maior contingente de alunos eram as escolas femininas nos arredores da área central da cidade.

Enquanto que em 1915 havia 64 escolas masculinas, as escolas femininas eram num total de 86. Isso refletia no número de matrículas nas escolas sendo 7067 meninas e 4794 meninos. Essa diferença pode ser explicada pelo uso da mão de obra infantil masculina que era comum no ramo fabril e nos estabelecimentos comerciais. Os meninos exerciam atividades como ajudante-aprendiz nas oficinas, indústrias, construção civil e nos trabalhos de rua como vendedores ambulantes, entregadores das casas comerciais. (SANTOS, 2001, p. 50-51)

Em relação às meninas a aprendizagem das letras, prendas domésticas como costura e artesanato poderiam ser fatores que motivavam as famílias a matricular suas filhas nas escolas talvez na esperança de ofertar maiores oportunidades no futuro como um casamento ou uma melhor chance de conseguir um trabalho numa fábrica ou no ramo doméstico.

O ensino primário público municipal tinha como principal clientela a população mais pobre. A situação de pobreza de parte da população e a necessidade de buscar o sustento numa cidade que conviva com a carestia era apontado como principal motivo para a baixa frequência escolar. Um exemplo dessa situação é descrito pela professora Maria Augusta d'Oliveira durante a entrevista concedida aos repórteres do periódico *Moderno*. A professora foi questionada sobre a causa da diferença entre alunas matriculadas e as presentes na sala de aula. A professora respondeu que a escola possuía:

meninas que podem, meninas ricas, mas tenho com especialidade, meninas pobres... Ora estas que são em número muito superior as outras, faltam consideravelmente por motivos as vezes justificáveis. Por exemplo: aos sábados e segundas-feiras, decresce muito a frequência, justamente porque são dos dias em que os pobres precisam mais de seus filhos, para os ajudarem.¹⁶

Mesmo sem atender a universalidade do ensino para as crianças a repartição do Ensino Primário era a maior do serviço municipal e os professores

¹⁶ BPEB. Setor de Periódicos. Jornal Moderno, 14 de outubro de 1913.

representavam, aproximadamente, a metade dos funcionários municipais entre 1890 a 1930 (SANTOS 2001, p.34).

2.4 - O professorado municipal e a participação das mulheres

A docência no ensino primário público municipal era uma atividade majoritariamente exercida pelas mulheres que estavam à frente de 148 escolas (88% aprox.), sendo que os homens estavam à frente de apenas 21 estabelecimentos de ensino (12% aprox.). Essa proporção era mais acentuada entre os adjuntos que contavam com 172 mulheres (93% aprox.) e apenas 13 homens (7 aprox.)¹⁷.

A predominância das professoras no ensino primário da capital é observada por Costa e Conceição (2001, p. 121) ao se referirem sobre o censo de 1920 e a constatação que as mulheres representavam em torno de 81% dos docentes do ensino primário. As autoras afirmam que a inserção massiva de mulheres no magistério foi acompanhada da degradação dos vencimentos, das condições precárias de trabalho e do descaso das autoridades para com a profissão.

A inserção das mulheres no magistério é objeto de estudo de Dick (2008, p.2-10) que trata esse processo como a feminização do magistério. O magistério vivenciou um processo de feminização entre os anos finais do império e os primeiros anos da República na Bahia com a superação de matrículas femininas em relação às masculinas na Escola Normal.

A expansão na oferta do ensino primário criou oportunidades para que as mulheres exercessem o magistério tendo em vista uma mentalidade que relacionava a condição de maternidade para uma suposta docilidade, aptidão para lidar com crianças e também, não menos importantes, pelo fato dos homens abandonarem o magistério em busca de uma profissão de melhor prestígio social e maiores salários (DICK, 2008, p.2-10).

¹⁷ Levantamento realizado a partir dos dados estatísticos das Escolas Municipais de Salvador do ano de 1915 organizado por João Gonçalves Pereira titular da 3ª delegacia escolar. Consultar em MENDES, Antonio Pacheco. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal do Estado da Bahia*. Seção de obras do "O Democrata". Bahia. 1916 p. 431-342.

Vieira (2013) trata sobre o processo formativo de mulheres na Escola Normal da Bahia destacando a prevalência feminina nas matrículas e na conclusão do curso de magistério. A pesquisa demonstra que mesmo com todos os empecilhos como regime de estudo diferenciado, externato para homens e internato para mulheres, salas separadas e currículos diferenciados prevaleceu o quantitativo de mulheres estudantes e concluintes do curso Normal.

Ainda para a autora a feminização da Escola Normal é observada desde a segunda metade do século XIX e isso é interpretado pela oportunidade que se criava para que as mulheres, principalmente aquelas de poucos recursos, conquistassem a oportunidade de atuarem profissionalmente.

Ao tratar sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal e informal na Salvador da Primeira República, Ferreira Filho (1994, p.73) destaca a prevalência feminina na docência pontuando que muitas mulheres ostentavam o diploma de professora como um dote sem necessariamente exercer a profissão, no entanto aquelas que exerciam a profissão eram muitas vezes mulheres com poucos recursos e que respondiam sozinhas pelos custos de manter uma escola em funcionamento.

Quando o jornal *Moderno* publicou uma série de reportagens sobre a situação do ensino primário em Salvador todas as entrevistas foram realizadas com professoras. As entrevistadas foram unânimes em definir a profissão como penosa e reclamarem dos baixos salários recebidos. Nenhuma delas fizeram referências a outra fonte de renda vinda de seus familiares, de esposos ou companheiro.

Mesmo com a prevalência feminina no ensino primário público eram os poucos homens professores que ocupavam os cargos de representatividade do grupo profissional. O professorado municipal refletia a condição de uma sociedade machista do seu tempo em que aos homens eram reservadas as posições de influência política e social cabendo às mulheres o papel coadjuvante no lar e no trabalho. Segundo Ferreira Filho (1994, p. 200) a cidade de Salvador era feminina na sua expressão, porém masculina em seus propósitos. A situação do ensino primário público na cidade refletia essa situação.

A situação de prevalência feminina no ensino primário público da capital não foi determinante para que as professoras ocupassem cargos maiores na repartição

de ensino. Os cargos de Diretoria de ensino e as delegacias escolares foram sempre ocupados por homens que eram indicados pela Intendência Municipal baseando-se no artigo 39 da Lei nº. 219 que determinava que os cargos de delegados escolares fossem exercidos por professores de reconhecido mérito pedagógicos.

A frieza da lei não detalhava os critérios para a escolha e nem explicitava nenhum impedimento para que professoras ocupassem esses cargos. O fato é que os professores Severo Pessoa, Possidônio Dias Coelho, Jacynto Tolentino Caraúna exerceram o cargo de delegado e eram tidos como professores de prestígio no seu tempo, porém professoras como Emilia Lobo Vianna, Jovina de Senna Moreira, Sidônia de Oliveira Alcantara também tiveram atuações destacadas e nem por isso exerceram cargos na diretoria ou delegacia de ensino.

Professoras e professores ainda que distantes numericamente e com oportunidades de crescimento desiguais, exerceram as suas atividades profissionais com dificuldades semelhantes. O ensino primário da capital foi marcado pela precariedade na sua estrutura, péssimas condições de trabalho baixos salários e constantes atrasos nos pagamentos.

O professorado municipal não foi um grupo conformado com a sua situação e condição de trabalho. Dominando o uso da palavra e da escrita esses homens e mulheres muitas vezes se utilizaram da eloquência para queixar-se de sua situação. Essas queixas eram direcionadas principalmente para os representantes da Intendência e do Governo do Estado através de cartas, discursos perante o público e diante das autoridades, artigos publicados nos jornais e entrevistas dadas aos periódicos que circulavam pela cidade.

As questões relacionadas ao ensino primário da capital baiana na Primeira República foram influenciadas pela conjuntura política que envolveu as oligarquias do estado baiano na disputa pelo poder. Os diversos chefes políticos e seus grupos se confrontavam e revezaram-se no poder provocando uma instabilidade na condução política do estado que se verificou no desenrolar das primeiras décadas republicanas.

As disputas pelo posto de governador provocava instabilidade porque os chefes políticos procuravam eleger-se ou colocar para o pleito alguém do seu grupo

político e de sua confiança provocando quase sempre dissensões internas e rivalidades. Segundo Resende (2013, p.95) o federalismo proporcionava aos governadores eleitos uma enorme soma de poder que era balizada pelas constituições estaduais. O governador controlava a política de seus estados a partir de poderosas máquinas partidárias.

As disputas intraoligárquicas e a instabilidade política na Bahia foram abordadas por Viscardi (2012, p.44) afirmando que mesmo o estado possuindo uma considerável representação política parlamentar teve uma atuação discreta no cenário nacional e a principal causa seria as facções internas no estado. Sobre os efeitos das disputas políticas na Bahia, Brito e Negro (2013, p.867) mencionam as brigas facciosas que geraram impedimentos para suas elites, inclusive prejuízos econômicos e políticos.

Segundo Sarmiento (2001, p.63-65) a instabilidade era motivada por fatores como a não predominância de um único produto para a dinâmica econômica e sim uma diversidade que impedia a formação de um grupo político com interesse comum. Isso não quer dizer que aqueles ligados as atividades comerciais não interferissem no jogo político, essa interferência se daria por meio organizações como a Associação Comercial da Bahia que em várias situações demonstrou apoio e desaprovação a chefes políticos sendo considerado um grupo de pressão política. (SANTOS, 2011)

Outro fator seria o próprio tamanho do estado, as dificuldades de transporte que dificultavam o controle em localidades mais afastadas. Nesses pontos mais afastados da capital prevalecia a influência do chefe político local que em alguns momentos poderia atuar como apoio ou como uma resistência a atuação do governador.

Outra situação que provocava a instabilidade política foi a fragilidade dos arranjos partidários em virtude das disputas eleitorais recorrentes para os cargos federais (presidência da república e congresso federal), estaduais (governo e legislativo estadual) e municipais (intendência e conselho municipal). As eleições ocorriam em espaço de dois anos e motivavam nesse período movimentos de alianças, rupturas e rearranjos conforme a relação da liderança da agremiação política com governo estadual e federal e o quanto isso era decisivo para ser vitorioso no pleito eleitoral. Esses acordos, mudanças partidárias, aproximações,

afastamentos e articulações fazia parte de uma situação que Sampaio (1998, p. 20-21) chamou de política de acomodação. Essa política se dava pela movimentação dos quadros políticos visando conquistas eleitorais envolvendo aproximações e afastamentos dos chefes políticos de acordo a sua força eleitoral no momento.

A política de acomodação descreveria o comportamento de relações precárias envolvendo os chefes políticos e os seus seguidores. Ficando do lado vencedor nas eleições era a garantia da participação em cargos legislativos ou administrativo. Está no lado dos opositores e vencidos na disputa eleitoral poderiam impedir a ocupação de cargos, ficar de fora do grupo de influência política e ter a sua influência diminuída no estado. No entanto, essa era uma situação transitória que se mantinha até o momento que as eleições para o cargo executivo federal pudessem apontar a continuidade do apoio ou rompimento com o chefe local favorecendo assim as chances dos opositores cheguem ao poder.

Os partidos se formavam em torno dos chefes políticos e muito mais que a sigla partidária valia a vinculação pessoal. Assim Sampaio (1978, p23) apresenta os agrupamentos políticos da Primeira República na Bahia ligados aos governadores: os gonçalvistas (José Gonçalves da Silva), vianistas (Luis Vianna), severinistas (Severino Vieira), marcelinista (José Marcelino de Souza), e seabristas (J.J Seabra).

O fato de vários líderes políticos serem contemporâneos fazia com que a cada eleição aflorasse acirramentos entre eles nas disputas pelas cadeiras na assembleia, senado ou na câmara federal. Os grupos políticos se uniam e se rivalizavam de acordo a composição de forças tanto no plano estadual como no federal. Alguns nomes protagonizaram disputas acirradas pelo controle do poder no estado como Severino Vieira, Seabra e Ruy Barbosa, sendo que os dois últimos mantiveram períodos de rivalidade e de aproximações no plano estadual e nacional¹⁸.

A organização dos partidos políticos não ocorria com base em uma legislação própria. A sua formação era aleatória e estava ligada a um chefe político de prestígio que conseguia agregar ao seu redor representantes influentes da sociedade baiana. Essa formação visava os momentos eleitorais como as escolhas

¹⁸ Para o histórico e a conjuntura da rivalidade política envolvendo Seabra e Rui Barbosa SARMENTO (2011); MEIRELES (2013).

para a presidência de república, governo estadual, congresso federal, legislativo estadual, intendência municipal. (SAMPAIO, 1998, p. 18)

A formação dos partidos políticos se davam em torno de quem estava no poder e o governador era a figura central da dinâmica da política estadual (SARMENTO, 2011, p. 65). Os opositores dificilmente conseguiam se eleger devido fraudes eleitorais e pelo impedimento de assumir o cargo legislativo devido a rejeição dos pares, a ação da degola. A alternância no poder ocorria devido às quebras de aliança no período entre eleições. O governador do estado conseguia manter a sua força se tivesse apoio e mantivesse boas relações com o governo federal. A falta de apoio no plano federal significava enfraquecimento do governo local e a chance da oposição em assumir o poder.

O período de 1912 a 1918, delimitado para essa pesquisa, foi escolhido porque coincide com um momento de instabilidade política provocada pela eleição de J.J Seabra como governador da Bahia e pela ação mais fortalecida dos grupos de oposição. Essa situação ficou evidenciada na administração municipal devido a influência de Seabra na escolha dos intendentess e nos embates políticos que se verificou por meio dos periódicos que circulavam pela cidade.

O professorado municipal por serem funcionários públicos e sofrerem influência direta das condições financeiras do tesouro municipal sentiram diretamente as consequências da situação política. Os professores ao reagirem contra às condições precárias de trabalho e os constantes atrasos nos vencimentos se valeram da situação de instabilidade política para se aproximar dos opositores e dar maior visibilidade às suas reivindicações.

A partir de 1910 a instabilidade tinha um nome, J.J. Seabra. O nome de Seabra voltava a se tornar forte na política estadual e federal após um período sem cargo eletivo. O político baiano ganhou espaço ao apoiar a candidatura vitoriosa do marechal Hermes da Fonseca à presidência da república contra o conterrâneo Ruy Barbosa que naquele momento era seu adversário político. Ainda em 1910 Seabra e aliados fundam o Partido Democrata atraindo nomes como o ex governador Luis Viana que serviria como influência no interior da Bahia, além de políticos como Antônio Ferrão Muniz de Aragão (Antônio Muniz), que seria o sucessor de Seabra em 1916, Antonio Muniz Sodré de Aragão (Moniz Sodré), Ernesto Simões Filho proprietário do Jornal A Tarde que mais tarde seria opositor a Seabra e Otávio

Mangabeira. A vitória na disputa presidencial lhe rendeu o cargo de ministro de Viação e Obras Públicas por dois anos (1910-1912) favorecendo a sua aproximação com setor agromercantil e a Associação Comercial da Bahia pela realização de obras na área portuária da cidade de Salvador. (SARMENTO, 2011; MEIRELES, 2013; CUNHA, 2013)

Entre 1910 e 1924 Seabra esteve direto ou indiretamente envolvido em acontecimentos que marcaram a história política da Bahia no período. Em novembro de 1911 o grupo seabrista venceu uma eleição conturbada para o cargo de intendente municipal apoiando o nome do engenheiro Julio Viveiros Brandão que venceu o candidato João Pedro dos Santos que era apoiado por marcelinistas e severinista.

Os desdobramentos dessa eleição tumultuada em que os dois lados proclamaram vitória gerou tensão no governo de Araújo Pinho que optou pela renúncia desencadeando uma grave instabilidade política. Os episódios posteriores como a tentativa de mudança da Assembleia Estadual para cidade de Jequié e o impedimento de acesso ao prédio legislativo em Salvador precipitou a ação federal no estado através de ação militar por meio do bombardeio à cidade de Salvador em 1912¹⁹. Esse fato fortaleceu Seabra que venceu as eleições para o governo estadual naquele ano.

O período de domínio seabrista tiveram momentos de tensão como os movimentos da população contra a carestia, a crise financeira da capital, a greve do professorado municipal em 1918, a greve dos operários em 1919 e a revolta sertaneja em 1920. A influência de Seabra foi tão marcante que Sampaio (1978, p.25), ao tratar da configuração partidária, afirma que após ele assumir o governo da Bahia e o rompimento político com Luis Viana "o partido seabrista ficou sem nome, passando sem qualquer mascaramento, a se encarnar no chefe. O partido era Seabra".

O breve retrospecto da trajetória política de Seabra serve para demonstrar a força política desse personagem no estado e na cidade de Salvador onde o seu grupo político estava a frente do governo municipal. Foi nesse contexto que o professorado municipal experimentou aproximações e momentos de

¹⁹ Sobre o bombardeio da cidade de Salvador ocorrido em 10 de janeiro de 1912 ver: TAVARES (2008. p. 324-329); SARMENTO (2011, p.125-158).

desentendimento com governo estadual e a intendência que se manifestou através de queixas nos momentos que professores e autoridades públicas dividiram os mesmos espaços.

As cobranças e reclamações do professorado municipal inicialmente eram restritas às condições de oferta da instrução pública, mas não ficou somente nesse assunto. As queixas do professorado, com o passar do tempo, foi envolvida nas questões políticas da cidade que vivenciava tempos de instabilidade e disputa pelo poder. As reclamações e cobranças do professorado também foi o retrato de uma cidade que enfrentava sérias dificuldades financeiras. É sobre as queixas do professorado municipal às autoridades públicas que trataremos no próximo capítulo.

3 - RELAÇÕES POLÍTICAS E AS QUEIXAS DO PROFESSORADO

Notícias sobre a situação da instrução pública municipal eram recorrentes nos periódicos que circulavam pela cidade. Algumas dessas notícias tratavam de ocorrências administrativas como nomeações de professores e adjuntos e as transferências dos mesmos. Outras notícias tratavam do cotidiano das escolas como o início do ano letivo, eventos como as exposições de trabalhos escolares e encontros envolvendo professores e autoridades públicas.

Além desses assuntos outros dois temas ocupavam as páginas dos jornais como a precariedade do ensino primário público na capital e a situação do professorado municipal. Diferentemente dos temas administrativos e do cotidiano escolar, os assuntos referentes à situação do ensino do professorado e das escolas eram abordados com críticas à administração municipal. Esses assuntos eram abordados levando em consideração a situação de disputa política entre grupos rivais na cidade e isso se acentuou com a chegada de J.J. Seabra ao cargo de governador do estado.

A chegada de J.J. Seabra ao governo da Bahia em 1912 deu início aos anos de domínio seabrista que se estenderia até 1924 correspondendo a fase política mais turbulenta que a política baiana conviveu durante a Primeira República (SAMPAIO, 1998, p.77). O domínio político de Seabra na capital foi evidenciado pela influência na indicação dos ocupantes ao cargo de Intendente Municipal.

Em 1911 com o apoio de Seabra o engenheiro Júlio Viveiros Brandão foi eleito para o cargo de intendente e a partir de 1915 com a alteração na Lei Orgânica Municipal os intendentos passaram a ser nomeados pelo governador do estado que passou a indicar quem seria o ocupante do cargo. O escolhido, logicamente, seria alguém que estivesse ligado ao seu grupo político (SARMENTO, 2011, p. 167). Sendo assim as notícias referentes ao ensino primário público que ocupavam as páginas dos jornais estavam inseridas no contexto de embate político que envolvia grupos rivais.

Os jornais abordados nesse trabalho estão inseridos naquilo que José Weliton Aragão dos Santos (1985, p.5 apud REIS, 2000, p.19) intitula como a grande imprensa, que é definida como uma empresa jornalística, industrial que

mercantiliza a informação, vende notícias tendo como base a publicidade e veicula a ideologia da classe dominante. Já para Luca (2008, p.1) a expressão grande imprensa designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro.

Assim a escolha dos jornais para a pesquisa concentrou-se naqueles que tinham publicação diária, eram compostos por mais de quatro páginas, abordavam assuntos variados, publicavam artigos, notas, editoriais, destacavam notícias principais na primeira página e mantinham uma estrutura para fins comerciais²⁰.

Os jornais da grande imprensa que circulavam em Salvador tinham como característica a vinculação política. Sobre o posicionamento político dos órgãos de imprensa Rubim (1979, p.41) afirma que jornalismo político na cidade era, na maior parte das vezes, “feroz, violento, agressivo e cheio de ataques pessoais”. Sobre essa vinculação política Luca (2008) afirma que

os jornais não deixaram de se constituir em espaço privilegiado de luta simbólica, por meio do qual diferentes segmentos digladiavam-se em prol de seus interesses e interpretações sobre o mundo. Não por acaso, os vários órgãos da grande imprensa distinguiram-se pelo seu matiz ideológico, expresso nas causas que abraçavam, na autoimagem que se esforçavam por construir e no público que pretendiam atingir. (p. 8)

Os jornais de maior circulação e melhor estrutura da cidade estavam ligados a correntes partidárias, alguns eram tidos como da situação como a *Gazeta do Povo* (1909-1916), *Democrata* (1916-1922), *Gazeta de Notícias* (1912-1914) que apoiaram J.J. Seabra e seus correligionários. O jornal *Democrata* era o órgão de divulgação do Partido Republicano Democrata, o partido de Seabra (SAMPAIO, 1998, p.94).

O periódico *Diário da Bahia* (1856-1957) que era propriedade do ex-governador Severino Vieira e o jornal *A Tarde* (1912-atual) de propriedade de Ernesto Simões Filho eram declaradamente oposicionistas ao seabrismo e, por isso,

²⁰ Sem a intenção de tratar de um periódico específico buscou-se notícias sobre o professorado municipal nos jornais que tinham exemplares disponíveis no arquivo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB) e os disponibilizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

não poupavam críticas às administrações municipais e estaduais. Esses jornais se colocavam como espaços para denúncias e manifestações contrárias ao governo.

Outros jornais se apresentavam como apartidários, mas sem deixar de ter assuntos políticos como seu principal corpo de notícias como o *Diário de Notícias* (1875-1980), *Moderno*, *Imparcial* que abriam espaços para o noticiário político e econômico do estado, mas se posicionavam como “neutros”.

O fato da cidade de Salvador está praticamente imersa no analfabetismo nas primeiras décadas republicanas não impedia que as notícias circulassem entre seus habitantes. Segundo Reis (2000, p.6) o desconhecimento das letras não era barreira para ignorar os acontecimentos e entre os métodos utilizados para divulgar notícias estava a leitura em voz alta nos lugares públicos ou onde houvesse aglomerações.

A instrução primária era um assunto recorrente nos jornais de oposição ao governo que explorava o tema destacando as condições de precariedade do ensino na cidade e as condições de trabalho do professorado. Esse tipo de abordagem tinha como propósito o ataque ao governo e por isso esses periódicos abriram espaços para reportagens sobre as condições das escolas na cidade, texto de professores, entrevistas e ainda publicavam cartas dos leitores com reclamações sobre a situação do ensino.

Os jornais situacionistas destacavam as ações de apoio do governo e da intendência para com o ensino primário e por isso evidenciavam as relações de proximidade entre autoridades públicas e o professorado municipal. Era comum o destaque dado à presença dos alunos em eventos públicos como uma demonstração de importância da instrução pública pelos agentes do governo.

Em meio às disputas político que se explicitava nas publicações dos periódicos foi possível acompanhar a ação de professores e professoras fora das salas de aula, suas reivindicações, as queixas, as dificuldades para exercer a sua profissão, as relações entre si, demonstrações de solidariedade do grupo e principalmente verificar o quanto a sua situação sofreu influência do contexto político e econômico da cidade em tempos de domínio seabrista.

As relações de proximidade envolvendo o professorado e os políticos sempre ocorreram, porém com a chegada de Seabra ao poder e a sua longa influência

essas relações foram além dos contatos institucionais. A intensidade dessa relação foi verificada desde o desembarque do governador na cidade em 1912.

3.1 – Os professores e as cerimônias de embarque e desembarque

Em 28 de março de 1912 desembarcou no porto de Salvador o governador eleito José Joaquim Seabra para exercer o seu primeiro mandato até o ano de 1916. O *Gazeta do Povo* que era um jornal governista e se intitulava como “Órgão do Partido Republicano Conservador”, o partido de Seabra, destacou que uma multidão aguardava o novo líder da política estadual em clima festivo com a presença de banda de música, decoração nas ruas e chuva de papéis coloridos. Autoridades, políticos, comerciantes, representantes da igreja, membros da Associação Comercial da Bahia e militares também estavam presentes para saudar e cumprimentar o governador demonstrando assim o apoio à nova liderança política da Bahia²¹.

Segundo Pinheiro (1999, p. 63) durante a Primeira República na Bahia a figura do governador era fundamental porque simplesmente ele detinha nas mãos os cargos políticos e administrativos, daí a importância em estreitar laços, estar próximo, se fazer presente nos eventos importantes para aproveitar das benesses que resultariam dessas relações. Já Sarmiento (2011, p.146) cita que os seabristas de última hora precisavam demonstrar publicamente a sua adesão a nova situação política comparecendo aos rituais com seus subordinados e agregados.

As cerimônias de embarque e desembarque de chefes políticos no porto de Salvador serviam como referência de popularidade e prestígio junto à população e outros setores da sociedade como a Associação Comercial da Bahia, as forças armadas, os representantes do executivo, legislativo e judiciário. A influência do político nos momentos de embarque e desembarque podia se verificada pela quantidade de pessoas presentes na chegada ou partida, a intensidade das palmas, dos “vivas”, a eloquência dos discursos, os apertos de mãos, a quantidade de pessoas no percurso para acolher ou se despedir do político.

²¹ BPEB. Setor de Periódicos. *Gazeta do Povo*, “ Dr. J.J. Seabra: salve, triumphador!”, 28 de março de 1912, p. 1.

Situações opostas indicavam a impopularidade e falta de prestígio. Os políticos de oposição ou aqueles com relações estremecidas com o governo nem sempre tinham recepções festivas, a não ser em tempos de disputas eleitorais quando eram recebidos pelos seus apoiadores. Fora dessas situações, os políticos de oposição ou aqueles rompiam relações com o governo, além de não serem recebidos com pompas ainda tinham que enfrentar manifestações contrárias da população nas ruas.

Em suas memórias o ex-governador Antonio Moniz relatou o desembarque do também ex-governador Luis Viana após relações estremecidas com o seu sucessor, o então governador Severino Vieira. O ex governador Luis Viana desembarcou sendo recebido por apoiadores com aplausos, música, flores e discursos, porém o governador Severino Vieira não compareceu numa demonstração de rejeição a figura de Luiz Viana. A ausência do governador e de representantes de grupos importantes como a Associação Comercial da Bahia era o sinal da falta de prestígio para o político que embarcava ou desembarcava no porto.

Luiz Viana ainda passaria por outros constrangimentos ao se dirigir a sua residência no Campo da Pólvora. A sua comitiva ao subir a Ladeira Barão Homem de Melo foi recebida pela população com vaias, gritos ofensivos ao mesmo tempo em que atiravam ratos mortos, excrementos de cavalo, trocavam agressões físicas utilizando-se das bengalas inclusive gerando pessoas feridas sem que a polícia, que estava nas proximidades, interferisse na manifestação agressiva daqueles que foram as ruas para se manifestarem contra o ex-governador (MONIZ, 1923, p.145).

No caso da cerimônia de desembarque de Seabra em 1912 o evento foi cercado de grandiosidade e planejado para ser um espetáculo para quem assistia em terra e sem a presença de manifestantes contrários ao governador. Foi um ritual organizado para demonstrar força política, apoio popular e estreitamento de laços com setores influentes da sociedade e da política. Neste dia o comércio foi fechado para o maior número de pessoas pudessem prestigiar a cerimônia.

O jornal Gazeta do Povo descreveu o acontecimento e a chegada do governador com riqueza de detalhes. Segundo o periódico governista, assim que o paquete Pará, que trazia a bordo o governador, foi avistado na Baía de Todos os Santos uma flotilha, um conjunto de embarcações, passou a acompanhar o vapor como se fosse uma procissão no mar.

As embarcações levavam a bordo representantes de diversos grupos como as forças armadas, a igreja, o judiciário, legislativos, a Associação Comercial da Bahia, membros da imprensa, do centro operariado, políticos do interior do estado e pessoas do povo. Os que estavam a bordo das embarcações tiveram os seus nomes listados na página do jornal *Gazeta do Povo* com os respectivos cargos que ocupavam na sociedade num esforço para demonstrar os presentes que apoiava o governador.

No desembarque, Seabra foi recebido pelo general Sotero de Menezes, o Intendente de Salvador Júlio Viveiros Brandão (aliado de Seabra) e uma comissão da Associação Comercial. Muito mais do que recepcionar o governador aquele momento simbolizava uma demonstração pública de solidariedade. Após a sessão de cumprimentos e discursos a comitiva partiu do porto a bordo de veículos seguindo um trajeto pelas ruas da cidade onde as pessoas aguardavam para festejar a passagem do governador. O governador fez o percurso entre o porto e a sua residência a bordo de um veículo Landau entre acenos e gestos de agradecimentos para o povo.

A imagem abaixo demonstra que nem o tempo instável dispersou a multidão que aguardou o governador na parte central da cidade. Ao fundo é possível observar os veículos que trouxeram a comitiva. Pela posição das pessoas tudo indica que a comitiva estava visitando a Escola Politécnica da Bahia que tinha endereço no número 57 do Largo de São Pedro (BARBOSA, 2017, p.69). O jornal *Gazeta do Povo* descreveu assim este momento:

No largo de São Pedro estava erguido um sumptuoso arco triumphal, sustentado por duas belíssimas colunas. No alto via-se erecta a figura da fama e nos dois vértices superiores dois leões traziam ao peito bem trabalhados escudos. [...] Na frente acompanhando a curvatura do arco, lia-se “ao Dr. Seabra o povo”. (GAZETA DO POVO, 28 de março de 1912, p.1)

A presença da multidão no Largo de São Pedro indica que houve uma mobilização popular para receber o governador seja por interesse, curiosidade ou por simpatia ao político. A cerimônia foi planejada para demonstrar grandiosidade e apoio popular.

Foto 2 – Chegada de J. J. Seabra em março de 1912 para assumir o governo do Estado



Fonte: ARQUIVO HISTÓRICO THEODORO SAMPAIO – IGHB

O jornal *Diário da Bahia* de propriedade do ex governador Severino Vieira, rival político de Seabra, também publicou reportagem sobre a chegada do governador, porém utilizando-se das críticas que eram recorrentes entre os periódicos que se rivalizavam politicamente. A reportagem do *Diário da Bahia* sobre a chegada do governador não negou a grande presença do público e das autoridades, porém tratou o evento como “*Panem et circenses*”, aludindo a política de pão e circo ofertada à multidão pobre no Império Romano.

Para o articulista a presença da população era movida pela curiosidade, pela música e pelos rojões. Numa escrita preconceituosa, o articulista afirmou que a presença do povo nas ruas foi por causa da sua condição rude e das heranças de quem “não se degradou à condição dos escravos que recebiam nas senzalas a reação do seu senhor”. Possivelmente o articulista estivesse se referindo a uma população majoritariamente negra que formava o conjunto de observadores do evento. Não parou por aí. Para o articulista o povo se comportava como crianças que tem paixão por divertimentos e que, por isso, alastravam as suas alegrias mais

do que seus sofrimentos. Algo natural, segundo o articulista, para um povo “incauto (*ingênuo, sem malícia*) e despercebido” (grifos meus)²².

Para Rui Barbosa, que naquele momento se posicionava como adversário político de Seabra, o povo que ali se encontrava era formado por soldados disfarçados, maus elementos, funcionários de repartições federais e empresas responsáveis pelas obras do porto e o grupo Guinle que administrava o serviço de bondes na capital baiana (SARMENTO, 2011, p.144). Vale ressaltar que intendente de Salvador, Júlio Viveiros Brandão, eleito em 1911 com apoio de Seabra ocupou antes o cargo de gerente da empresa Guinle (SARMENTO, 2011, p. 97).

A reportagem do *Diário da Bahia* afirmou que a movimentação do povo no porto e nas ruas era foi porque o comércio e as repartições estavam fechados. Neste caso, segundo o periódico, a cerimônia se transformou num programa de lazer, uma festa pelas ruas centrais da cidade numa tentativa de minimizar a importância do governador. Segundo Sarmento (2011, p. 79-80) as cerimônias de embarque e desembarque de políticos provocavam agitações no porto da cidade e atraía a curiosidade do público pela presença de bandas de música, fogos de artifício, os discursos entusiasmados dos aliados políticos e o desfile pelas ruas da cidade. Essa movimentação atraía olhares, envolvia grande parte da população da cidade que estava distribuída em torno da Baía de Todos os Santos e podiam acompanhar toda a movimentação.

O jornal *Gazeta do Povo* ao descrever a passagem do cortejo político pelas ruas da cidade relatou que havia um grupo de cerca de 860 alunos e alunas que formaram alas com a foto do governador eleito nas mãos e à altura do peito. As alunas se apresentaram com vestes brancas e com laço de fita vermelho e branco significando as cores da bandeira do estado da Bahia. Essas crianças eram alunos de 21 escolas municipais do ensino primário da capital localizadas nos diversos distritos da cidade desde locais próximos como os distritos de São Pedro, Sé e Passo assim como mais distantes como Rio Vermelho, Pituba e Brotas numa demonstração de esforço e dispêndio para que aqueles estudantes estivessem presentes naquele evento.

²² IGHB (Instituto Geográfico e Histórico da Bahia). Setor de Periódicos. *Diário da Bahia*, “*Panem et circenses*”, 29 de março de 1912, p. 1.

Coube ao professor Severo Pessoa da Silva a organização das escolas municipais para prestar homenagem a J.J. Seabra. Severo Pessoa foi um professor influente entre seus pares e junto às autoridades públicas. Durante a sua trajetória chegou a ocupar cargos como secretário da Inspeção e da Diretoria de Ensino em 1913 e Secretário do Ensino Municipal em 1923.

As escolas, seus professores e professoras e a quantidade de alunos de cada estabelecimento de ensino foram relacionados no texto do *Gazeta do Povo* numa espécie de lista daqueles que se fizeram presente naquele importante evento. Essa maneira de exposição pública de solidariedade poderia se reverter em ganhos políticos como a manutenção do emprego, remanejamentos, ajuda financeira, mas também era uma forma de evitar retaliações no caso de funcionários públicos (SARMENTO, 2011, p.82). Em relação ao funcionalismo público, Santos (2001, p.53) afirma que estar próximo ao poder poderia assegurar atendimento a um favor e até a simples percepção de vencimentos em dia dependeria de dos laços de proximidade com representantes do poder.

O *Diário da Bahia* também relatou a presença das crianças naquele evento enfatizando a expressão de cansaço, a falta de alegria e o fato dos alunos estarem alheios ao significado da festa ao segurarem, na altura do peito, a foto do governador que era lembrado no artigo como o “comparsa do bombardeio da cidade” fazendo menção ao evento ocorrido em janeiro daquele ano.

A comitiva do governador foi recebida pelas crianças às onze horas da manhã e certamente para organizar as várias escolas vindas de distritos distantes os preparativos começaram bem mais cedo. É provável que muitas daquelas crianças estivessem naquele lugar desde muito cedo aguardando a passagem do governador daí justificando as expressões de cansaço relatadas pelo periódico de oposição.

O periódico seabrista, por outro lado, descrevia as crianças como alegres e enfatizou que o encontro da comitiva do governador foi um dos melhores momentos da recepção. Segundo a reportagem o cortejo que acompanhava o governador parou diante do grupo de alunos para receber as homenagens das crianças. O governador Seabra, foi presenteado com flores e ouviu o coro das crianças entoarem o Hino Nacional.

Por fim, a jovem Ítala Ornellas, aluna da 2ª Escola da Rua do Paço proferiu um discurso representando as escolas e os alunos presentes dando as boas-vindas ao governador fazendo alusão a ser ele a esperança das camadas populares. Disse a aluna:

Eu vos felicito na modéstia da minha innocencia, que symboliza a pureza dos anjos. Podeis aceitar os louvores: as crianças não sabem architectar a mentira que alimenta a vaidade humana. Quando remodelardes a cidade, quando estaberecerdes o seu saneamento e valorisardes o trabalho, lembrae-vos da «instrução pública» [...] Deus vos illumine no caminho do bem, para felicidade coletiva e o conforto de vossa consciência.²³

A aluna encerrou o seu discurso oferecendo dois ramalhetes de flores ao governador declarando a esperança em um governo de paz, justiça, trabalho e honestidade. Não foi possível saber quem redigiu o texto lido pela jovem estudante, talvez tenha sido elaborado pelo professor Severo Pessoa que organizou a homenagem ou por qualquer outro docente que integrava aquele grupo que rendia homenagens ao governador, porém em meio aos elogios e os floreios havia um pedido humilde para que a educação fosse lembrada pelo governador.

É necessário reforçar que o ensino público primário era de responsabilidade municipal e, portanto, as solicitações deveriam ser direcionadas ao intendente e não ao governador, mas naquele momento o poder era Seabra, a cidade era administrada por um seabrista, Júlio Viveiros Brandão, daí ser compreensível o pedido direcionado ao chefe político.

A presença de professores e alunos do ensino primário municipal em eventos e rituais promovidos tanto pelo governo do estado como pela intendência foi recorrente no período de domínio seabrista na capital. Os líderes políticos utilizavam-se da presença de alunos e professores para demonstrar a sua atenção com dois temas sensíveis à população, as crianças e a educação. Já os professores aproveitavam dessa proximidade para fazerem pedidos, relatarem as suas queixas e reivindicarem melhorias nas condições de trabalho.

O intendente Júlio Viveiros Brandão também se utilizou de um ritual elaborado para promover a sua chegada da capital federal em julho de 1913. Semelhante a cerimônia que recepcionou o governador Seabra na sua posse como

²³ BPEB. Setor de Periódicos. Gazeta do Povo, "Dr. J.J Seabra. Salve triumphador!". 28 de março de 1912, p.1.

governador, aqueles que organizaram o evento de desembarque do intendente buscaram promover o acontecimento com a mesma de cerimônia de grandiosidade e apoio explícito.

Novamente o periódico seabrista *Gazeta do Povo* se encarregou de publicar uma reportagem sobre a chegada e o desembarque do Intendente com destaque para os detalhes da chegada ainda nas águas da Baía de Todos os Santos. A reportagem do *Gazeta do Povo* descreveu, também com riqueza de detalhes a chegada do intendente. Segundo o periódico quando o navio apontou na Baía partiram dos cais do arsenal da Marinha e do portão da “Navegação Bahiana” embarcações onde estavam presentes conselheiros municipais, funcionários das repartições municipais e amigos do intendente.

Após o desembarque os membros do conselho municipal, o representante do governador e o intendente tomaram lugar nos automóveis e partiram para o Paço Municipal²⁴. Ao chegar ao Paço Municipal o intendente foi recepcionado por estudantes do ensino primário municipal que jogaram flores à medida que o intendente adentrava ao local. O intendente caminhou por duas alas de alunos, recebeu cumprimentos e ouviu um discurso de saudação proferido por uma aluna que não teve o seu nome revelado. Aproveitando o momento o intendente discursou agradecendo a recepção. O jornal não publicou os conteúdos dos discursos da aluna e nem do intendente.

As semelhanças rituais em relação à chegada de Seabra em 1912 também foram verificadas na relação de escolas e professores presentes no evento. A reportagem citou 600 alunos presentes no Paço Municipal e a presença de professores 25 escolas dos diversos distritos da cidade. Entre os professores presentes citaram-se as professoras Leonor Ferreira, Eufrosina Miranda, Maria Augusta Oliveira, Mariana Olympia dos Santos, Sydonia Gonçalves de Oliveira Alcantara entre outras. Dentre os professores presentes estavam Severo Pessoa, Cincinato Franca, Jacintho Caraúna e Alberto Correia.

A relação de proximidade entre professores do ensino primário e o intendente Júlio Brandão não ocorreram somente em solenidades públicas. Em outros momentos o encontro ocorreu no gabinete da intendência mantendo-se o roteiro da

²⁴ BPEB. Setor de Periódicos. *Gazeta do Povo*, “A chegada do Intendente”, 26 de julho de 1913, p. 2

presença de alunos e leitura de discurso com elogios à autoridade pública, porém em algumas situações, logo após os elogios e ao pedido havia uma crítica à situação do ensino na capital.

Em 23 de agosto de 1913 uma comissão de alunos do Grupo Escolar Rio Branco que era regido pelo professor Cincinato Franca, esteve no gabinete do Intendente Júlio Brandão para solicitar uma máquina de escrever para auxiliar nos seus estudos. O grupo de estudantes foi recebido pelo Intendente e um dos alunos, Heitor Odwyer, 14 anos, leu um breve discurso justificando o seu pedido lembrando a importância de preparar o homem para o futuro, para o progresso e na evolução física e moral das crianças. No texto lido pelo estudante havia elogios direcionados ao Intendente na intenção de sensibilizá-lo para o atendimento ao seu pedido. O aluno declarou que estava “convencido que não esmolamos porque estamos diante do espírito puro e justo que preside o destino da nossa cidade do Salvador, saímos certos que o filho do povo será atendido no seu pedido.”²⁵

Após alguns dias o Intendente Júlio Brandão atendeu ao pedido dos alunos fornecendo-lhe a máquina de escrever e esse ato foi agradecido pelo professor Cincinato Franca por meio de um ofício dirigido a autoridade. No ofício, entre agradecimento e elogios ao intendente municipal, o professor aproveitou o momento para comentar a situação da instrução pública e a importância do professor primário. Lembrou o professor Cincinato Franca “o perigo do analfabetismo que nos amedronta e que emana todos os dissabores e desastres sociais, dependendo tudo directamente da falta do ensino popular.”. Discorria ainda que “um povo sem instrução, é um povo sem sistema nervoso que coordene o solidário funcionamento dos outros órgãos” e valorizando o papel do professor afirmava que “a reforma e o progresso dependem mais dos professores do que dos programma (sic); a organização pura e professores persuadidos do seu eminente papel, a organização pública sem devaneios de popularidade enganadora [...] reorganizarão de facto o nosso ensino”²⁶.

Nos momentos que os professores estiveram diante das autoridades aproveitavam para fazerem, pelo ao menos, três colocações. A primeira era a

²⁵ BPEB. Setor de Periódicos. Moderno 23 de agosto de 1913.

²⁶ BPEB. Setor de Periódicos. Moderno, 30 de agosto de 1913.

importância da instrução para o progresso do país, a segunda era a relevância do papel do professorado e a terceira eram as queixas sobre suas condições de trabalho e a precariedade dos imóveis onde estavam situadas as escolas. Algumas vezes isso ocorria de forma sutil e floreada como a resposta do professor Cincinato Franca, em outras vezes as queixas eram mais diretas e incisivas.

3.2 – A situação das escolas primária e as queixas do professorado.

As queixas dos professores eram frequentes e, em alguns momentos, elas eram mais incisivas citando as condições nas quais o ensino era ofertado. Foi assim que em novembro de 1912 o jornal *Gazeta de Notícias* publicou um pequeno texto de um autor identificado pelas iniciais C.F. A escrita sugere que o autor era alguém que vivenciava o dia a dia das escolas e conhecia a lida dos professores primários da capital²⁷. As iniciais do nome levanta a suspeita do autor ser o professor Cincinato Franca. Essa desconfiança se justifica porque o professor, após a sua mudança da cidade de Cachoeira para Salvador, colaborou com alguns jornais versando sobre assuntos variados. Mais adiante abordaremos a atuação do professor Cincinato Franca na imprensa da cidade de Cachoeira.

Assim como o texto da aluna Ítala na recepção da chegada do Seabra como governador eleito da Bahia, o redator do texto publicado no periódico também implorava pela lembrança das autoridades públicas para com a instrução pública. O texto publicado tinha mais frustração e desabafo do que esperança e lembrava a condição de trabalho do professor. Assim escreveu o autor:

A instrução pública, na Bahia, é o tipo completo de uma grande mendiga, toda coberta de andrajos e faminta [...] Sem abrigo, sem forças e sem pão, abandonada e triste, Ella vae atravessando uma existência inglória, pedindo aos ceos, por misericórdia lenitivos para sua enorme desdita e para infelicidade dos seus pobres filhos, os professores primários, que, destituídos de garantias e pagos miseravelmente, vivem esquecidos, como se fossem os últimos dos cidadãos, quando, entretanto, a elle e que se acha confiada a gigantesca e sagrada missão de preparar o futuro da Pátria²⁸.

²⁷ Ver: SILVA, Pedro Celestino. Prof. Cincinato Ricardo Pereira da Franca. In: *Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia*, nº 68. 1942, p.59-61.

²⁸ BNDigital (Biblioteca Nacional Digital). *Gazeta de Notícias*, 7 de novembro de 1912, p.3

O autor do texto descreveu a instrução pública como algo abandonado pelas autoridades públicas, sem recursos e vivendo em completa precariedade. Sem esperança para uma ação imediata lançava suas esperanças aos “ceos” para minimizar a sua situação de desdita, ou seja, sua infelicidade, seu infortúnio.

Clamava, ainda, em favor dos professores primários, os “pobres filhos”, descrevendo o abandono caracterizado pelos baixos salários recebidos tendo em vista a missão de preparar o futuro da pátria. Esse seria um discurso recorrente do professorado, muitas vezes lembrado diante das autoridades públicas ao confrontarem a sua situação com os discursos dos governantes sobre a importância de educar o povo. O autor da carta seguiu com suas queixas, cobranças e denúncias:

Pois bem, meus senhores, já que se pretende agora fazer alguma coisa para felicidade desse Estado, tenhamos todos compaixão desta inditosa mulher, melhorando-lhe os dias com um modesto vestidinho novo, um pouco de leite e um pedaço de lar ao menos regularmente higiênico.

Levemos ao professorado o conforto, a regalia e a formosa consideração a que tem incontestável direito, para que possa desempenhar os seus deveres com toda calma e serenidade, ao mesmo tempo que devemos tocar fogo nestes mobiliários escolares feitos de caixa de kerosene, que andam por ahi afora nos envergonhando, miseravelmente.

Abaixo, pois, a miséria em que se acha a Instrução Pública!

Abaixo, sim meus amigos!

A carta retratou as condições da instrução pública no município de Salvador com destaque para sua situação de precariedade e de abandono. Em tom de súplica, solicitava uma atenção mínima, “vestidinho novo, um pouco de leite e um pedaço de lar”, não esperava muito, além disso. No seu desabafo cobrava mais investimento e consideração para com os professores referindo-se ao salário e um local em condições dignas, higiênicas, para exercer sua profissão.

Contrariado com situação, o autor do texto propôs a queima dos móveis escolares impróprios feitos a partir de “caixas de kerosene” talvez recolhida no lixo ou doada por quem não faria mais uso desse material e como não tinha destino servia como assento nas salas escolares produzindo um sentimento de vergonha ao professor ou a quem presenciou essa situação de miserabilidade. Finalizando, mostrava-se inconformado, mobilizava a sociedade e a classe dos professores para reagirem diante à situação exposta.

A foto publicada pelo jornal *A Tarde* em primeira página foi acompanhada de um texto que lembrava que em 1912 o mesmo jornal já tinha realizado uma reportagem em que relatou a situação de crianças “sentadas em caixas de gaz” como era chamado popularmente o querosene. Na imagem é possível verificar as crianças sentadas em caixas e utilizando-se da parede para servir de encosto. Ao lado do grupo de crianças é possível verificar uma das caixas com o nome “estrela” que era marca de um fornecedor de querosene. O querosene era utilizado em candeeiros, uma espécie de lamparina, que servia para iluminar habitações e casas comerciais da cidade.

Foto 3 – alunos sentados em caixas de querosene



Fonte: Jornal A Tarde – 09 de julho de 1918

O querosene era distribuído pela cidade através de “carrocinhas de gaz” que levavam caixas do produto para ser vendido fracionado para população. Era possível também comprar a caixa do produto²⁹. Eram essas caixas que após o uso, ao invés de serem destinadas ao lixo, acabavam nas salas de aulas. O fornecimento de energia elétrica na cidade era irregular e com isso era comum nas residências ter um candeeiro a base de querosene quando falhava o fornecimento de energia ou ainda o candeeiro era a única forma de iluminação das residências. Verificando as fontes jornalísticas foi comum encontrar notas sobre acidentes envolvendo queimaduras decorrentes do uso de candeeiros.

²⁹ BPEB. Setor de Periódicos. Jornal O Imparcial, 04 de janeiro de 1919

Nem sempre os professores recorriam ao anonimato para demonstrarem o seu descontentamento. Houve momentos em que o desabafo foi feito diretamente ao Intendente municipal. Os professores quando utilizavam da palavra publicamente se valiam da retórica, da eloquência e de uso das metáforas para dar relevância ao discurso. A eloquência nos discursos e o bom manejo das palavras estavam presentes nas manifestações dos homens públicos baianos desde os tempos imperiais.

A Bahia era reconhecida como a Atenas brasileira pela presença de homens que dominavam a arte da política, a persuasão pela palavra e a intenção de demonstrar a sua intelectualidade. A Bahia era reconhecida pela produção de homens que reencarnavam as qualidades do cidadão ateniense: domínio da oratória e sentimento cívico-patriótico (LEITE, 2012, p.159-164).

Em dezembro de 1912 ocorreu em Salvador a Exposição de Trabalhos Escolares. Esse era um evento em que participavam professorado municipal juntamente com seus alunos para apresentar ao público os diversos trabalhos escolares realizados durante o ano. Nesse evento esteve presente o governador J.J Seabra, o Intendente Júlio Viveiros Brandão, autoridades municipais e a imprensa.

No dia da abertura da exposição ocorreram discursos e entre os oradores estava o professor do ensino primário, Vicente Ferreira Café, que se encontrava na tribuna junto com as autoridades municipais. No seu momento de fala o professor proferiu o seu discurso para o público presente e entre eles professores e professoras. Na sua fala o professor Café tratou sobre as dificuldades do exercício da profissão docente tida por ele como “nobre” pelos seus objetivos, reconhecida publicamente e depositária da confiança dada pela lei e pela família.

Diante dos pares, autoridades, jornalista e ouvintes o professor tratou o magistério como elemento de relevante importância para a nação. O professor utilizou o seu arcabouço teórico e sua habilidade discursiva para elencar as dificuldades pelas quais passavam o ensino primário e, ao mesmo tempo, cobrava ações por parte do governo municipal.

Nos momentos iniciais do seu discurso o professor elogiou o Intendente Júlio Viveiros Brandão e valorizou o seu trabalho como administrador da cidade e disse que apostava nos esforços do intendente para melhoria das condições do ensino

primário. Sem querer se indispor com o Intendente e agindo para evitar possíveis retaliações o professor Vicente Café sugeriu que as mudanças viriam com as ações do administrador municipal. Segue um trecho do discurso do professor:

Caros meninos, quando a vossa escola for um templo e nós os sacerdotes, irmanados mestres e discípulos, entoemos hinos de gratidão ao Dr. Júlio Brandão pelo muito que fizer em prol da instrução, ele que mais nos consubstanciará no futuro, já que no presente há tendência para abri-lo.

O Professor Vicente Ferreira Café se mostrava ciente do papel importante da instrução para aquele momento político ao lembrar que durante longo tempo a educação vinha palmeando “o caminho da civilização e do progresso” e utilizando-se da linguagem metafórica afirmou que “um povo sem instrução não é povo; é um acervo de seres sem classificação moral, vivendo vida de protozoários, limite entre o ser homem e o ser fera. ”

Criticando aqueles que conduziam a República, alertava que ao não privilegiar a educação “os tentáculos da ignorância, *aphyxiando* o povo, [ilegível] *aphixiados* seriam todos, os seus direitos e liberdades públicas, nesta República em que ainda predomina a prepotência do grande sobre o pequeno, sem ar, sem luz, sem pão!”. A causa para essa situação, segundo o professor Vicente Café, seria a má vontade, a inércia e a falta de interesse das autoridades públicas. Em seu discurso o professor relata um exemplo das más condições de trabalho numa escola.

As nossas escolas são realmente muito vazias, muito nuas: o que nela existe são bancos toscos, muitos deles desconjunctados, quebrados e assim mesmo adquiridos ou por empréstimo a visinhança, ou a custa do pequeno, do mingado vencimento que mal chega ao professor³⁰.

Ao finalizar o seu discurso o professor fez referência ao destaque que a imprensa oferecia às questões relacionadas à instrução pública e a educação dos jovens, no entanto o professor alertava que as possíveis falhas da instrução não podiam ser atribuídas somente aos professores, mas deviam ser compartilhadas

³⁰ BPEB. Setor de Periódicos. A Tarde, 16 de dezembro de 1912, p. 4.

com a família e pelos responsáveis pelos “atrasos” referindo-se aos responsáveis pela condução da instrução pública na cidade.

Na percepção do professor os docentes sentiam-se envergonhados e desprestigiados. A “classe” encontrava-se em “abatimento moral e intelectual” e demonstrando um sentimento semelhante ao do escritor carta, o professor declarou que seus colegas se sentiam como “os últimos dos cidadãos”.

Carregado de sentimentalismo o professor finalizou o seu discurso direcionando as palavras para os alunos presentes, porém com críticas ao governo:

Sei o quanto de entusiasmo arde no peito destes pequeninos gigantes com a mesma intensidade do sol dos trópicos, vendo seus mestres pleitiando a reivindicação dos direitos e deveres que os governos tem para com elles, mas d’elles inteiramente esquecidos.

Pequenos filhos do presente e das futuras gerações levantai as mãos supplices a Virgem da Piedade, para que ella inspire os governos na prática do bem.

Quando a palavra foi dada ao Intendente Júlio Brandão a sua resposta não foi de negação às situações descritas pelo professor Vicente Ferreira Café e nem às reivindicações proferidas. O Intendente primeiramente exaltou a importância da educação como o principal dever do governo mesmo reconhecendo o estado de necessidade das escolas.

Ao invés de dar respostas às reclamações recebidas da tribuna, o Intendente preferiu elencar quatro necessidades essenciais para a instrução pública. A primeira era um professorado bem preparado. A segunda seria a escolha de um método de ensino eficaz para a necessidade do aluno, a terceira a propriedade de prédios escolares providos de condições adequadas de higiene, iluminação e espaço ideal para comportar os alunos; e, por fim, a quarta condição seria a aquisição de material pedagógico adequado.

O Intendente admitiu que somente a primeira necessidade estava atendida, ou seja, um grupo de professores competentes, quanto as outras ele reconheceu a deficiência ou inexistência dos requisitos que ele mesmo indicava como prioridade para uma boa instrução.

Tanto o texto publicado no jornal *Gazeta de Notícias* como o discurso do professor Vicente Café publicado no jornal *A Tarde* possuem em comum a centralidade do assunto relacionado ao ensino primário da capital baiana e a sensação de abandono expresso nas manifestações.

Os professores sentindo-se esquecidos, desamparados e cobravam ações por parte governo ao expor suas condições de trabalho em imóveis inapropriados, anti-higiênicos e cercado de um mobiliário improvisado e danificado. Já naquele momento os professores já se queixavam da baixa remuneração que, nas palavras do professor Vicente Ferreira Café, “mal chega ao professor” referindo-se aos atrasos dos pagamentos e que atendia somente “as primeiras necessidades da vida”.

A situação de precariedade das escolas do ensino primário municipal foi também um assunto pela imprensa que tratava desse paradoxo da importância as instruções para a sociedade, mas que acontecia em espaços precários e improvisados.

3.3 – Os repórteres visitam as escolas

As condições físicas das escolas primárias da capital foi assunto de longas reportagens por alguns periódicos que circulavam na cidade. Os repórteres visitavam escolas da cidade e descreviam os seus espaços interiores. Na maioria das vezes os relatos davam conta de uma estrutura em que prevalecia o desconforto, más condições de higiene e precariedade do mobiliário escolar.

Os repórteres que visitaram as escolas tinham o olhar direcionado para questões higiênicas como a falta de ventilação, entrada de luz solar e o odor. Eles davam atenção à divisão interna dos imóveis que, na quase na sua totalidade, não foram construídas para servirem como escolas.

As suas observações carregavam uma carga de horror pelo antigo e o anseio de verificar algo que atendesse aos anseios de modernidade. Relevando esse olhar direcionado dos repórteres deve-se atentar para os detalhes descritos que mostra as dificuldades para exercer o magistério público na cidade de Salvador.

Em 1912 o jornal *A Tarde* publicou uma reportagem em que relatava as condições de uma escola do sexo masculino. Os repórteres visitaram um casa antiga de dois andares que foi descrita como de “architettura bisonha, sem esthetica, mal dividida, sem luz, sem ventilação, humidas, cheirando a bafio [mofo], moradia predilecta das aranhas caranguejeiras e dos morcegos.”³¹ A descrição do repórter também detalhava as condições do móveis escolares velhos e improvisados com caixas de velas, querosene e alguns bancos feitos as custas do professor.

No início de 1913 o jornal *Gazeta de Notícias* publicou uma reportagem rebatendo o que chamou de boatos sobre a baixa matrícula e frequência dos alunos nas escolas do ensino primário. Para desmentir os boatos os repórteres do jornal percorreram 23 escolas de diferentes distritos em um único dia constatando que havia pouca diferença entre matrículas e frequências e que as escolas funcionavam normalmente.

Os repórteres não fizeram comentários sobre as condições das escolas e nem fizeram menção a algum tipo de comentário dos professores. Para os apoiadores do governo o bom andamento da instrução pública estava representada nos aspectos quantitativos, ou seja, o números de escolas em funcionamento, a quantidade de matrículas e frequência³².

As condições do ensino primário da cidade de Salvador foram também abordadas pelo jornal *Moderno* através de uma série de reportagem intitulada “Outro Inquérito Útil” que se propôs a percorrer diversas escolas do ensino primário da capital baiana para saber “em que pé se acha o ensino municipal e quais são as suas necessidades”³³.

No ano de 1913, entre os meses de setembro a novembro, os repórteres do jornal *Moderno* percorreram escolas do ensino primário da capital instaladas em diversos distritos desde os localizados na parte central da cidade como a Sé, São Pedro, Mercês, Carmo, Santo Antônio e Pilar outras nos arredores da parte central como Nazaré, Sete Portas assim como também lugares mais distantes como Rio Vermelho e Amaralina.

³¹ BPEB. Setor de Periódicos. Jornal *A Tarde*, 21 de outubro de 1912.

³² BNDigital. *Gazeta de Notícias*, 27 de fevereiro de 1913

³³ BPEB. Setor de Periódicos. *Moderno*, “Outro Inquérito útil”, 01 de setembro de 1913, p.1

Nessas visitas os repórteres realizaram entrevistas com as professoras responsáveis pelas escolas e descrevendo as condições físicas e materiais dos estabelecimentos de ensino. Todas as escolas visitadas pelos repórteres tinham professoras como responsáveis confirmando a prevalência feminina no magistério como descrito no capítulo anterior. A maioria dos estabelecimentos visitados eram escolas voltadas para o sexo feminino e a minoria eram escolas mistas ou atendiam somente o sexo masculino.

Os imóveis onde funcionavam as escolas primárias visitadas pela reportagem não eram prédios construídos para fins escolares, tratava-se de imóveis residenciais ou comerciais que eram adaptados para que fossem ministradas aulas. Essa adaptação não levava em conta aspectos pedagógicos, conforto, adaptabilidade ou higiene, mas a disponibilidade de um imóvel que oferecesse um mínimo de espaço e que fosse possível o pagamento pelo professor já que eram eles que faziam o papel de locatários.

Era o professor que tinha a responsabilidade de pagar o aluguel e para isso recebiam um valor adicional no seu vencimento de 50\$000 para o auxílio da locação. Esse valor não era suficiente para custear a locação de um imóvel com um espaço para instalar uma escola. As professoras informaram que tinham que complementar o valor da locação com parte do seu salário que era 200\$000.

A professora Emília Lobo Vianna durante entrevista ao jornal *Moderno*³⁴ fez crítica a essa situação ao informar ao repórter que pagava 100\$000 de locação em um segundo andar e um sótão onde acomodava 190 alunas. A professora informou que os altos preços dos aluguéis no distrito do Carmo onde estava instalada a escola dificultava a instalação em um lugar mais apropriado. A professora Emília Vianna queixou-se de seu salário para o repórter dizendo que o valor recebido era um “simples ganha-pão” e ainda declarou que quem se dedica ao magistério “exerce um sacerdócio e deve ter mais em vista a instrução dos pequenos patrícios do que seu bem-estar particular”.

Em relação às condições dos prédios visitados as impressões descritas pelos repórteres eram bem ruins. Na escola do sexo feminino da professora Leonor

³⁴ BPEB. Setor de Periódicos. *Moderno*, 9 de setembro de 1913.

Ferreira a descrição foi de um prédio anti-higiênico. A escola estava instalada em duas salas, um corredor e um quarto onde estudava 190 alunas.

A escola mixta da professora Lina Victório instalada na localidade do Matatu possuía um aspecto curioso, a pedra que servia de quadro negro estava instalada no fundo da casa, mas no imóvel do vizinho, os assentos eram improvisados em caixões de querosene.

A equipe do jornal *Moderno* também visitou a escola da professora Eufrosina Amélia de Miranda que ministrava aula para 32 alunos do sexo masculino no distrito do Pilar em uma casa localizada em frente a um depósito de carvão que provocava a presença do pó negro na sala de aula, nas portas e janelas. A professora apresentou suas queixas em relação às condições que se encontravam o ensino e convidou os repórteres a chegarem até uma janela que dava vista para a praia e mostrou um grupo de crianças que estavam fora da escola.

A professora observou que havia mais meninos na praia rolando nas areias, jogando pedras na água e brincando com os outros do que na sua sala de aula. Para a professora a solução seria o ensino obrigatório³⁵. Talvez a sua fala expressasse o desejo de uma maior ação do poder público já que o ensino era obrigatório para crianças entre 06 e 14 anos de idade.

A baixa frequência dos alunos nas escolas e quantidade de crianças nas ruas foi tema de artigo no jornal *Diário de Notícias* que fez críticas ao governo devido à presença de crianças pelas ruas da cidade. O articulista em sua escrita carregada de preconceito afirmava que se encontrava nas ruas da cidade “centenas de meninos que sem destino, vagabundos, se entregam a ociosidade, inutilizando-se para o trabalho e tornando-se nocivos a sociedade”. Prosseguia o artigo tratando dos delitos cometidos, as arruaças, palavrões, embriaguez, brigas e os problemas com a polícia. Ao final do texto o articulista sugeria duas formas de combater situação, a criação de colônias correccionais e escolas para destinar os “menores vagabundos”³⁶.

A presença de crianças perambulando pelas ruas era tida com uma cena de não civilidade e uma ameaça social. Crianças pobres e desacompanhadas nas ruas,

³⁵ BPEB. Setor de Periódicos. *Jornal Moderno* 7 de novembro de 1913

³⁶ BPEB. Setor de Periódicos. *Diário de Notícias*, 11 de janeiro de 1913

principalmente nas partes da cidade que sofreram intervenção urbanística, era visto como um risco social, como algo que precisava ser disciplinado e controlado pelas autoridades públicas (LEITE, 1996, p. 130-134).

Mesmo com todas as dificuldades as professoras evitavam críticas ao Intendente Júlio Viveiros Brandão mesmo sendo instigadas pelos repórteres que sempre perguntavam “que juízo” as professoras faziam do Intendente. As professoras se referiram ao Intendente como um homem preocupado com a instrução pública, um esforçado em melhorar as condições das escolas. As professoras relatavam as promessas feitas pelo intendente em relação à construção de prédios escolares. Ele era elogiado por manter os pagamentos dos salários regulares. No entanto após o quinto “inquérito útil” publicado os repórteres do jornal sentiram dificuldades para falar com as professoras e foram a procura do Intendente para que ele declarasse o seu apoio a iniciativa do periódico. Como já foi tratado anteriormente não era interessante ter qualquer tipo de indisposição com quem ocupava posições no governo.

Os repórteres procuraram o intendente e após serem recebido pelo mesmo e conversarem sobre o “inquérito útil” foi publicado o seguinte texto:

O Dr. Júlio Brandão disse-nos desejar que todos as professores e professores saibam que elle, Intendente, aplaude o nosso inquérito, e que nada lhe será mais agradável que a franqueza absoluta do nosso entrevistado.³⁷

Os repórteres tinham percebido receios por parte das professoras em falar sobre a sua situação e por isso buscaram a declaração de apoio ao Intendente. Os jornalistas sabiam que as declarações do “o *outro inquérito útil*” circulavam entre os professores e eram acompanhadas por eles, daí a importância da publicação da declaração do Intendente. Ao visitarem a professora Emília Lobo Vianna o repórter iniciou a sua conversa com a seguinte declaração: “ já leu a senhora em meu jornal, qual a vontade do dr. Júlio Brandão, para que as alunas-mestras falem com absoluta franqueza? ”. A professora respondeu positivamente e elogiou o intendente pela atitude.

³⁷ BPEB. Setor de Periódicos. Moderno, 6 de setembro de 1913, p. 1.

O “inquérito útil” despertava interesse das professoras. Ao visitar a escola da professora Maria Augusta a equipe foi recebida pela digna professora que declarou que ouviria os repórteres sem constrangimento. A professora elogiou a atitude do jornal e afirmou que acompanhava as reportagens e como prova mostrou o exemplar do dia anterior.

A professora Maria Augusta reclamou das condições do mobiliário e reivindicou que fosse designado um “criado” para o asseio das escolas. Sendo perguntada sobre o Intendente a professora reclamou da ajuda de custo para o aluguel e fez elogios a regularização dos pagamentos atrasados. Sabendo que a leitura da reportagem era feita pelas suas colegas e pelas autoridades municipais a professora disse que era para o repórter não se esquecer de escrever que “o mobiliário é o pior possível”.

A equipe de reportagem constatou que nas escolas visitadas havia uma diferença entre alunos matriculados e os presentes em sala de aula. A situação de pobreza dos alunos, as dificuldades de acesso em dias de chuva e até doenças eram apontadas como causas das ausências dos alunos nas escolas.

A pobreza foi citada pela professora Jesuína Beatriz d’Oliveira pela diferença entre matriculadas e frequentadores nas escolas. Segundo a professora dos 144 alunos matriculados a média de frequência era de 120 alunos e essa diferença era devido à pobreza dos alunos ³⁸. A professora Amélia de Araújo Bittencourt que estava a frente de uma escola no Distrito do Rio Vermelho afirmou que a pobreza era o principal fatos de ausência dos alunos e que eles tinham que trazer os “banquinhos para não ficarem de pé”³⁹.

A professora Carolina Rosa Simões que atuava na escola mista na localidade do Lucaia, distrito do Rio Vermelho, informou que a ausência dos alunos era tanto por causa da pobreza como também devido a lama formada em dias de chuva que impedia a chegada dos alunos. A professora ainda fez cobrança sobre a promessa de passagem gratuita nos bondes para os pobres que ainda não tinha sido comprida⁴⁰.

³⁸ BPEB. Setor de Periódicos. Moderno, 11 de setembro de 1913.

³⁹ BPEB. Setor de Periódicos. Moderno, 16 de setembro de 1913

⁴⁰ BPEB. Setor de Periódicos. Moderno, 18 de setembro de 1913

Vale ressaltar que na avaliação de algumas professoras nem todos seus alunos eram considerados pobres. A professora ao ser questionada se a falta de alguns alunos seria por causa da pobreza a docente respondeu que na escola que ela atuava, na localidade do Cabral, no distrito de Nazaré, poucas eram as alunas que podiam ser qualificadas como pobres. A professora Maria Augusta de Oliveira, que já teve a sua declaração citada neste trabalho afirmou que sua escola tinha “meninas que podem meninas ricas”, porém a maioria eram alunas pobres. As professoras deixaram escapar que elas classificavam como pobres os alunos que faltavam a escola para trabalhar com seus pais. É possível que houvesse outros critérios como desenvolvimento corporal, estado das roupas e até os próprios relatos dos alunos, porém não foi possível verificar nas fontes consultadas.

Em relação às doenças que afastavam os alunos das escolas a professora Maria Olympia que estava à frente de uma escola no distrito de Nazaré informou que a papeira (caxumba) era o principal motivo das faltas⁴¹. A professora Sophia de Albuquerque Lisboa informou que além da papeira, outra doença que grassava era a catapora. A caxumba é uma doença viral que pode ser transmitida por gotículas de saliva de pessoas infectadas e os surtos costumam ocorrer no inverno e primavera sendo as crianças as mais atingidas. Como as entrevistas foram realizadas no mês de setembro, entre o final do inverno e início da primavera, é compreensível que o afastamento de alunos pela doença estivesse na memória das professoras.

A equipe do *Moderno* quando visitou a escola da professora Elvira d’Almeida Gualberto localizada no distrito de São Pedro descreveu o prédio onde estava instalada a escola como de aspecto “pior possível”, com chão de cimento muito úmido e paredes rachadas de alta a baixo.

Durante a visita a professora informou que a escola já tinha sido interditada pelo órgão responsável pela Higiene. A escola tinha poucos alunos e o motivo explicado pela professora foi que a partir de setembro o número de alunas reduzia porque as meninas acompanhavam as suas mães que iam trabalhar nas casas de veraneio dos seus patrões, porém não se descarta que essas meninas pobres possam ter sido ofertadas para o trabalho doméstico. Era comum que meninas

⁴¹ BPEB. Setor de Periódicos. *Moderno*, 4 de setembro de 1913

pobres fossem levadas por mulheres também pobres que já prestavam serviços às famílias abastadas para serem introduzidas na aprendizagem do serviço doméstico.

Muitas meninas eram trazidas das cidades do interior e eram entregues nas casas em tenra idade para aprenderem e se adaptarem o mais cedo possível ao trabalho. Essas meninas eram conhecidas como Catarina (FERREIRA FILHO, 1994, p.51-52). É possível que as famílias pobres que mantinham seus filhos na escola não desejassem esse destino e por isso buscavam as escolas para a alfabetização e a aprendizagem de prendas domésticas como costura e artesanato na esperança de um futuro melhor.

Outro fator que afastava o aluno da escola era a sua aparência que não era atrativa tanto no seu aspecto físico como didático. Lembrou Zózimo (2000, p.21) que a escola para o aluno iniciante era “motivo de medo e repulsa, acentuados pela figura austera e até ameaçadora do professor, demonstrando a possibilidade de castigos corporais, tendo a palmatória como seu maior instrumento.”.

Foi durante a visita de uma das escolas que os repórteres testemunharam o uso da temível palmatória. Após subirem uma longa escada os repórteres chegaram à sala de aula onde se encontrava a aluna-mestra Maria José de Figueredo Gesteira castigando um dos seus alunos com bolos utilizando uma palmatória. Pedindo desculpas aos visitantes a professora suspendeu o castigo e informou que era uma necessidade, um “estimulizinho” e justificava sua ação, alisando a cabeça de um aluno dizendo que “não é máo (sic) um bolinho”. A criança respondeu de maneira impulsiva, “eu não gosto, não!”. Talvez não fosse somente do castigo que a criança não gostava, mas também de estudar em uma escola próxima ao trapiche e a zona portuária onde uma mistura de odores vinda dos depósitos de mercadorias composta de fumo, café, couro e pescados que deixavam, segundo os repórteres, “um odor esquisito e desagradável ao orphato (sic)⁴².”

As condições precárias de como era ofertado o ensino primário público municipal estava espalhada pela cidade. A situação não apresentava sinais de melhoras e agravou-se à medida que a situação financeira do município se tornava deficitária. A década de 1910 em Salvador foi marcada pelas iniciativas voltadas para as reformas urbanísticas nas regiões centrais da cidade que consumiram altas

⁴² BPEB. Setor de Periódicos. Moderno, 4 de novembro de 1913.

somas de recursos e foi motivo para o endividamento da cidade. Influências externas como a guerra no continente europeu a partir de 1914, as dificuldades para obtenção de empréstimos estrangeiros juntamente com situações internas como desvio de verba pública, carestia e desabastecimento provocaram agitação social, política e as dificuldades financeiras na cidade.

Os professores do ensino primário na sua condição de funcionário público sofreram consequências diretas devido às dificuldades financeiras do tesouro municipal. Essas consequências foram a falta de pagamento dos seus salários e da ajuda de custo para o pagamento dos alugueis dos imóveis onde estavam instaladas as escolas provocando constantes ameaças de despejos dos imóveis que para alguns era também o lugar de moradia.

Os opositores políticos dos seabristas não pouparam críticas e através dos periódicos deram cada vez mais visibilidade à situação de precariedade do ensino primário e do professorado municipal como uma forma de atingir o governo. O ensino primário público enfrentou dificuldades desde a sua municipalização nos anos finais do século XIX, porém o agravamento da crise financeira a partir de 1915 gerou tensões entre o professorado e a intendência municipal. A crise financeira no município de Salvador e as consequências para o professorado municipal será o assunto abordado no próximo capítulo.

4 - A CRISE FINANCEIRA DO MUNICÍPIO E O PROFESSORADO

Para analisar o impacto da crise financeira do município de Salvador na situação do ensino primário público é necessário recuar para os anos iniciais da República e verificar como ocorreu o processo de municipalização do ensino primário na capital.

4.1 O endividamento do estado e do município

O endividamento do município de Salvador foi consequência de fatores como as más gestões municipais, a baixa receita, o pagamento de juros de empréstimos e desvios financeiros que colaboraram para o alto endividamento e a condição de dificuldade financeira.

Nas primeiras décadas republicanas os estados da federação e os municípios recorreram a empréstimos financeiros para executarem obras de reformas urbanas, ampliação de serviços de iluminação, saneamento, transporte, etc. O estado da Bahia e a cidade de Salvador também recorreram a esses recursos e se endividaram para manter em curso as iniciativas de modernização.

O endividamento do estado foi crescente desde os anos iniciais da Primeira República até o final da década de vinte. A dívida interna do estado subiu de 3.388:100\$000 no de 1895 para 119.118:050\$000 em 1929 principalmente pelo uso recorrente de empréstimos estrangeiros. Em 1930, o estado da Bahia devia 6 milhões de libras à Inglaterra e 48 milhões de francos a França (TAVARES, 1974, p.231). A facilidade de contrair empréstimos não era compensada por um aumento das receitas e ainda sofria consequências das más administrações públicas.

Maia e Saraiva (2012, p.106-134) atribuem esse endividamento a autonomia dada pela constituição federal de 1891 para que os estados e municípios pudessem contratar empréstimos internacionais sem a intermediação do governo federal. Nesse percurso tanto o governo da Bahia como a Intendência de Salvador buscaram recursos em instituições estrangeiras para financiar obras públicas de infraestrutura, cobertura de déficit fiscais e para quitar dívidas internas como

pagamento do funcionalismo e fornecedores. Os autores fizeram um levantamento dos empréstimos obtidos pelos estados entre 1894 a 1913 e verificaram que estes representavam o equivalente a 11% do Produto Interno Bruto (PIB). Ao incluir o ano de 1914 somente a dívida externa produzida pelos estados e municípios representava 38,9% da dívida externa nacional (p.121).

O estado da Bahia e o município de Salvador ampliaram o seu endividamento a partir de 1912 e o principal motivo para isso foram os empréstimos obtidos para financiar a reforma urbana na capital. A reforma urbana é entendida como

o conjunto das intervenções realizadas no tecido urbano existente, transformando sua malha, introduzindo melhoramentos, principalmente na infraestrutura, e delineando um novo modelo ideológico e cultural.(PINHEIRO,2011, p.25)

Essas intervenções urbanísticas ocorreram na cidade no melhoramento do porto e suas áreas adjacentes, nas vias de ligação entre a Cidade Baixa e Alta, na abertura de avenidas na área central da cidade e ligação com a parte litorânea. Outras ações ocorreram como as demolições e construções de casas e prédios ao longo das avenidas, a construção de praças e jardins, obras de saneamento básico, iluminação pública e voltada para o transporte público. As intervenções eram realizadas e defendidas em prol da necessidade de modernizar a cidade.

A remodelação urbanística da cidade foi um trabalho em conjunto envolvendo a união, o governo estadual e a intendência municipal. Esse trabalho em conjunto foi facilitado pelo alinhamento político entre o presidente Hermes da Fonseca, governador J.J. Seabra e o intendente Júlio Viveiros Brandão.

Segundo Leite (1996, p.56) coube a União as obras de aterramento, construção de armazéns e cais no porto da cidade além das intervenções para o alinhamento e alargamento de ruas no Bairro Comercial. Ainda segundo o autor coube ao município as obras na Cidade Alta como o alargamento de ruas, modificação de vias, asfaltamento e calçamento. O autor afirma que era a intendência a responsável pelas reformas na cidade, porém em maio de 1912 o Conselho Municipal formalizou a participação do governo do estado na execução de obras na cidade.

As obras de remodelação urbana foram financiadas a partir de empréstimo obtido no exterior pelo governo baiano gerando dívidas às administrações posteriores. A escassez de recursos externos a partir de 1915 devido ao conflito bélico no continente europeu gerou desequilíbrio no orçamento municipal tendo como reflexo imediato o atraso no pagamento para as empresas e, conseqüentemente, para os trabalhadores que estavam envolvidos nos trabalhos de remodelação urbana. Isso se refletiu na lentidão e paralisação de obras pela cidade tendo como consequência os protestos dos trabalhadores que passaram a acumular atrasos no recebimento dos seus salários.

A guerra no continente europeu provocou uma demanda por produtos primários destinados para alimentar a sua população e os exércitos. Houve um aumento nas exportações de arroz, açúcar, batata, carnes, farinha de mandioca, feijão e milho, entre outros produtos, provocando escassez no mercado interno e aumento generalizado de preços afetando diretamente a economia popular (CASTELLUCCI, 2005, p.134).

A alta geral de preços acentuada a partir de 1915 não era acompanhada pelos reajustes salariais que sofreram degradação pela inflação entre 1916 a 1919 (SANTOS, 2001, p.92-95). Os funcionários municipais eram duplamente atingidos, tanto pela falta reajuste dos salários provocando perda do poder aquisitivo como pela a falta do pagamento dos seus vencimentos.

Em mensagem enviada pelo intendente João Propicio da Fontoura para o Conselho Municipal foram relatadas as dificuldades orçamentárias que o município enfrentava para pagar os vencimentos do seu funcionalismo. Segundo o intendente existia a Lei nº 479, de 30 de setembro de 1902 que determinava uma cota máxima da média da receita do município nos três últimos anos para a despesa com o funcionalismo.

Para o intendente essa lei não era obedecida e segui-la naquele momento implicava na necessidade de corte nos salários ou redução de quadro. Apresentando números o intendente afirmou que levando em consideração a média da arrecadação municipal o valor disponibilizado para despesas com os servidores seria de 660:000\$000 no entanto montante devido era de 1.154:170\$872 perfazendo um déficit de mais de 490:000\$000. Nestes cálculos não estavam

inclusos o gasto com o professorado que era em torno de 900:000\$000 e tinha a garantia do seu custeio por outros meios⁴³.

A situação financeira do município, na observação do intendente era muito difícil. Segundo o administrador municipal os gastos com o funcionalismo tinham mais que dobrado em quinze anos passando de aproximadamente 342:000\$000 para 844:000\$000 em valores arredondados. O intendente Propício da Fontoura tinha como proposta um ajuste no quadro funcional das secretarias e diretoria como forma de economizar nas despesas de pessoal⁴⁴.

A mudança na lei de organização do municipal (Lei 1102, de 11 de agosto de 1915) extinguiu a eleição para o cargo de intendente passando estes a serem nomeados pelo governador (SARMENTO, 2011, p. 167). No caso da capital baiana os escolhidos para o cargo continuaram oriundos do grupo seabrista. Antonio Pacheco Mendes foi o primeiro assumir a intendência nessa nova modalidade de escolha e no seu discurso de posse procurou deixar evidente a difícil situação que se encontravam as finanças do município.

Na sua fala o intendente utilizou expressões como “déficits orçamentários, que aniquilaram as finanças”, “situação desesperadora” e “estado de desorganização” para tratar da situação das finanças do município. O relatório da intendência informava que entre os anos de 1912 a 1915 (até outubro) as receitas do município totalizaram 11.791:526\$079 contra despesas, no mesmo período, no total de 31.935:351\$341, ou seja, o município tinha um déficit financeiro de mais de vinte mil contos de réis.

Entre os fatores apontados como causadores do desequilíbrio financeiro das contas municipais estavam os recursos destinados para as obras de modernização da cidade, os pagamentos de juros da dívida municipal, o pagamento de parcelas de empréstimos adquiridos em governos anteriores e o desvio de recursos financeiros.

Para o intendente Pacheco Mendes solução seria a “restricção dos gastos a um limite abaixo da renda certa” e “corte de toda e qualquer despesa não absolutamente necessária”. Para o intendente “o município não deve[ria] se limitar somente a pagar funcionários e a satisfazer os serviços de suas dívidas sem nada

⁴³ BPEB. Setor de Periódicos. A Notícia. Mensagem do Intendente ao Conselho Municipal, em 13 de outubro de 1915, p. 6.

⁴⁴ Idem

destinar para os melhoramentos materiais e o desenvolvimento da instrução pública”. O que parecia ser um alento para situação de atraso dos salários do professorado municipal não se comprovou na prática e os professores continuaram com atrasos em seus vencimentos.

Em seu relatório o intendente Antonio Pacheco Mendes informava uma dívida de 12.600:000\$000 (Doze mil e seiscentos contos de reis) para credores externos e a obrigação do pagamento de juros e amortizações a partir de 1915⁴⁵. Para administrar a dívida e manter a regularidade no pagamento dos serviços de suas dívidas externas houve a necessidade de negociação junto aos credores externos para contrair empréstimos de consolidação (*funding-loans*).

Segundo Maia e Saraiva (2012, p.106-134) o *funding-loans* é uma moratória negociada em que os credores concedem a um devedor público um novo empréstimo correspondente aos encargos da dívida vencida e vincenda. No caso do município de Salvador o intendente Pacheco Mendes informou o empréstimo de 630.000 libras referente à moratória negociada.

Imersa em dívidas a intendência não conseguia manter os salários dos funcionários municipais em dias aumentando ainda mais o seu endividamento. O professorado municipal diante da situação de irregularidade no pagamento dos salários organizou uma comissão e foi a presença do governador Seabra solicitar o pagamento dos salários atrasados e queixar-se que enquanto alguns professores não recebiam seus vencimentos outros eram pagos em dia, denunciando assim favorecimentos que beneficiavam alguns funcionários em detrimento a outros. Irritado o governador Seabra disse que o Tesouro Municipal não tinha dinheiro e que tudo era consequência da “crise mundial”⁴⁶.

Independente da crise que atingia o Tesouro Municipal sabia o professorado e, também, os governantes que de acordo a legislação os municípios eram obrigados a aplicar pelo menos a sexta parte de sua receita bruta ao custeio da instrução primária e caso o município não pudesse fazê-lo deveria solicitar esses recursos ao governo do estado.

⁴⁵ BPEB. Setor de Periódicos. O Democrata, 1916. Intendente Antonio Pacheco Mendes: Relatório apresentado ao Conselho Municipal do Estado da Bahia no dia 1 de janeiro de 1916 referente ao exercício de 1915.

⁴⁶ BPEB. Setor de Periódicos. A Tarde, 26 de janeiro de 1915; Ver: LUZ (2013. p. 59-60).

Naquele momento não acontecia nem uma coisa e nem outra. Sem receber seus pagamentos regularmente e vivendo tempos de carestia as dificuldades do professorado aumentavam e com isso as relações entre o governo e o professorado que eram, de certa forma, amistosas nos anos iniciais do seabrismo dava lugar a um clima de tensão e reivindicações que se ampliava à medida que a crise financeira se agravava no município.

4.2 - Ameaças de despejos do professorado e precariedade dos imóveis escolares

A dificuldade financeira do município se refletiu na instrução primária através da irregularidade no pagamento de salários e da ajuda de custo para o pagamento dos alugueis dos imóveis onde estavam instaladas as escolas. Os professores queixavam-se através de cartas ao Diretor de Ensino solicitando ações urgentes a intendência municipal.

Foi assim que a professora Marianna Olympia dos Santos Silva solicitou providências da Intendência Municipal contra uma ação de despejo e penhora por causa de uma dívida com aluguel no valor 240\$000. A professora informava que essa situação era consequência de dois meses sem receber os seus vencimentos. Queixa semelhante dirigiu também o professor Isauro Coelho que atuava no distrito suburbano do Passé. O professor relatou que mesmo pagando 30\$000 no aluguel do prédio escolar, quantia inferior a ajuda de custo ofertada pelo município, 50\$000, já acumulava onze meses de atraso⁴⁷.

Em 1915 professora Emília Lobo Vianna enviou carta ao Intendente Municipal pedindo providências quanto ao pagamento do aluguel do prédio onde sua escola estava instalada e informava que já tinham sido movidas quatro ações de despejo. Solicitava ainda a aquisição de um prédio novo que pudesse abrigar as suas trezentas alunas não sendo possível continuar numa casa “escura, anti-higiênica e sem as necessárias acomodações”. Informava que o proprietário do imóvel solicitou por via judiciais a majoração do valor do aluguel de 94\$000 mensais para 300\$000 e

⁴⁷ AHMS. Fundo Intendência. Diretoria de Ensino Municipal. Cx 07. Cartas enviadas à diretoria de ensino.

que só tinha conseguido impedir a majoração devido à ação do advogado procurador do município⁴⁸.

A demanda por imóveis fez com que os proprietários preferissem subdividir seus imóveis para alugar cômodos e andares separadamente e assim aumentarem a sua fonte de renda. A pouca disponibilidade de imóveis residenciais e o aumento da procura por imóveis comerciais favorecia o encarecimento dos alugueis (SANTOS, 2008, p.20-28).

Entre os anos de 1911 a 1915 ocorreu a maior incidência no número de construções e reformas de edificações referentes aos anos de 1870 a 1930. A maioria das intervenções era voltada para alterações e reformas das edificações e foram motivadas pela reforma urbanística promovida no governo de Seabra. As obras eram, em grande parte, iniciativas individuais e visavam a melhoria e adequação do imóvel para a obtenção de renda por meio da cobrança de alugueis (CARDOSO, 1991, 114-117).

Encontrar um imóvel adequado para instalar uma escola para abrigar crianças e que atendesse aos requisitos de higiene, espaço e conforto não era uma tarefa fácil. A cidade era composta de construções antigas com a presença de casas e sobrados que na sua construção, reforma ou ampliação não tiveram a preocupação com circulação de ar, iluminação e linearidade formando assim ruas estreitas, desalinhas e mal ventiladas. (LEITE, 1996)

A maioria das casas nas áreas tinham aspectos construtivos semelhantes compostos por uma ou duas salas, um corredor onde estariam os acessos para os quartos, cozinha ao fundo e na parte posterior a existência de um quintal ou pátio. Essa semelhança de padrão construtivo tinha como objetivo a venda ou o aluguel. (NASCIMENTO, 2007, p.71-72). Segundo Santos (2008, p.27) nas áreas mais afastadas do centro prevaleciam as casas térreas, não aglomeradas, diminutas, com tetos baixos. Estas casas apresentavam um modelo construtivo de uma sala de visita na frente que se ligava a outra através de um corredor onde estavam os acessos para os quartos. A sala ao fundo que servia como sala de jantar e cozinha e normalmente havia um quintal (CARDOSO, 1991, p.54).

⁴⁸ AHMS. Fundo Intendência. Diretoria de Ensino Municipal. Cx 07. Cartas enviadas à diretoria de ensino.

Os sobrados eram construções de dois, três ou mais andares que atendia a função habitacional nos andares superiores e comerciais nos andares inferiores (SANTOS, 2008, p.26). Alguns desses sobrados possuíam uma loja, um espaço que ficava no subsolo, tipo um porão com pequenas janelas que dão para o nível da calçada possuindo o acesso por uma única porta e que pela sua construção não favorecia a circulação de ar (NASCIMENTO, 2007 p.73-74).

Nos sobrados poderiam existir os sótãos ou “águas furtadas”, um espaço diminuto na parte mais alta do imóvel. Segundo Nascimento (2007, p.74) os sótãos ocupavam lugar de destaque nos sobrados e aproveitavam o vão da “cumieira”, a parte mais elevada do telhado onde se encontram a superfície inclinada. Poderiam servir de mirante e era tido como um lugar desconfortável. Em lugares como estes também eram instaladas escolas. Conforme observou Silva (1997, p.70) os jornais descreveram duas escolas no distrito da Sé e no Gravatá onde crianças assistiam aulas “como sardinhas”, sem ar e ventilação suficiente.

As condições da maioria dos imóveis da cidade de Salvador não atendiam aos padrões exigidos para a instalação de uma escola. Em 1895 foi publicado o Regulamento do Ensino Primário da Bahia que entre outros assuntos tratava do padrão arquitetônico e construtivo do edifício escolar. Entre as exigências estavam a disponibilidade de salas individuais para atividades de desenho, biblioteca, sala de aula, gabinete para o professor, pátio para o recreio arenoso e cimentado, latrinas, mictórios e água canalizada.

Quanto a sua localização deveria ser situada em terreno seco, elevado, de fácil acesso, em preferência em solo calcário ou passível de drenagem. A escola não deveria se localizar próximo a lugares ruidosos e que não comprometesse a higiene, saúde, moral e bons costumes dos alunos. As salas deveriam ser higiênicas, ventiladas, em um único pavimento e suas dimensões com 70 metros retangulares e com altura não inferior a 4 metros. Em caso de possuir escadas estes deveriam possuir poucos os degraus⁴⁹.

Levando-se em consideração as descrições das escolas visitadas pelos repórteres do jornal *Moderno* para realização do “outro inquérito útil” é possível afirmar que nenhuma delas atendia as prescrições do Regulamento do Ensino

⁴⁹ BAHIA. Ato de 4 de outubro de 1895. Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Estado da Bahia (Art. 123 a 134).

Primário. Vale lembrar que a escolha de onde seriam instaladas as escolas era por conta dos professores e eles levavam em consideração o valor da locação tendo em vista a ajuda de custo da intendência para este fim.

A legislação referente à localização e padrão construtivo das escolas atendiam as exigências de um projeto higienizador que acompanhava o avanço do conhecimento científico e médico. Era preciso combater e eliminar focos de doenças e meios de transmissão causadores de epidemias entre o final do século XIX e início do século XX. Era necessário modificar hábitos e costumes dos habitantes das cidades principalmente nas camadas populares. (SAMPAIO, 2001); LEITE, 1996).

O jornal *Diário de Notícias* lembrava a importância da “Higiyene nas Escolas” apresentando aos leitores um artigo publicado na Gazeta Médica em 1890 em que o médico Pacífico Pereira discorre sobre os riscos de se adquirir doenças nas escolas devido as crianças respirarem um ar impuro, não renovado e cheio de germes. Reproduzia o jornal a opinião do médico que apresentava o seu desânimo ao saber que o futuro do país, a glória da nação sairia das escolas onde estavam crianças pálidas, estudando em postura inadequada e submetida a um esforço intelectual acima da sua capacidade.

A impressão desanimadora em relação às escolas, principalmente no que tange a situação de higiene, não se alteraram com o passar dos anos. Em 1915 o Diretor de Ensino da Bahia ao apresentar o seu relatório ao Intendente Antonio Pacheco Mendes e descrever a situação de algumas escolas quanto a sua localização e estrutura informa que “as casas, muito situadas em logares pouco ou mesmo nada salubres, são destituídas dos mais elementares requisitos higiênicos, encontrando-se dellas até que não possuem aparelho sanitário”⁵⁰.

Os professores e as professoras com poucos recursos e com recebimentos incertos ao buscarem por imóveis muitas vezes se instalavam em locais que não era observado as exigências da legislação, mas a possibilidade de pagamento. Essa foi uma situação que não passou despercebida pela imprensa que periodicamente abordava a precariedade em que o ensino primário era ofertado na cidade e a dificuldade financeira do professorado municipal.

⁵⁰ BPEB. Setor de Periódicos. O Democrata, 2016, p. 255. Intendente Antonio Pacheco Mendes: Relatório apresentado ao Conselho Municipal do Estado da Bahia no dia 1 de janeiro de 1916 referente ao exercício de 1915.

4.3 - Professorado municipal: experiências e condições de vida

As dificuldades financeiras e as más condições de trabalho foram fatores que contribuíram para o aumento da insatisfação do professorado municipal. Assim como outros trabalhadores que também sofriam as consequências negativas da carestia, da perda do poder aquisitivo e dos constantes atrasos de salários, os professores do ensino primário público da capital também recorreram à greve como meio para pressionar a Intendência Municipal para resolver as pendências com a classe.

A greve do professorado municipal fez parte do conjunto de movimento de trabalhadores na cidade de Salvador que ocorreram no final da década de dez do século XX. Semelhante a outros movimentos, como o dos operários ocorrido no ano de 1919, não foi descolado da situação de acirramento político que prevalecia no estado.

Ao tratar sobre as greves ocorridas na cidade de Salvador durante a Primeira República, Santos (2001, p.114 e p.121) analisa que, em geral, os movimentos grevistas eram desencadeados por uma reação espontânea motivada por um objetivo imediato que foi a questão salarial. No caso do movimento do professorado o motivo também foi salarial, porém as evidências encontradas nas fontes sugere que a ações realizadas durante a greve foram planejadas. Tendo por alicerce as concepções de E.P. Thompson para compreensão da formação da classe trabalhadora é possível verificar que o movimento dos professores de 1918 foi influenciado pelas trocas de experiências entre os professores ao longo do tempo, os encontros em diversos espaços onde eles trataram sobre a sua situação de trabalho. Aqueles homens e mulheres, ao longo do tempo, criaram e mantiveram redes de relacionamento, compartilharam ideias e agiram solidariamente favorecendo a coesão do grupo.

Na edição comemorativa do Diário Oficial da Bahia, do dia 02 de julho de 1923, referente ao Centenário da Independência do Brasil na Bahia foram agrupados diversos textos que tratavam sobre temas variados em relação à Bahia como política, economia, história, religião, cidades, urbanismos, educação entre outros. Coube ao professor Alberto de Assis a tarefa de compilar o histórico da

instrução primária da Bahia desde os tempos coloniais até as primeiras décadas da República.

O professor Alberto de Assis ao tratar da Escola Normal lembrou-se de alguns docentes de destaque que tinham se formado naquela instituição como Roberto Correia e Vicente Ferreira Café, elogiado pelo seu “caráter e esforço conjugados”, que foram da turma de 1898. Da turma de 1908 o professor citou Hugo Balthazar da Silveira, Severiano Salles e, sem especificar data, citou os nomes de Artur de Salles, Isauro Coelho, Emília Lobo Vianna, de Jacyntho Caraúna ao qual chamou de o “luminar”. Anos mais tarde o professor Alípio Franca ao escrever as Memórias Históricas da Escola Normal da Bahia destacou alguns nomes de professores e professoras formados pela entidade reafirmando alguns já citados pelo professor Alberto de Assis inclusive o próprio (FRANCA, 1936, p. 78-79)

É muito provável que esses professores já se conhecessem desde a saída da Escola Normal e quando ingressaram no ensino primário da capital. Deve-se levar em consideração que algumas escolas eram relativamente próximas, principalmente aquelas localizadas na área central da cidade. Isso pode ter favorecido os encontros entre os professores em momentos quando estes iam resolver algum assunto no prédio da intendência ou do tesouro municipal. Já foi visto que esses professores também se reuniam em eventos políticos, festas cívicas e nas festas escolares promovidas pelas autoridades municipais.

Na capital também tiveram momentos em que os professores se reuniram para tratar sobre métodos pedagógicos, trocar experiências educacionais e debater sobre a situação do ensino. Os momentos para discussões ocorreram durante realização das Conferências Pedagógica nos anos de 1913, 1914 e 1915.

Verônica de Jesus Brandão na sua Dissertação, *Práticas curriculares nas escolas públicas primárias: estudo das teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas em Salvador (1913-1915)*, informa que as Conferências Pedagógicas foram reuniões organizadas pela intendência municipal e que este era um evento de participação obrigatória para o professorado municipal. Nessa conferência os professores podiam apresentar as suas teses que eram debatidas por uma

comissão instituída pelo Intendente. Nessas teses⁵¹ os professores “discorriam sobre um tema relacionado com o seu fazer cotidiano, apontavam suas críticas sobre a situação do ensino, apresentavam sugestões e estratégias para aperfeiçoar as práticas desenvolvidas no ensino” (BRANDÃO, 2012, p.9).

O trabalho de Brandão considera que as Conferências Pedagógicas configuraram um espaço onde os professores divulgaram suas ideias, manifestaram descontentamentos em relação à situação das escolas e a desvalorização da profissão. Também foram momentos de apresentarem propostas para melhoria do ensino, práticas de ensino, discussões teóricas abordando autores que versavam sobre educação, abordagens sobre a legislação educacional. Ainda segundo a autora as Conferências Pedagógicas favoreceram a “realização de contatos que estimularam a circulação de ideias e a organização do professorado” (p.76).

Ao listar a comissão que integrou a Conferência Pedagógica de 1913 Brandão apresenta os nomes dos professores como Cincinato Ricardo Pereira da Franca, João Gonçalves Pereira, Severo Américo Pessoa da Silva, Possidônio Dias Coelho, Gonçalo Álvaro de Oliveira, Francellino Pereira de Andrade, Jacintho Tolentino Caraúna, Emygdio Joaquim Gomes, Maria Olympia da Silva Rebello, Sindonia de Oliveira Alcantara, Maria Gertrudes de Souza e Aureliana Paula da Cunha.

Os documentos referentes às Conferências Pedagógicas de 1914 e 1915 indicam os professores participantes como os professores Vicente Ferreira Café, Possidônio Dias Coelho, Isaura da Silva Coelho, Severo Pessoa, Jacintho Caraúna e de professoras como Amélia Augusta dos Reis Silveira, Amerina Baraúna, Adelia Barroso, Isaura Gervasio da Cunha, Aureliana Paula da Cunha entre outras⁵². Em seu trabalho Brandão (2012, p.108) apresenta uma relação de 28 professores que tiveram suas teses encontradas no Arquivo Municipal ou foram citas nos jornais. As professoras foram responsáveis por vintes destas teses demonstrando a ampla participação das docentes no evento, cerca de 70%, aproximando-se do percentual de mulheres que estavam à frente das salas de aula do ensino primário público.

⁵¹ Brandão (2012) relaciona 33 teses encontradas no arquivo municipal referente as conferencias de 1913,1914 e 1915.

⁵² Para a listagem com os nomes e as atividades de cada professor nas Conferencias Pedagógicas verificar em SANTANA (2014, p. 237-241).

Comparando-se os nomes dos professores participantes das Conferências Pedagógicas com aqueles que integravam a comissão de greve de 1918 é possível verificar que alguns daqueles homens e mulheres já tinham participado de eventos juntos, integraram outras comissões, debateram sobre a situação do professorado, enfim, já trocavam experiências e estreitavam laços anos antes do movimento grevista.

Em julho de 1913 a cidade de Salvador sediou o 3º Congresso de Instrução Primária e Secundária que aconteceu no prédio do Instituto Normal. Neste evento participaram autoridades ligadas ao ensino e professores dos diversos níveis representando os diversos estados da República. Foi um evento grandioso que aconteceu entre os dias 02 a 10 de julho e que contou com a participação do Intendente Municipal e do Governador J.J. Seabra. Os professores do ensino primário municipal participaram do Congresso expondo os trabalhos produzidos em suas respectivas escolas. Inscreveram-se para exposição dos trabalhos escolares 51 professores do ensino primário municipal.

Os professores expuseram seus trabalhos no pavimento térreo do Instituto Normal da Bahia juntamente com os representantes dos colégios particulares e do próprio Instituto. É razoável inferir que durante os dez dias do evento os professores do ensino primário da capital estreitaram laços de amizade com professores de outros estados. Essa rede de contato se evidenciaria durante a greve de 1918 quando grupo de professores de São Paulo e Rio de Janeiro publicaram notas em apoio ao movimento na Bahia e arrecadaram valores enviando para comissão de greve do professorado municipal na cidade de Salvador.

4.4 - Professorado Municipal: meios de sobrevivência.

Os professores diante das dificuldades por conta dos atrasos nos vencimentos e da carestia que prevalecia na cidade tiveram que encontrar meios para garantir a sua subsistência naqueles tempos difíceis. O professorado municipal além de não receberem os seus vencimentos regularmente ainda passavam longo tempo sem receberem reajustes afetando o poder de compra de seus salários o que era agravado naqueles tempos de carestia.

Para ter uma ideia da situação financeira do professorado municipal será analisada a trajetória salarial do professor Vicente Ferreira Café durante o tempo em que ele atuou como docente no município e, assim, verificar a compressão salarial sofrida pelo professorado ao longo do tempo.

Foto 4: Professor Vicente Ferreira Café



Fonte: Luz (2009, p.59)

O professor Vicente Ferreira Café iniciou a sua atividade de ensino como adjunto na escola do sexo masculino do distrito de Itapuã entre os anos de 1903 a 1906 recebendo o salário mensal de 133\$333. Entre os meses de fevereiro a abril de 1906 assumiu como professor substituto na escola masculina do distrito de São Pedro com vencimento de 155\$000.

Após a aposentadoria do professor titular, ainda neste mesmo ano, Vicente Café foi empossado como professor vitalício passando os seus vencimentos para 200\$000 em abril de 1906. O professor Vicente Café passou doze anos recebendo o mesmo salário até 1918 quando o seu vencimento foi reajustado para 220\$000. Em 1920 o salário foi reajustado para 270\$000 e em 1924, já com o ensino primário sob a responsabilidade estadual, foi reajustado para 337\$500 permanecendo neste patamar até a aposentadoria do professor em 1925⁵³. Ao salário do professor era adicionado um percentual correspondente ao tempo de serviço. No caso do professor Vicente Café este passou a receber um adicional, que não era cumulativo,

⁵³ APEB. Seção Judiciária. Tribunal de Justiça. Declaração do Tesouro do Estado da Bahia referente ao tempo de serviço do professor Vicente Ferreira Café. 23 de outubro de 1935.

de 5% a partir de 1909, 15% a partir de 1914 e 25% no ano de sua aposentadoria em 1925.

É importante observar que a partir de 1910 ocorreu uma elevação acentuada no Índice Geral de Preços. Segundo Cunha (2013, p.167) entre os anos de 1915 a 1920 houve um aumento na ordem de 108% do IGP (índice geral de preços). Os professores assim como outros funcionários municipais além dos constantes atrasos nos pagamentos ainda enfrentavam a perda do poder aquisitivo de compra de seus salários. Não é a toa que a partir de 1916 e com mais intensidade em 1917 ocorreram movimentos populares contra a carestia na cidade.

Tratando sobre os movimentos populares contra a carestia, Santos (2001, p.147-183) relata diversas manifestações populares contra a carestia dos alimentos como passeatas, comícios, distúrbios, quebra-quebras, saques e embates entre a população e a polícia.

Os professores buscavam meios para enfrentar as dificuldades financeiras fazendo com o que o salário recebido, muitas vezes com atraso, pudesse arcar com a necessidade suas e de seus familiares. Uma necessidade básica importante era a habitação. Foi um período de aumentos nos valores dos alugueis de imóveis e de pouca disponibilidade de casas e prédios destinados para ocupação residencial devido à preferência da locação para fins comerciais pela possibilidade do proprietário cobrar valores mais altos e receber o aluguel em dias.

No caso do professorado a estratégia utilizada para enfrentar a dificuldade com habitação era locar um imóvel que atendesse tanto a instalação de uma escola como a moradia para si e sua família. Neste caso pagava-se um único valor de aluguel e ainda se utilizava da ajuda de custo disponibilizada pela intendência municipal. Em referência a essa situação a legislação não apresentava nenhum artigo que impedisse explicitamente essa situação.

A professora Sophia de Albuquerque Lisboa foi enfática ao tratar desse assunto ao ser entrevistada pelos repórteres do jornal *Moderno* afirmando que utilizava o mesmo imóvel para a escola e moradia porque não tinha condições de pagar dois alugueis. A professora informou que pagava 150\$000 de aluguel pelo

imóvel e que a verba de 50\$000 disponibilizada pela intendência era insuficiente para custear a locação⁵⁴.

Utilizar um mesmo imóvel como escola e moradia não era um fato desconhecido dos delegados escolares que deviam fiscalizar esse tipo de prática. Em 1914 o professor Severo Pessoa comunicou ao Delegado Escolar da 1ª Circunscrição a suspensão das aulas devido ao acometimento de sarampo por uma pessoa de sua família. O professor informou que por residir no mesmo prédio onde estava instalada a escola fez-se necessário suspender as aulas como forma de evitar o contágio da doença para os alunos do turno diurno e noturno⁵⁵.

Com os seus vencimentos pagos irregularmente os professores conviviam com ameaça de despejo dos imóveis onde estavam instaladas as escolas e sua moradia. Para evitar essa situação os professores queixavam-se através de cartas ao Diretor de Ensino solicitando ações urgentes a intendência municipal.

A professora Lina de Assis Victório no intuito de economizar com aluguel recorreu à sublocação de parte de um imóvel, uma sala de visitas, para manter em funcionamento a escola mista localizada no Matatu Pequeno. A professora sublocou a sala de uma casa onde morava a família do senhor Álvaro Muniz pelo valor de 20\$000, quantia inferior aos 50\$000 disponibilizado pela intendência para este fim. O caso passou a conhecimento da Intendência quando o sublocatário enviou carta queixando-se que a professora lhe devia valores de alugueis e que a mesma resistia em desocupar o imóvel que tinha sido vendido pelo proprietário causando dificuldades ao sublocador.

A professora respondeu em carta ao Delegado Escolar, o professor Antonio Bahia, confirmando a curiosa situação e relatou as dificuldades de convivência com os outros residentes da casa principalmente devido a falta de água, desentendimentos devido a ocupação de espaço nos corredores onde ficavam os materiais utilizados na escola e o “enfado” a medida que aumentava o número de alunos. A docente alegou que a demora em desocupar o imóvel foi devido à impossibilidade de suspender o funcionamento da escola antes do final do ano letivo.

⁵⁴ BPEB. Setor de Periódicos. Moderno, 11 de novembro de 1913, p.2

⁵⁵ AHMS (Arquivo Histórico Municipal de Salvador). Diretoria do ensino municipal, Cx 07. Carta enviada pelo professor Severo Pessoa ao Delegado da 1ª circunscrição escolar. Processos da Intendência,

Ainda segundo a professora a situação chegou ao ponto de ocorrer discussões com o sublocador e até ofensas verbais por parte do mesmo. É válido reproduzir as palavras da professora Lina Victório em relação à situação constrangedora vivenciada

No dia 25 de novembro [1914] mandei chamá-lo, em nossa casa para ver que não se mudava paguei-lhes os meses de Outubro, Novembro, Dezembro, desonhando-me (sic) o queixoso e insultando-me injuriosamente. Como não tivesse pessoa para reagir a tão grande audácia lembrei-lhe o lugar em que se achava. Foi tão grande e selvagem a fúria do individuo de inqualificável educação, que, proferindo nomes injuriosos, saíu bruscamente, convidando-me para rua; vendo-me assim incapaz de competir com esta forma selvática de proceder, bati-lhe o trinco, deixando-o fora a procura de seus semelhantes para saciar-se no desafio.

Como se não bastasse a condição precária de trabalho, os aborrecimentos e os constrangimentos de estar a frente de uma escola que funcionava numa sala de visitas de um imóvel que era dividido com outra família, a professora ainda passou por situações vexatórias. No relato a professora deixa escapar que não tinha ninguém por ela, talvez estivesse referindo-se a ausência da família ou da falta de um companheiro que pudesse lidar com aquela situação evitando assim a exposição vexatória.

O lamento da professora em relação à falta de alguém que pudesse lhe auxiliar e até proteger diante de uma situação de dificuldade e ameaça não parecia ser algo incomum. Recorrendo as suas memórias Vianna (2000, p.272-278) tratou sobre a família das professoras e das relações amorosas destas mulheres.

Segundo a memorialista as professoras quando possuía pais e irmãos que dividiam o sustento da família exerciam o seu ofício sem muitas dificuldades e podiam até levar uma vida financeiramente estável. Os problemas se instalavam quando a professora, pelo infortúnio da perda de familiares, tinha que assumir a chefia dos seus lares muitas vezes sustentando outros integrantes da família como as irmãs mais novas.

A memorialista lembra que as professoras que estavam à frente da família tinham dificuldades para contrair matrimônio. As exigências sociais em relação à

conduta e o comportamento de uma professora era um impeditivo para que mulheres professoras pudessem ter relacionamentos amorosos com liberdade.

Ainda segundo a memorialista as professoras eram pressionadas socialmente a arrumar bons casamentos evitando relacionar com homens “sem futuro” e com pouca instrução. Nem sempre foi isso que ocorreu e em alguns casos as professoras tiveram como companheiros homens que tinham baixos salários e até aqueles que, por não possuírem empregos, seja por dificuldade econômica do momento ou por opção, eram sustentados pelas docentes, os chamados *Felipes*, os maridos de professora.

Ao tratar sobre os caixeiros viajantes na Primeira República em Salvador, Santos (2009, p. 49-55) cita que alguns deles por receberem baixos salários e necessitarem de companheiras que complementassem o orçamento doméstico casaram com mulheres que podiam ajuda-los financeiramente e entre as profissões declaradas das noivas estavam as professoras do ensino primário juntamente com as costureiras, operárias e funcionárias públicas.

4.5 - O professorado, os agiotas e o fiado

Os atrasos recorrentes nos pagamentos e as necessidades diárias fizeram com que muitos professores recorressem aos agiotas ou procuradores como eram chamados os que emprestavam dinheiro a juros para os funcionários públicos (SANTOS, 2001, p.53). A agiotagem foi uma prática comum utilizada por pessoas que dispunham de recursos financeiros e adiantavam os valores correspondentes aos salários dos funcionários já descontados os juros.

As professoras eram as que mais recorriam aos agiotas ou procuradores. Estes homens com capital disponível se encarregavam de trazer o ordenado em dias certos, independente do pagamento do Tesouro Municipal descontando uma comissão, ou seja, cobrando juros. Quando o procurador não tinha disponível o dinheiro simulava atraso para algumas fazendo girar o dinheiro obrigando as professoras a se manterem endividadas (VIANNA, 2000, p.272).

O jornal *Diário da Bahia* apresentou um artigo citando que, salvo os professores que tinham parentes que podiam ajudar-lhes, a maior parte recorria a agiotas que chegavam a ficar com até cinquenta por cento dos salários recebidos. Seguia o artigo afirmando que essa situação levava alguns professores a uma condição de miserabilidade, e com dificuldade para obtenção de crédito. O articulista afirmava que era possível reconhecer um professor ou professora pelas ruas da cidade. Segundo o artigo, “quando encontrar nas ruas desta capital, um homem ou uma senhora, acabrunhados, sem entusiasmo, com sinais de sofrimento moral nas faces, sem coragem e sem vigor, pode-se afirmar – que é um professor”.⁵⁶

É possível que o relato do articulista de um periódico de oposição ao governo tivesse certa dose de exagero, porém levando em consideração a situação econômica daqueles anos e o fato dos professores e professoras serem conhecidos nos distritos onde atuavam é plausível que esses homens e mulheres andassem pelas ruas com semblantes de preocupação.

O professor Roberto Correa em carta direcionada ao jornal *A Tarde* fez um breve relato da atuação dos agiotas. O professor Roberto Correa referiu-se a um colega que faleceu em decorrência de uma moléstia provocada pela fome. Informou o professor Correa que o seu colega acometido pela moléstia recebia o seu “minguado ordenado” com 70 réis abatidos devido à necessidade de “vender” o seu salário. Ainda segundo relato do professor Correa o seu amigo não conseguia manter a si e a sua numerosa família com o que lhe sobrava do ordenado por isso dava aula com fome vindo a “definhar”, adoecer e falecer⁵⁷.

O professor Roberto Correa não quis citar o nome do amigo falecido, porém tratava-se do professor André Avelino de Souza. O jornal *A Tarde* destacou a morte do professor Avelino em janeiro de 1918. Segundo a reportagem o professor faleceu no Hospício João de Deus onde se encontrava internado. O professor faleceu com 60 anos de idade e com 25 anos de magistério. Segundo o periódico o professor “não resistiu ao espetáculo da fome assaltando o seu lar, a sua família suprimindo uma refeição para fazer frente a falta de dinheiro”. A notícia dava conta que assim

⁵⁶ BPEB. Setor de Periódico. Diário de Notícias 26 de setembro de 1916

⁵⁷ BPEB. Setor de Periódico. *A Tarde* 6 de fevereiro de 1918, p.1-2

que a intendência soube do ocorrido mandou que o Tesouro Municipal pagasse um mês dos vencimentos em atraso para o “luto”⁵⁸.

O professor Vicente Ferreira Café também tratou do assunto da agiotagem e as consequências ao professorado ao dirigir carta ao jornal *A Tarde* se manifestando contra a punição dada do professor Isauro Coelho culpando a intendência pela situação vivida pelo professorado que, devido à falta de pagamento dos salários, fazia com que eles tivessem que recorrer a agiotas, faltasse com seus compromissos financeiros e vivessem ameaçados de despejo em suas casas e escolas⁵⁹.

A falta de dinheiro fazia com que os professores recorressem, ainda, a compra para pagamento posterior ou compra a crédito popularmente conhecido como o fiado. É possível que a condição de funcionário público favorecesse a negociação com os comerciantes porque mesmo com os salários atrasados presumia-se que os pagamentos ocorreriam em algum momento.

Outro fator relevante era o prestígio dos professores do ensino primário nos distritos onde atuavam. É necessário pontuar que para atuar como professor era exigido uma postura profissional diferenciada que deveria transmitir respeito e credibilidade no lugar onde a escola estava instalada. O professor e com mais rigor as professoras deveriam ter uma conduta ilibada, ter a sua capacidade moral atestada por uma autoridade do domicílio, eram obrigados por lei se apresentar decentemente vestido e não podiam ter vícios ou praticar atos que desabonassem a sua conduta⁶⁰.

A possibilidade de comprar fiado era uma saída para aqueles que precisavam comparar gêneros alimentícios, medicamentos, roupas ou outros itens de necessidade e que não dispunha de dinheiro no momento da aquisição como no caso dos professores. As compras a crédito baseada na confiança e na esperança por parte do vendedor de receber os pagamentos cessavam quando a dívida aumentava e corria-se o risco do não recebimento do valor devido. Essa foi a situação vivida pelo professor Vicente Ferreira Café que entrou com uma ação de *habeas corpus* preventivo contra a intendência municipal para garantir o pagamento

⁵⁸ BPEB. Setor de Periódico. *A Tarde*, 11 de janeiro de 1918, p.1

⁵⁹ BPEB. Setor de Periódico. *A Tarde*, 13 de fevereiro de 1918, p.1

⁶⁰ Ver: Lei municipal nº 219 (art. 73) de 20 de abril de 1896 e pelo Ato de 18 de agosto de 1890, (art. 72, 73 94) que se manteve nas redações das leis e decretos até 1925.

dos salários atrasados por não conseguir garantir a sua subsistência devido a falta de dinheiro e acúmulo das dívidas.

Para comprovar a sua situação e sensibilizar os julgadores do mérito de sua ação foram anexadas ao processo as notas de débitos, as cartas de cobrança e suspensão de crédito enviadas pelos comerciantes ao professor Vicente Café. A nota da padaria informava um débito de quatro meses referente à compra de pão, farinha e café totalizando 480\$000. Um funcionário de um açougue cobrou por meio de carta o pagamento do débito de 482\$000 referentes ao fornecimento de um ano de carne e que por causa das cobranças de seu patrão não aceitava os 182\$000 enviados pelo professor para abater a dívida.

O professor Café também anexou a carta de cobrança da Pastelaria Colon, fornecedora de gêneros alimentícios, que cobrava uma dívida de 930\$000 e informava que o professor somente teria enviado 200\$000 para abater a dívida. Diante disso o fornecedor deu um prazo de 60 dias para quitar a dívida sob a ameaça de suspender o fornecimento. Lembrava o credor que tinha a ciência das dificuldades enfrentadas pelo professor e o seu esforço para honrar os seus compromissos, porém o proprietário da pastelaria lembrava que também tinha despesas e impostos para pagar⁶¹.

Baseando-se nas notas de fiado apresentadas no processo o professor Vicente Ferreira Café verificou-se que ele possuía um débito de 1.510\$000, ou seja, mais de quatro vezes o que recebia de salário em 1922, ano do processo demonstrando que o professor comprava fiado a um longo tempo.

Ao juntar as cartas de cobrança ao processo o professor tentava demonstrar que os seus meios de acesso aos gêneros de primeira necessidade estavam sendo impedidos pela falta de crédito. A solução do problema não foi imediata e percorreu diversos caminhos. O pedido do foi acatado pelo Tribunal de Justiça da Bahia que solicitou informações para a Intendência Municipal que admitiu o débito para com o professor. Dessa maneira foi concedido o *habeas corpus* conforme o pedido do solicitante. A Intendência não satisfeita pela decisão recorreu ao Supremo Tribunal

⁶¹ APEB. Seção Judiciária. Tribunal de Justiça. Habeas Corpus Vicente Ferreira Café, 1923.

Federal que julgou improcedente o recurso e conservou a decisão do Tribunal da Bahia⁶².

4. 6 - O magistério em família

Mesmo com todas as dificuldades decorrentes do exercício do magistério não era incomum que integrantes da mesma família fossem professores. É preciso levar em consideração a retração do mercado de trabalho, o grande número de desempregados e subempregados que caracterizaram as primeiras décadas do século XX. Por parte dos menos favorecidos havia o desejo de se tornar um funcionário público e poder usufruir da estabilidade no emprego e de uma condição mais amena de trabalho.

Vale ressaltar que essas pseudovantagens vinham acompanhadas de baixos salários, atraso constante nos pagamentos e condições de trabalho desfavoráveis. (SANTOS, 2001, p.52-53). Outra situação a ser considerada é que a proximidade com representantes do poder favorecia a indicação de pessoas próximas, como os familiares, para ocupar vagas no serviço público numa época em que os concursos públicos eram escassos (SANTOS, 2001, p.53).

Utilizando-se das relações de proximidade com os representantes da Intendência a professora Emília Lobo Vianna intermediou um pedido em favor de sua irmã Alice de Oliveira Lobo para que a mesma fosse designada como sua auxiliar uma vez que já tinham trabalhado juntas por cinco anos na escola em que a professora tinha atuado anteriormente. A professora procurou deixar explícito que o pedido era devido as qualidade da assistente e não pela condição de parentesco e com isso buscou influenciar na decisão do Delegado Escolar⁶³.

O Delegado Escolar por sua vez encaminhou o pedido de nomeação como adjunta ao Intendente descrevendo o histórico dos serviços prestados por Alice de Oliveira Lobo no ensino primário inclusive o período que atuou gratuitamente. O

⁶² BPEB. Setor de Periódicos. Jornal do Brasil, 15 de agosto de 1923, p.14

⁶³ AHMS. Fundo da Intendência, 1912, Cx 07.

pedido foi aceito e deferido pelo Intendente⁶⁴. O nome de Alice de Oliveira Lobo apareceu como professora da escola feminina no distrito da Rua do Paço em 1915.

Em alguns casos a profissão do magistério era exercida por pais e filhos no mesmo estabelecimento de ensino como no caso do professor Possidônio Dias Coelho que teve como adjunto o seu filho Flavio Dias Coelho. Na família do professor Possidônio Coelho teve também a sua filha, Erothildes Dias Coelho, que atuou como professora no ensino primário.

Houve docentes que repartiam o lar e o exercício profissional como o professor Jacintho Tolentino Britto Caraúna e a sua esposa, também professora, Adelaide Malthilde de Britto Caraúna. Em alguns casos o grau de parentesco foi evidenciado em níveis de ensino diferentes como no caso da professora Jesuína Beatriz Oliveira que teve uma irmã, Maria Amália Oliveira, que foi professora da Escola Normal. Neste caso específico a professora Jesuína Beatriz Oliveira solicitou via carta precatória o recebimento de treze dias de salários não pagos pelo estado a sua falecida irmã por ser a única sucessora dos bens deixados⁶⁵.

Mesmo com todas as dificuldades pelas quais passaram os professores do ensino primário público da capital foi possível encontrar um caso de professor que adquiriu bens durante a sua trajetória. Dentre os professores pesquisados foi encontrado o inventário do professor Jacintho Caraúna⁶⁶.

Neste inventário a sua única filha Maria Francisca de Britto Caraúna requereu posse dos bens deixados pelo seu pai que era composto por duas casas, uma localizada no distrito de Santana e outra no Rio Vermelho. A herdeira ainda fez outras solicitações como os salários devidos pela intendência tanto ao professor Caraúna como para professora Adelaide Britto Caraúna e, ainda, cobrou os custos do funeral ao Grêmio Beneficente do Professorado Baiano⁶⁷ e para uma entidade chamada de Caixa Especial.

O professor Jacintho Caraúna aparece como 2º secretário do Grêmio Beneficente do Professorado Baiano que tinha como integrantes os professores

⁶⁴ AHMS. Fundo da Intendência, 1914.

⁶⁵ APEB. Seção Judiciária. Tribunal de Justiça. Carta Precatória, Jesuína Beatriz Oliveira 1940. Est. 144 Cx 19.

⁶⁶ APEB. Seção Judiciária. Tribunal de Justiça. Inventário Jacintho Tolentino Carauna, 1930

⁶⁷ Aldrin Castelucci (2010) indica que o Grêmio Beneficente do Professorado Baiano foi fundado em 25 de março de 1898 na cidade de Salvador.

Presciliano José Leal que também exercia a função de delegado escolar, Joaquim Roque Mamede dos Santos e era presidida por Manuel Carlos Devoto que também era o diretor do Ginásio da Bahia. No caso específico dessa associação o nome professorado não indica professores do ensino primário e sim professores de estabelecimentos diversos como da Faculdade de Medicina a exemplo do Dr. Francisco Bráulio Pereira e professores da Escola Normal como os professores Leopoldino Tantú e Samuel Elpidio de Almeida do Ginásio da Bahia.

O caso do professor Caraúna pode ser apontado como uma exceção entre seus pares e serve de indicativo para refletir que nem todos os professores viveram na condição de precariedade permanentemente. No caso do professor Caraúna verifica-se que o mesmo mantinha relações de proximidade com outros docentes que atuavam em níveis de ensino diferenciado, com uma renda maior que a sua e possivelmente influentes.

Entre os professores homens foi possível encontrar ascensão na carreira como os professores Possidônio Dias Coelho, Severo Pessoa e Jacintho Caraúna que chegaram a ocupar o cargo de delegados escolares. Em relação às professoras, mesmo sendo elas em número bastante superior ao dos professores, não foram encontradas mulheres ocupando o cargo de delegado escolar.

Os professores estavam insatisfeitos e com vários meses de salários atrasados. O intendente municipal não apresentava uma solução e somente tratava do déficit financeiro do tesouro municipal e do endividamento do município com seus credores externos. A proximidade das eleições para sucessão do governador Seabra, o rompimento político com Rui Barbosa, a ação dos grupos de oposição, principalmente através dos periódicos que circulavam pela cidade dirigindo ataques ao governo, foram fatores que contribuíram para agitação social.

A crise financeira veio acompanhada da carestia dos alimentos desencadeando manifestações populares. Foi nesse clima que em 1918 foi anunciada a greve do professorado municipal e é sobre o movimento grevista que se ocupará o próximo capítulo.

5 - A GREVE DO PROFESSORADO MUNICIPAL DE SALVADOR

A sucessão do governo estadual em 1916 foi um fator que contribuiu para agitação política e social na capital baiana. Quando Seabra escolheu o deputado federal Antonio Moniz como candidato para suceder-lo no governo provocou descontentamento de Rui Barbosa de quem havia se reaproximado em 1913. Rui Barbosa era contra a indicação de Antonio Moniz por ser aliado de Seabra e preferia um aliado seu concorrendo ao governo. Sem acordo e com a imposição de Seabra o candidato Antonio Moniz foi eleito o novo governador da Bahia.

A eleição de Antonio Muniz provocou o rompimento da frágil aliança entre Rui Barbosa e J.J. Seabra. Após esse episódio Rui Barbosa e Seabra voltaram ao embate político, agora no Senado Federal. Na cidade de Salvador os opositores ao seabrismo aumentaram o tom das críticas ao governo de Antonio Muniz e aos intendentes municipais utilizando-se de alguns periódicos que circulavam pela cidade (CUNHA, 2013, p.157-159).

Antonio Muniz não tinha a mesma habilidade administrativa e nem persuasiva do seu antecessor. O novo governador assumiu o mandato enfrentando problemas graves como o aumento generalizado de preços, manifestações e protestos na capital, paralisação de obras e atrasos de salários do funcionalismo público. Se durante a gestão de Seabra os professores se aproximaram e trocaram experiências em eventos voltados para educação, no governo de Muniz seria a crise que mobilizaria o professorado municipal.

Em março de 1917 um grupo de professores e delegados escolares enviaram um protesto ao Conselho Superior de Ensino queixando-se que contra o provimento de cadeiras para professores e delegados escolares por pessoas não diplomadas pela Escola Normal. Em meio a uma situação de crise os professores tentavam combater a indicação de apadrinhados políticos sem a devida capacitação para os cargos. Assinaram aquele protesto os professores Hugo Balthazar da Silveira, Severo Pessoa, Severiano Salles Filho, Roberto Correa, Antenor Dantas Simões entre outros professores do interior do estado⁶⁸.

⁶⁸ BPEB. Setor de Periódicos. Diário de Notícias, 31 de março de 1917.

Em junho de 1917 o jornal Diário de Notícias publicou um artigo intitulado a “Democracia da Fome! A miséria do professorado”. Neste texto o articulista afirma que o professorado “ geme na miséria, morre de fome, sem merecer a menor importância, quer do governador quer do intendente, como se nada valesse e nada representasse”. Apelava o jornalista para a dramaticidade para fortalecer a sua crítica ao governo que segundo ele é o responsável pelas coisas que acontece na cidade porque o intendente era nomeado pelo governador.

Lembrava, ainda, o jornalista da Lei Orgânica do Estado alterada ainda na gestão de Seabra que dava poder ao governador para escolher o intendente para administrar as cidades sem a necessidade de eleição. Sem citar nomes o artigo afirmou que alguns professore tinham se reunido para protestar pelos seus direitos⁶⁹.

O segundo semestre de 1917 foi agitado na capital baiana principalmente devido à ocorrência de manifestações populares por causa dos aumentos de preços de gêneros alimentícios. No mês de julho a imprensa trouxe notícias sobre “meetings” de protestos contra o aumento do pão, da carne verde, do pão, carne seca, farinha, açúcar e do querosene. Esses agrupamentos aconteciam em frente à sede do governo estadual na Praça Rio Branco onde oradores se sucediam em discursos para o público que assistia aquela movimentação.

No início do mês de agosto os jornais de oposição publicaram um pequeno manifesto convidando a população a se concentrarem na Praça Rio Branco para protestarem contra a carestia dos alimentos e a fome que atingia a população. No sábado a tarde o “meeting” ocorreu com a presença de populares e da força policial com a cavalaria. Em meio às palavras de ordem um princípio de confusão foi o estopim para o confronto entre manifestantes e policiais. O palácio do governo foi apedrejado com a ocorrência de feridos e mortos.

Em meio ao caos urbanos o intendente Pacheco Mendes apresentou a sua demissão no dia posterior tumultuando ainda mais a situação política. Em 13 agosto o governador nomeou o primeiro-tenente João Propício Carneiro da Fontoura para o cargo de intendente da cidade de Salvador.

⁶⁹ BPEB. Setor de Periódicos. Diário de Notícias, 23 de junho de 1917

O governador Antonio Muniz ao redigir as suas memórias não negou que a carestia atingiu a população e para ele a culpa da generalizada de preços estava no conflito no continente europeu. Para Muniz a oposição se aproveitou da situação para colocar o povo contra o governo e acusou Oscar Gallo e Ernesto Simões Filho por exaltar o ânimo do povo. O governador justificou a ação das forças policiais devido à desordem e tiros que partiram da população sendo necessário o uso da força que provocou feridos e mortos (MONIZ,1923, p.618 A – 618 D).

Pressionado pela população o governador se reuniu com alguns varejistas e fornecedores no intuito de propor reduções dos preços de alguns gêneros alimentícios. Os protestos continuaram pela cidade mesmo após o acordo estabelecido entre a intendência, representantes da Associação Comercial da Bahia e dos varejistas que estabeleceram a redução de preços de alguns gêneros alimentícios como a carne verde, o pão ainda que essa redução fosse paliativa.

A situação tornou-se novamente tensa com a proibição dos *meetings* pelo chefe de polícia Álvaro Cova fazendo gerar novas críticas nos jornais de oposição. Além dos protestos ocorreram na cidade movimentos grevistas como dos operários das Docas e os funcionários da limpeza urbana.

Nesse período de agitação social nas ruas de Salvador não foi verificado a participação direta de representantes do professorado municipal nos comícios e nos protestos que ocorriam nas áreas centrais da cidade. Isso não quer dizer que os professores do ensino primário municipal não estavam acompanhando o que acontecia pela cidade e provavelmente ele já deveriam estar se organizando para o seu protesto também.

O ano de 1918 começou dando continuidade às agitações e tensões do ano anterior. Os preços continuavam elevados, a crise financeira permanecia na Intendência e os salários do professorado continuavam atrasados. O professorado municipal que já vinha demonstrando sinais de insatisfação e se preparava para agir. Na segunda semana de janeiro o jornal *A Tarde* publicou notícia sobre “a greve da fome em eminência” em que os professores ameaçavam a não reabrir as escolas caso não fossem dadas providências “ que os garanta da penúria, que os livre da fome”⁷⁰.

⁷⁰ BPEB. Setor de Periódicos. *A Tarde*, 15 de janeiro de 1918, p.1.

A palavra “fome” era bastante utilizada naquele momento para destacar situação de dificuldade. Como se verá adiante a palavra fome era recorrente nos textos que tratavam da greve do professorado. A palavra atingia pelo ao menos dois objetivos, gerava sensibilidade nos leitores e era um fator de pressão contra a intendência que era acusada de deixar a míngua aqueles que eram vistos como os mestres dos futuros cidadãos da pátria.

A reportagem criticava a intendência por esbanjar recursos e ao mesmo tempo não resolvia as pendências financeiras com o professorado. O artigo apresentou como dados a baixa frequência no ensino primário que atendia somente 13.464 crianças numa população de trezentas mil pessoas.

5.1 – A greve de professorado em 1918.

O que era uma ameaça foi concretizado em 30 de janeiro de 1918. Nesse dia o jornal *A Tarde* destacava em sua primeira página a seguinte notícia: “A Greve da Fome. O professorado da capital não abrirá os cursos este ano. Preteriu esse alvitre a suicidar-se de cansaço e penúria.”⁷¹. Em letras grandes e com destaque em negrito o periódico chamava à atenção do leitor para uma notícia até então inédita, a decisão do professorado da capital baiana em não reabrir as escolas para o início do ano letivo declarando-se em greve a partir daquela data. Juntamente com a notícia foi divulgado um manifesto com explicações sobre as motivações da paralisação da categoria.

Ao lado da notícia estava a foto do professor Cincinato Franca com a legenda informando que ele também “foi vítima do calote, apesar de uma existência inteira dedicada ao ensino das crianças”. O jornal ao escolher a foto do professor Cincinato Franca para figurar ao lado da notícia buscou dar maior relevância ao fato uma vez que o professor era uma figura influente junto à sociedade, à classe e às autoridades públicas. Cincinato Ricardo Pereira da Franca nasceu na cidade de Cachoeira em 17 de fevereiro de 1860, portanto na deflagração da greve o docente estava às vésperas de completar 58 anos.

⁷¹ BPEB. Setor de Periódicos. *A Tarde*, 30 de janeiro de 1918, p.1.

Foto 5 – Notícia sobre a greve do professorado



Fonte: A Tarde, 30 de janeiro 1918

Foto 6 – Professor Cincinato Franca



Fonte: A Tarde, 30 de janeiro 1918

Cincinato Franca diplomou-se na Escola Normal em 1882 e teve uma breve passagem como professor substituto em Salvador. Em 1883 tornou-se professor efetivo em sua terra natal. Na cidade de cachoeira o professor Cincinato Franca desenvolveu atividades no campo da educação, jornalismo e como abolicionista tornando-o uma figura de destaque.

Ione Celeste de Jesus (2006) destaca a atuação do professor Cincinato Franca na oferta do ensino primário através da escola noturna que era voltada para jovens e adultos negros sendo que alguns deles eram recém libertos da escravidão⁷². A atuação do professor Cincinato Franca na imprensa de Cachoeira é tratada por Jacó dos Santos Souza em *Vozes da Abolição: escravidão e liberdade na imprensa abolicionista cachoeirana (1887-1889)*. Neste trabalho o autor aborda o trabalho do professor Cincinato Franca como redator e articulista do periódico *Asteroide* que serviu como instrumento de divulgação de ideias abolicionistas e defesa da instrução popular.

O trabalho de Ian Cavalcante (2015), *Pela instrução dos filhos do povo: escolarização e cultura escolar na Salvador do pós-abolição, 1888-1906*, aborda a trajetória do professor Cincinato Franca entre os anos de 1886 a 1920, destacando

⁷² Sobre as ações do professor Cincinato Franca frente a escola primária noturna na cidade de Cachoeira ver: SOUZA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia-1870 a 1890*. São Paulo. PUC-SP. 2006 (Tese de Doutorado).

a sua atuação como abolicionista, professor na cidade de Cachoeira e na capital baiana para onde foi transferido em 1891, a convite da Intendência municipal, ficando a frente da escola masculina da Penha. A escola se tornou o Grupo Escolar Rio Branco que era um conjunto de escolas reunidas num só prédio que tinha por diretor o professor Cincinato.

Ian Andrade Cavalcante (2015) demonstra que o Grupo Escolar Rio Branco era uma instituição de ensino reconhecida tanto pelo número de matriculados como pelos alunos bem avaliados nos exames finais. Assim como na cidade de Cachoeira o professor Cincinato produziu artigos e escreveu cartas que foram publicadas em jornais da cidade. Cincinato Franca também foi deputado estadual na 11ª legislatura (1911-1912). O professor atuou durante 44 anos aposentando-se no ano de 1925 e vindo a falecer em 25 de dezembro de 1934.⁷³

Retomando ao movimento iniciado pelo professorado. A notícia da greve informava que uma comissão de professores do ensino primário da capital esteve na sede do jornal e lhe entregara um manifesto em que explicavam os motivos de não abrirem a escolas a partir daquela data. O texto entregue no início do ano letivo é um indício da premeditação e organização do movimento grevista.

O fato da comissão de professores escolherem o jornal *A Tarde* para publicarem o seu manifesto tinha relação com a situação política do momento uma vez que o jornal mantinha uma posição anti-seabrista. Segundo Cunha (2013, p.152) o jornal *A Tarde* era uma das principais vozes de oposição ao seabrismo desde que seu fundador, Ernesto Simões Filho, rompera politicamente com J.J. Seabra em 1913 passando a exercer um papel de fiscalização das atitudes do governo e abrindo espaços para assuntos que pudessem servir de crítica aos aliados de Seabra como o atual governador Antonio Muniz e o Intendente João Propício Carneiro da Fontoura.

O jornal *A Tarde*, além de dar o espaço de destaque para a notícia, elaborou um breve texto informando que o motivo principal da greve era o atraso de até dois anos no pagamento dos salários e gratificações dos professores. O texto também criticava as ações dos intendentes municipais acusando-os de desvio de verbas,

⁷³ Para a biografia do professor Cincinato Ricardo Pereira Franca Ver: SILVA, Pedro Celestino. Prof. Cincinato Ricardo Pereira da Franca. In: *Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia*, nº 68. 1942, p.59-61.

descaso para com a classe dos professores e a má gestão das verbas públicas voltadas para a instrução pública destinando-as para outros fins. A notícia ainda trazia a crítica que o agravamento da situação do tesouro municipal impossibilitava a normalização do pagamento dos professores e apontava que a única saída seria uma subvenção nacional para resolver a situação.

O periódico publicou na íntegra o Manifesto do Professorado Público Municipal da Capital do Estado da Bahia ao Povo Brasileiro que apresentamos aqui alguns trechos.

Não há mais quem ignore parece, a deprimente e embaraçosa situação do professorado publico primario do municipio da capital deste Estado. Sem lar, sem credito, faminto, nu, aviltado de há muito,entretanto se tem mantido com sacrificios inconcebíveis, embora, porem calado no desempenho das funções que lhes são ditadas pelo dever, com os olhos fitos na imagem sagrada da Pátria, a consciencia tranquilla pela posição assumida diante dos descabros sociaes, a alma em preces, confiada sempre na infinita misericordia de Deus que não abandonaria jamais a Terra da Santa Cruz.

Despreocupados do bem viver que só o mercantilismo justifica; encarando a sua função na sociedade como um verdadeiro sacerdocio a cuja sombras somente, vão buscar abrigo os que sonham com a humildade que, felizmente conforta e retempera sem a remuneração que ao menos, por hypothese compense o esforço empregado, vive, trabalha e aguarda a nova lida, na convicção de que jamais cerrou ouvidos aos gritos dos sedentos da instrucção!⁷⁴

O manifesto do professorado municipal foi publicado para denunciar atrasos de pagamentos que já chegavam, em alguns casos, a mais de dois anos levando os docentes a informar a sua situação de vida precária marcada pela fome, as dívidas, a falta de crédito e moradia.

Ao informarem à população e as autoridades o motivo da paralisação das suas atividades os professores possuem duas preocupações: a primeira era pontuar que a situação do professorado municipal era de conhecimento de todos justificando assim a atitude do grupo; a segunda indicava uma preocupação dos professores para a valorização de sua profissão e a demonstração à sociedade do seu comprometimento mesmo com as dificuldades financeiras.

⁷⁴ BPEB. Setor de Periódicos. A Tarde. "Manifesto do professorado público municipal a capital do estado da Bahia ao povo brasileiro", 30 de janeiro de 1918, p.1

Sempre emmudecido e [ilegível], paciente e resignado, na expectativa (sic) de melhores dias. Não lhe doía, dor voluntária, essa posição humilde, mas respeitável que, aos olhos da ignorância proterva e de pedantismo néscio, parece detestável; ao passo que o desanima hoje quando se sente oprimido pelo despotismo que tudo avassalla, pela tyrannia que a tudo destroe.

Depois há um limite máximo para tudo quanto gira em torno do poder humano.

Desgraçadamente chegamos a esta phase em que o professorado público primário da capital da Bahia, se vê na deplorável contingencia de, calcando embora os sentimentos que o definem, levar ao conhecimento do País inteiro, do Universo mesmo, o estado de penúria que o abate dia a dia e também justificar a attitude que há assumir, forçado pelo “imperio das circunstancias”, em que face da difícil e irremediada situação em que o colocou o próprio poder público.

Os professores se descreviam como pacientes, resignados, emudecidos e que de forma humilde esperavam pela resolução da situação. O professorado era tido como conformado com a sua situação, como um grupo que não reagia diante uma situação tão difícil. Naquele momento em que reagiu contra a situação o manifesto serviu como um desabafo porque, segundo os professores, “há um limite para tudo”, inclusive para atrasos salariais de quase dois anos.

No dia 31 de janeiro, um dia após ao início da greve, o jornal *A Tarde* publicou a notícia intitulada “A Greve da Fome” constando um texto sobre um telegrama elaborado pela comissão do professorado remetido ao Presidente da República⁷⁵. Nesse telegrama os professores informam que paralisaram as atividades e que somente retornariam se recebessem os pagamentos atrasados de 20 a 30 meses.

O texto do telegrama é apelativo e composto por termos como humilhação, aniquilamento, morte indigente e solicita a salvação pela ação da Presidência da República ainda que essa situação não fosse responsabilidade do governo federal. Não foi possível verificar a resposta da Presidência, mas ficou evidente que o objetivo naquele momento não era a solicitação de uma intervenção federal e sim provocar constrangimento ao governo do estado e a Intendência.

⁷⁵ BPEB. Setor de Periódicos. *A Tarde*, 31 de janeiro de 1918, p.1.

O fato de um telegrama ser enviado à Presidência da República um dia após o início da greve indica que essa foi uma ação planejada que envolveu a comissão dos professores e os oposicionistas do governo. O governo reagiu primeiramente sem nenhuma proposta para o professorado limitando-se em admitir que o problema do professorado foi causado por erros das administrações passadas e que a intendência não possuía recursos financeiros para resolver a situação. Sem proposta preferiu-se acusar a oposição de se aproveitar da situação de dificuldade financeira do município para explorar politicamente do assunto.

Mesmo assumindo que estava em débito com o professorado o governo se mostrava contrariado com os aqueles que

procuram aproveitar de tudo, especulam com o direito alheio, como se fosse com o próprio desbrío, insuflam e estimulam a grita para o desrespeito, a desordem e a anarquia, a pretenderem a implantação da bachanal dos ódios e das rixas, o enxurrar de villezas e indignidades.⁷⁶

Seguiu o artigo na tentativa de persuadir os professores a recuarem do movimento sensibilizando o grupo naquilo que eles mais se orgulhavam, a responsabilidade, o sentimento de dever e o exemplo para a sociedade, mas sem abrir mão da ameaça do uso de instrumentos legais para findar o movimento.

Para sua honra, felizmente, os professores, conhecem as suas responsabilidades, sentem os seus deveres de educadores da infância e exemplos perante a sociedade que os distingue e acata para não deixar que se o afaste da legalidade.

Antonio Moniz ao redigir suas memórias sobre os governadores da Bahia tratou sobre esse período em que ele estava à frente do governo do estado. O governador queixou-se que “a oposição não descansava. Tudo lhe servia de pretexto para agredir e fazer acintes aos depositários da auctoridade pública”. Acusava a imprensa de ser agressivo com ele citando o jornalista Ernesto Simões Filho, proprietário do jornal *A Tarde*. O governador lembrou que o caso do professorado um assunto explorado injustamente pela imprensa oposicionista.

Segundo o governador a imprensa explorava a situação de atraso no pagamento do professorado municipal e outras irregularidades da intendência

⁷⁶ BPEB. Setor de Periódico. Democrata, 16 de fevereiro de 1918.

atribuindo-lhe responsabilidade quando, segundo o governador, esta seria do Município. O governador acusava a imprensa de ter produzido um “espetáculo” empolgando e incitando o professorado municipal a ponto de se envolverem com a paixão deflagrando uma greve⁷⁷.

No esforço em dar notoriedade ao movimento do professorado o jornal *A Tarde* publicou uma entrevista com o professor Roberto Correia. Roberto José Correia foi professor do ensino primário e também exerceu o cargo de delegado escolar. O professor ingressou na Escola Normal em 1898 sendo contemporâneo de Vicente Ferreira Café e destacou-se como escritor de livros didáticos para crianças como o *Leitura para as crianças* que teve três edições (1915, 1916 e 1927) e foi adotado no ensino primário público municipal. (DAMASCENO, 2014, p.115-116).

Na entrevista o professor Roberto Correia declarou apoio ao movimento do professorado. Ao analisar o manifesto publicado no jornal *A Tarde* o professor considerou como “moderado, verdadeiro e inofensivo” colocando uma pitada de ironia. Para o professor Correia o movimento do professorado e a publicação do manifesto serviram para informar a sociedade e chamar atenção das autoridades públicas para a penúria e a fome que atingia a classe. Defendendo a classe o professor-autor disse que o ato de desespero do professorado em fechar as escolas não era culpa deles e sim das autoridades e por mais que os professores amassem as suas escolas e a pátria “saco vazio não se põem em pé”⁷⁸.

A situação que já era difícil tornou-se mais complicada quando o intendente Propício da Fontoura se utilizando da interpretação da lei⁷⁹ e suspendeu o professor Isauro Coelho por 15 dias devido a declarações dadas contra o governo na imprensa (LUZ, 2013, p.77). A punição do colega não foi bem recebida pelo professorado que reagiu publicamente contra a ação da intendência demonstrando um sentimento de solidariedade na classe.

⁷⁷ Ver: ARAGÃO, Antônio Ferrão Moniz de. A Bahia e seus governadores na República. Bahia: Imprensa Oficial, 1923 p. 631-636.

⁷⁸ BPEB. Setor de Periódicos. *A Tarde*, 4 de fevereiro de 1918

⁷⁹ Pelo Decreto nº 1354 de janeiro de 1914, art. 82, o professor era proibido de dirigir-se diretamente às autoridades superiores de ensino devendo servir-se sempre do intermédio dos delegados itinerantes. Já o artigo 168 permitia que o intendente aplicasse punição de até 30 dias como pena disciplinar.

Foto 7 – Professor Isauro Coelho



Fonte: A Tarde, 1918

O relatório do delegado escolar da 5ª circunscrição de 1915 informava que professor Isauro da Silva Coelho atuava na escola do sexo masculino no distrito suburbano de Passé tendo como adjunto Aloysio da Silva Coelho. O sobrenome do adjunto indica que ele era parente direto do professor, porém não foi possível identificar o grau de parentesco. Como já foi discutida anteriormente, essa era uma prática comum. É importante lembrar que o nome do professor Isauro Coelho estava entre os listados pelo professor Alberto de Assis ao lembrar dos “mestres” formados pelas Escola Normal.

A imagem evidencia as características afrodescendentes do professor. Se não fosse a foto não seria possível verificar tal característica uma vez que este não é um assunto trazido pelas fontes. Os professores, a imprensa e as autoridades públicas ao tratarem sobre os professores Vicente Café, Isauro Coelho, Jovina Moreira entre outros não abordavam questões raciais. Este não é um tema a ser abordado por esse trabalho, mas desde já fica a sugestão para pesquisas que tratem sobre os professores negros no ensino publico municipal de Salvador na Primeira República.

Entre os professores que se manifestaram estava o professor Vicente Ferreira Café que teve uma carta publicada no jornal Diário da Bahia⁸⁰ demonstrando a sua solidariedade ao colega tratando-o de “co-irmão pela sorte”. O professor reafirmou as denúncias proferidas pelo professor Isauro Coelho referente ao desvio para outros fins da sexta parte da renda que deveria ser destinada a

⁸⁰ BPEB. Setor de Periódicos. Diário da Bahia, 12 de fevereiro de 1918. “O professorado e a fome”.

instrução municipal e criticou os administradores do município por não cumprirem com o seu dever.

O professor Café ainda culpou a intendência pela situação do professorado que, devido à falta de pagamento dos salários, fazia com que os professores tivessem que recorrer aos agiotas, faltasse com seus compromissos financeiros e vivessem ameaçados de despejo em suas casas e escolas. Apesar do tom forte das críticas, o professor Vicente Café não recebeu nenhuma punição.

Se a punição do professor Isauro Coelho teve a intenção de servir de exemplo aos outros professores e ameaça contra novos atos de rebeldia e insubordinação o efeito foi contrário. Indignados com a punição ao colega vários professores demonstraram solidariedade declarando-se suspensos por meio de cartas enviadas aos delegados escolares. Agiram dessa maneira os professores Hugo Balthazar da Silveira, Possidônio Dias Coelho, Dásio José de Souza e a professora Emília Lobo Vianna⁸¹. O professor Dásio José de Souza inclusive atuava também no distrito do Passé na localidade de Candeias.

A adesão ao movimento aumentou com o passar dos dias e os jornais como o *Diário da Bahia* listava os nomes de professores e, sobretudo as professoras que se declaravam em greve. Nomes como Severiano Salles Filho, Antônio Peixoto Guedes, Alberto de Assis, Jovina de Castro Senna Moreira, Maria do Carmo Trindade, Severo Pessoa atenderam a convocação do comando de greve que era composto pelos professores Possidonio Dias Coelho, Jacintho Caraúna, Cincinato Franca, Vicente Café, Dásio José de Souza, Hugo Balthazar da Silveira e as professoras Ana Moreira Bahiense, Jesuina Beatriz Oliveira e Emilia de Oliveira Lobo Vianna. As listagens dos nomes normalmente obedeciam à ordem com os nomes masculinos sempre listados antes dos femininos apesar de que as professoras eram ampla maioria no professorado municipal.

A participação feminina no movimento foi crescente e importante com o passar do tempo com a adesão de diversas professoras à greve. Pode-se destacar a participação da professora Emilia Lobo Vianna e Jovina de Senna Moreira que tiveram as suas fotos publicadas na primeira página do jornal *A Tarde* em apoio ao movimento.

⁸¹ BPEB. Setor de Periódicos. *A Tarde*, 13 de fevereiro de 1918.

Foto 8- Professora Emilia Lobo Vianna



Fonte: A Tarde, 14 de fevereiro 1918

Foto 9 – Professora Jovina de Senna Moreira



Fonte: A Tarde, 14 de fevereiro 1918

A professora Emilia Vianna tinha como característica o seu posicionamento crítico em relação à situação do professorado municipal. Anos antes da greve do professorado a professora já tinha se manifestado contra os baixos salários da classe, as condições precárias das escolas e os atrasos no pagamento da ajuda de custo para o custeio com o aluguel.

O jornal A Tarde publicou uma carta da professora em que ela tratou da situação momentânea e anterior à greve. Nesta carta a professora Emília Lobo Vianna tratou da sua indignação contra a suspensão do professor Isauro Coelho e a atitude do Intendente de ter chamado ao seu gabinete os professores Cincinato Franca e Roberto Correia para que se retratassem sobre declarações dadas à imprensa em relação à intendência municipal.

A professora fez um breve histórico da situação do professorado desde a gestão do intendente Júlio Viveiros Brandão até Propício da Fontoura o ocupante do cargo naquele momento. Nesta carta a professora denuncia que o desequilíbrio das contas municipais foi decorrente das nomeações de diversos adjuntos e alunos mestres para ficar a frente das escolas. Ainda segundo a professora algumas dessas nomeações ocorreram já nos últimos meses letivos ou até nas férias. A professora mostrando-se indignada lembrou que enquanto ela e suas adjuntas ficavam sem receber os seus vencimentos, mesmo com suas escolas com uma boa frequência de alunos, outras professoras recebiam salários em dias com suas escolas vazias.

A professora Emília Lobo Vianna em outro trecho da carta descreve o desgaste que estava a relação do professorado com os representantes da

intendência. A crise financeira que tinha atingido os cofres municipais tinha transformado os vínculos de proximidade entre professores e intendência em uma relação que prevalecia o afastamento e os conflitos.

Lembrava a professora que por causa da crise financeira e dos atrasos nos vencimentos os professores que antes tinham acesso aos gabinetes da intendência passaram a ser barrados por guardas que ficavam na entrada do prédio da intendência. Mesmo que passassem pelo guardas o porteiro tinha ordens para não permitir acesso de professores.⁸²

Os professores que estavam à frente do movimento procuravam demonstrar força por meio da organização e articulação. Apoiados pelos periódicos de oposição a comissão de greve se reuniu no Grêmio Literário para organizar a reunião com os membros da classe que ocorreria no salão principal do Liceu de Artes e Ofícios no dia 17 de fevereiro. Nesta reunião foram tratados assuntos como a assistência gratuita dos advogados Odilon Santos, Artur Negreiros Falcão, Arthur de Senna Moreira e Ubaldino Gonzaga para auxiliar aos professores nas demandas judiciais.

A comissão tratou sobre os convites para outras entidades sendo definido o envio de telegramas ao Presidente da República, para Rui Barbosa e Dr. Miguel Calmon assim como a imprensa da capital federal. Nesta reunião também ficou definido que seria criada uma caixa de assistência para recebimento de ajuda financeira para custear o movimento. Os professores decidiram que seria preparada uma moção de apoio ao professor suspenso Isauro Coelho e que esta seria assinada pelos presentes na reunião do dia 17. Nesta reunião estava presente o Sr. Ernesto Simões Filho articulando junto com os professores sendo o mesmo indicado para receber uma homenagem no dia da reunião principal⁸³.

Em 17 de fevereiro o periódico governista *Democrata* publicou o teor da mensagem do Intendente João Propício Carneiro da Fontoura ao Conselho Municipal. Nesta mensagem o intendente admitiu “o estado precário das finanças municipaes” e informou que isso contribuiu para o “espantoso atrazo no pagamento de vencimento do funccionalismo”.

⁸² BPEB. Setor de Periódicos. A Tarde, 14 de fevereiro de 1918.

⁸³ BPEB. Setor de Periódicos. A Tarde 16 de fevereiro de 1918.

Tratando da instrução municipal a autoridade pública reconhecia a importância instrução primária, porém confirmava que havia “professores credores de mais de 2 anos de vencimentos”. Como se isso não bastasse o intendente declarou que a renda que deveria ser utilizada obrigatoriamente a instrução foi destinada para “compromissos assumidos por outras administrações”, ou seja, pagamento de juros e parcelas de empréstimos contraídos anteriormente.

Admitiu o Intendente que encontrou uma situação em que havia professores com pagamentos em dias enquanto outros com atraso de meses o que sugere a existência de interferência política e preferências que determinavam quem seriam agraciados com o pagamento e quem ficaria sem receber. Como solução o intendente propunha a tomada de empréstimo para resolver a situação⁸⁴. As declarações do intendente confirmavam as denúncias do professorado e ao mesmo tempo colocava em xeque a motivação política do movimento.

Quanto ao tratamento diferenciado em relação ao pagamento dos salários, o professor Cincinato Franca tratou desse assunto citando o “rancho das pastorinhas” referindo-se aos que tem “parentes e amigos conselheiros e bons pistolões para o intendente, não tem atraso e recebem certinho no fim do mês.”⁸⁵. Segundo o professor as escolas que estavam funcionando durante a greve eram justamente aquelas cujos professores não estavam com seus salários atrasados.

A reunião do dia 17 de fevereiro no Liceu de Artes e Ofícios ocorreu com uma grande presença de professores e também membros de outros grupos como representantes do comércio, da faculdade de medicina, da escola politécnica, funcionários públicos e jornalistas⁸⁶.

Nesta reunião os principais líderes do movimento de greve fizeram discursos reivindicando ações do governo e criticando a suspensão do professor Isauro Coelho. Foi nesta reunião que foi sugerida a criação do Centro de Defesa do Professorado Municipal para que os professores associados pudessem ser representados. A reunião foi presidida pelo professor Possidônio Dias Coelho que no seu discurso agradeceu pela escolha apesar dos seus “cabelos brancos”, refutou

⁸⁴ BPEB. Setor de Periódicos. Democrata, “Mensagem do Dr. Intendente”, 17 de fevereiro de 1918, p.1-2.

⁸⁵ BPEB. Setor de Periódicos. A Tarde, 06 de fevereiro de 1918, p.1.

⁸⁶ BPEB. Setor de Periódicos. A Tarde, 18 de fevereiro de 1918; Jornal Diário da Bahia 19 de fevereiro de 1918.

a ideia de movimento ter vinculação política no sentido de partidário e negou que se tratasse de uma greve porque segundo o professor: “ não temos patrões e não queremos aumento de salários; queremos a justiça e a moralidade nos pagamentos. ”

Foto 10 – Professor Possidônio Dias Coelho



Fonte: A Tarde, 16 de fevereiro 1918

A mensagem do professor Possidonio Dias Coelho revela alguns aspectos daquele movimento grevista. O primeiro deles foi a tentativa de descolar o movimento da situação de embate político entre seabristas e oposicionistas. Talvez fosse um discurso para não criar alguma dificuldade nas negociações apesar de que a greve do professorado ter sido apoiada por opositores ao governo.

Na prática a questão política estava posta porque naquela reunião esteve presente o jornalista Ernesto Simões Filho que foi recebido com uma salva de palmas pelos professores presentes. Simões Filho foi um dos que discursaram na tribuna e como já foi informado nesse texto o governador Antonio Moniz acusava o jornalista de ser um agitador da classe.

Quanto à fala do professor de não considerar o movimento como uma greve, mesmo com as manchetes dos jornais tratarem sobre a “greve da fome” entende-se que o professor quis afastar o movimento daqueles que foram realizados por trabalhadores de outras categorias com baixa escolaridade e sem o mesmo prestígio social dos professores. Independente da interpretação dada pelo professor Possidônio Coelho ao movimento os ânimos não arrefeceram e as ações propostas pela comissão manteve o caráter reivindicatório e reafirmou a paralisação das atividades enquanto suas solicitações não fossem atendidas.

Durante a reunião foi lida uma mensagem enviado pelo chefe de policia Álvaro Cova propondo uma reunião da comissão de greve com o governador

Antonio Moniz. Ficava claro que o governo do estado tomava a frente da negociação. A comissão foi recebida pelo governador que ouviu diretamente do professorado as suas queixas e prometeu buscar soluções junto ao intendente.

A atitude do governador em convocar a reunião demonstrou a intenção do estado de ficar a frente do processo de negociação e, também, tinha um caráter político para contrapor as críticas dos opositoristas. Tudo isso fazia parte de um jogo de cena uma vez que a responsabilidade administrativa pelo professorado era do município.

A comissão de greve continuou a propor ações com o objetivo de constranger o governo como a formação de bando precatório, ou seja, a mendicância, o pedido de dinheiro pelas ruas da cidade. Um convite neste sentido chegou a ser lançado por estudantes de medicina, direito e engenharia convocando para participação do bando precatório no dia 12 de março⁸⁷. Entre os que assinavam a convocação estava o estudante de direito Evandro Balthazar da Silveira. O sobrenome do estudante remete ao professor Hugo Balthazar da Silveira, integrante da comissão de greve, porém não foi possível estabelecer o grau de parentesco.

O governo reagiu negativamente a esta intenção do professorado primeiramente acusando a oposição de incitar os professores à desordem e conclamava a classe a não fazer tal ato porque “não engrandece e nem nobilita os educadores da infância”. O editorial do periódico governista *O Democrata* atacava a oposição tratando-os como “especuladores”, “cafajestes”, “desordeiros”, “malcumunados”, “demagogos” e finalizava ameaçando a “repressão justa, na defesa da honra, dos brios e direitos da comunhão bahiana”. Para o governo o bando precatório do professorado seria um ato de desonra para a Bahia⁸⁸.

Tratando sobre o bando precatório do professorado Maria Conceição B. da Costa e Silva informa que ele não ocorreu no dia marcado, porém a cavalaria esteve aposta para reprimir o ato (SILVA, 1997, p.103). O *Diário da Bahia* em novo editorial fez novas críticas ao governo por ameaçar e impedir a manifestação do professorado. A crítica foi direcionada a justificativa do governo que para impedir o

⁸⁷ BPEB. Setor de Periódicos. Diário da Bahia, 09 de março de 1918; Diário de Notícias 08 de março de 1918.

⁸⁸ BPEB. Setor de Periódicos. O Democrata, 10 de março de 1918.

ato alegou que o Código Penal proibia a mendicância àqueles que tinham saúde e aptidão para trabalhar. Ainda, segundo a informação do artigo, a pena para quem descumprisse a lei seria a prisão de oito a trinta dias⁸⁹.

Passado mais de um mês do início da greve e ainda sem uma solução efetiva o professorado lançou um novo manifesto dessa vez dirigido à “nação”. Neste manifesto assinado pela comissão de greve, as críticas eram direcionadas aos administradores públicos que eram acusados de não agirem para resolução do problema. O texto carregado frases de cunho emotivo e religioso buscava sensibilizar os leitores para apoiar o movimento. Ao final o texto apelava para “caridade pública” para que fosse garantida a subsistência dos professores que estavam greve e sem receber os seus vencimentos.

Nesta mesma reportagem foram transcritos os textos dos telegramas enviados para Rui Barbosa e Miguel Calmon que naquele momento estavam com relações estremecidas com Seabra. O telegrama enviado para Rui Barbosa informou sobre os atrasos nos pagamentos de até dois anos fazendo com que os professores lançassem mão à caridade pública e a intenção de formarem um bando precatório.

Já para Miguel Calmon a solicitação foi o auxílio para organizar uma subscrição nacional e acesso à imprensa do Rio de Janeiro. Assinaram os telegramas os professores Possidonio Dias Coelho e Cincinato Franca e as professoras Emilia Lobo Vianna, Jesuina Beatriz d’oliveira e Jovina Senna Moreira⁹⁰.

A solicitação do professorado surgiu efeito e em pouco tempo foram organizados grupos para arrecadação de recursos na cidade do Rio de Janeiro e em São Paulo para ajudar os professores soteropolitanos em greve. Vieram de São Paulo mensagens de apoio ao movimento e iniciativa para arrecadação de fundos como o Comitê Paulista de Socorros ao Professorado Bahiano que arrecadou dinheiro para ajudar os professores em greve⁹¹.

Na cidade do Rio de Janeiro o jornal *Lanterna* recebeu e publicou um telegrama da comissão do professorado, provavelmente atendendo ao pedido de

⁸⁹ BPEB. Setor de Periódicos. Diário da Bahia, 14 de março de 1918. O articulista citou o artigo 391 do Código Penal vigente que tratava sobre a mendicância e suas penalidades no capítulo XII.

⁹⁰ BPEB. Setor de Periódicos. Diário da Bahia, 09 de março de 1918.

⁹¹ BPEB. Setor de Periódicos. O Estado de São Paulo, 21 de julho de 1918.

Miguel Calmon, e também se colocou a disposição para receber subscrições em favor do professorado baiano. Na cidade de Salvador o periódico *O Imparcial* também se dispôs a receber recursos para o professorado após receber uma carta de um cidadão que solicitava que fosse aberta uma subscrição popular para que as pessoas pudessem contribuir com os professores em greve.

O missivista baiano ofertou a quantia de 20\$000 e ao final da carta afirmou que “aqueles que dão aos pobres emprestam a Deus”⁹². Essas ações não resolviam os problemas financeiros do grupo dos professores e eram paliativas, porém à medida que a intendência e o governo do estado demoravam em resolver a situação ficavam mais expostos as críticas que já atravessavam as fronteiras do estado.

O professorado municipal pressionava o governo em diversas frentes. Por meio do advogado Odilon Santos a comissão de greve entregou um abaixo assinado ao Juiz de Direito da vara cível solicitando a intimação ao município e ao estado para cumprirem a lei que determinava a aplicação da sexta parte da renda em favor da instrução pública⁹³.

Em meio a pressão a intendência municipal tentava a aquisição de um empréstimo que pudesse equacionar a dívida que segundo levantamento realizado por Silva (1997, p.102) era de cerca de 945.000\$000. É importante lembrar que a cidade de Salvador estava bastante endividada a ponto de ser impedida de contrair novos empréstimos junto aos bancos.

Agindo para resolver a situação o Senador Campos França elaborou um projeto que autorizou a intendência municipal a recorrer a um empréstimo emergencial de 1500 contos para pagamento dívida com os professores e com outros funcionários municipais. Pela proposta a garantia do empréstimo seria dada pelo governo do estado.

O que parecia ser uma esperança para resolver a situação transformou-se em frustração porque a intendência não conseguiu obter o empréstimo. A primeira tentativa foi com a comunidade baiana que morava na capital federal, mas não obteve sucesso. Foi tentado o empréstimo junto ao Banco do Brasil, porém o estado

⁹² BPEB. Setor de Periódicos. *O Imparcial*, 20 de junho de 1918.

⁹³ BPEB. Setor de Periódicos. *Diário da Bahia*, 13 de março de 1918.

baiano já tinha pendências com outro empréstimo tomado anteriormente no governo Seabra e estava inadimplente.

Na cidade do Rio de Janeiro o periódico *Lanterna* noticiou o fracasso da tentativa de empréstimo pelo governo baiano e dirigiu as suas críticas ao senador J.J Seabra. O periódico colocou notícias sobre a situação do professorado municipal nas primeiras páginas.

Além das críticas dirigidas ao senador Seabra não escapavam do texto as opiniões contrárias ao deputado Muniz Sodré, irmão do governador, que era deputado federal. O deputado Muniz Sodré foi apelidado pelo jornal *Lanterna* como o “maluco” porque, entre outras ações, não se manifestava contra a situação de escassez da economia baiana, os conflitos sociais, a situação do professorado e ainda se contrariava com as críticas do senador Rui Barbosa. O periódico tratava o deputado de forma pejorativa como “maluco” porque para o articulista esse era a definição para quem deixava “o professorado bahiano morrer à fome por não receber os seus ordenados a douz annos em atraso”⁹⁴.

Em 31 de março de 1918 o professorado municipal reunido no Salão Nobre do Grêmio Literário discutiram a situação e o rumo da greve. A reunião foi presidida pelo professor Possidônio Dias Coelho e secretariada pelos professores Cincinato Franca e Jacintho Caraúna. Os professores se revezaram em discursos na tribuna favoráveis à continuidade do movimento enquanto não fosse resolvida a situação dos pagamentos atrasados.

Foto 11 – Professor Jacintho Caraúna



Fonte: A Tarde, 18 de fevereiro 1918

⁹⁴ BNDigital. *Lanterna*, 31 de maio de 1918, f.1

Em determinado momento foi lida uma carta da professora Ana Moreira Bahiense que por motivos superiores não estava presente, porém enviou uma mensagem de solidariedade ao movimento afirmando que estava “disposta a arcar com todas as consequências que possam advir da não abertura das escolas”. Em outro trecho a professora afirmou que aguardaria “qualquer castigo que me possam infligir [...] e sentir-me feliz se for sacrificada por amor a classe que orgulhosa pertença”.

Após a leitura da carta da professora Bahiense, outra professora, Emília Lobo Vianna, fez a leitura das propostas do professorado municipal direcionadas a intendência como condição para finalizar o movimento. Antes de apresentar a proposta discorreu a professora sobre a situação financeira e política do estado. Citou também as condições de alguns professores que sem seus salários e com dificuldade para sustento alguns já tinham sido internados no hospício de alienados sem o “uso da razão”. Fez também a professora referências sobre as relações estabelecidas com professores paulistas e com a comunidade baiana no Rio de Janeiro. Criticou os periódicos de imprensa governista que não publicavam as reivindicações dos professores e se limitavam a declarar que a classe estava sendo vítima das explorações da imprensa de oposição. Para a professora os periódicos oposicionistas se portavam como “amigos” da classe.

A professora Emília Lobo Vianna findou a leitura propondo as condições para findar o movimento. A primeira era a revogação da suspensão do professor Isauro Coelho, a segunda era o pagamento dos salários atrasados e continuação dos pagamentos mensais e terceira era o respeito ao professorado⁹⁵.

O apelo do professorado atravessa as barreiras institucionais com o envio de uma carta, com a intermediação de Ernesto Simões Filho, ao presidente Wenceslau Bráz Pereira Gomes onde denunciavam que após a municipalização do ensino primário as leis que garantiam os recursos para o pagamento dos professores não estavam sendo respeitadas e apelavam para ação do presidente por meio da intervenção⁹⁶.

A pressão sobre o governo era forte e no mês de março aconteceu uma nova troca de intendente na capital baiana. Saía o intendente Propício da Fontoura e

⁹⁵ BPEB. Setor de Periódicos. Diário da Bahia m 31 de março de 1918.

⁹⁶ BPEB. Setor de Periódicos. A Tarde, 22 de junho de 1918, f.1.

assumiu o advogado José da Rocha Leal. Nas suas primeiras ações para atender as reivindicações do professorado o novo intendente assinou uma portaria determinando ao diretor do Tesouro Municipal proceder com o pagamento dos professores obedecendo à ordem decrescente daqueles com o maior quantitativo de meses de vencimentos em atraso. O intendente afirmou por meio da portaria que os recursos seriam provenientes do “producto da sexta parte da renda verificada, na conformidade da lei”⁹⁷.

A retomada dos pagamentos dos salários do professorado de acordo a legislação pode ser apontada como uma conquista do movimento após o quarto mês de greve. Em mensagem enviada ao Conselho Municipal a intendência reconheceu que passava a cumprir a legislação e que o débito com o professorado e outros funcionários municipais era de mais de mil contos de réis.

O intendente Jose da Rocha Leal buscou na letra fria da lei uma forma de retaliar os professores que mantiveram as suas escolas fechadas durante a greve. Para o intendente o pagamento dos professores a partir do mês de janeiro daquele ano só deveria ser feitos àqueles que efetivamente mantiveram as suas escolas abertas e que fosse atestado pelos delegados escolares. O intendente apegava-se a situação de que nem todos os professores aderiram à greve e por isso consultou o conselho municipal para não pagar os meses dos professores grevistas⁹⁸.

Não foi encontrada a resposta do Conselho ao pedido do intendente, porém no discurso que Rui Barbosa realizou na cidade de Santo Amaro no ano de 1919 em que fez duras críticas ao governo de Seabra e de Antonio Moniz foi tratado sobre o caso do professorado municipal e o político apresentou uma lista com cinquenta e oito nomes de professores e professoras que ainda acumulavam até 29 meses de salários atrasados em julho daquele ano⁹⁹.

Os professores que faziam parte da comissão de greve e outros que aderiram o movimento no decorrer figuravam na lista apresentada por Rui Barbosa deixando pista que de houve sim retaliação por parte da intendência para com os professores envolvidos na greve.

⁹⁷ BPEB. Setor de Periódicos. O Democrata, 16 de maio de 1918.

⁹⁸ AHMS. Mensagem da Intendência à Comissão de Fazenda, Justiça e Instrução em 24 de agosto de 1918.

⁹⁹ RBDigital (Arquivo Rui Barbosa Digital) - <http://docvirt.com/docreader.net/ArquivoRuiBarbosa/61408>

Rui Barbosa citou em seu discurso conversas com o professor Cincinato Franca que tinha lhe informado que no ano de 1919 os atrasos voltaram a ocorrer e que os professores ainda não tinham recebido os seus vencimentos naquele ano. Ainda segundo Rui Barbosa o professor Cincinato Franca tinha lhe informado que a dívida da intendência com o professorado era de 1800 contos.

O professor Cincinato Franca que nos primeiros anos da administração seabrista manteve proximidades com o governo tornou-se um crítico a partir da greve do professorado. O professor era um hábil orador e sempre era bastante aplaudido após as suas falas nas reuniões da classe. Os seus textos também eram bem escritos e continha fortes críticas ao governo não fugindo ao seu estilo dos tempos de abolicionismo.

Em maio de 1918 foram publicados dois artigos do professor no *A Tarde* e nestes dois textos o professor usou como título o imperativo “reajamos”. Talvez a intenção fosse animar a classe que já estava no quarto mês de greve, sem salários e passando por toda sorte de dificuldades. No seu primeiro artigo o professor dirigiu a sua crítica ao governo:

O nosso governo despreza o mestre do filho do povo, negendo-lhe o fructo sagrado do seu trabalho, de seus esforços; porém, tem razão, a tyrania é inimiga da luz, e a força, o poderio sem moral, sem justiça e sem responsabilidade, tem sua existência, seu valor nas trevas, no servilismo, na ignorância do povo.¹⁰⁰

O professor Cincinato dirigiu a suas críticas também a J.J. Seabra que naquele momento mesmo longe do governo estadual e exercendo a cargo de Senador ainda era visto como o chefe político do estado. Para o professor o político era responsável pela difícil situação econômica do estado.

“Curve a cabeça, senhor dr. Seabra, laimente (sic) o estado misero da nossa Bahia, condenada a fome, ao gemido de miséria, ao pranto, ao soluço e ao lucto das victimas subjugadas ao terror das necessidades!

[...].

Desgraçadamente triumpho à Bahia a mentira ridícula e mesquinha de um dr. Sodré, animando a vaidade política ou partidária do velho “el-rei”

¹⁰⁰ BPEB. Setor de Periódicos. *A Tarde*, 8 de maio de 1918.

Seabra, contra a sorte do professorado caloteado, martirizado pela fome, pela miséria e preso a esse palco indigno da vil politicalha que desconhece a justiça e deprime a honra do povo”¹⁰¹

No segundo artigo publicado o professor utiliza-se do jargão depreciativo da “mulata velha” para tratar sobre a forma com era conduzida a política no estado, as desigualdades sociais e a falta de importância dada à educação. Escreveu o professor

A Bahia, essa *mulata velha* (sic), perdeu a força; tornou-se inimiga da infância, arrastando ao pobre professor ao negro patíbulo (estrutura para enforcamento) da miséria que deprime a honra baiana” (grifos meus).

Infelizmente temos república, menos republicanos, o principio democrático na Bahia, é o desprezo a igualdade, o ridículo ao direito e a submissão servil ao pobre, ao fraco, ao pequeno, ao povo.

Despresa-se a instrução popular e se desenvolve o jogo, o vício e a corrupção, é o progresso da *mulata velha esfarrapada* (sic), cujo ideal é a miséria e o rebaixamento do seu futuro, é o ridículo as suas tradições!¹⁰²

Tratando sobre a expressão *mulata velha* Leite (2012, p.224-229) informa que esse apelido era dado ao estado desde o século XIX e era visto como depreciativo pelas elites locais porque tratava de elementos étnicos. O autor informa que era um tipo de expressão que não era usual na escrita, mas deveria ser comum na fala. Em sua pesquisa Leite encontrou três registros dessa expressão e associados à questão racial. Este seria um quarto registro associado a questão econômica e educacional da cidade.

No caso do uso da expressão pelo professor Cincinato Franca não considero que o foco tenha sido racial o que seria estranho para quem dedicou uma parte do seu trabalho para o abolicionismo e a instrução das primeiras letras para escravos e libertos. A expressão do professor, ainda que carregada de estereótipo, trata da forma atrasada de se fazer a política na Bahia, na manutenção dos privilégios para poucos ainda que trouxesse prejuízo para o todo e o desprezo pela instrução do povo.

Após a retomada de pagamento dos salários dos professores o movimento de greve foi perdendo a força, vários professores voltaram para suas salas de aula e as

¹⁰¹ BPEB. Setor de Periódicos. A Tarde, 8 de maio de 1918.

¹⁰² BPEB. Setor de Periódicos. A Tarde, 16 de maio de 1918.

reuniões convocadas pela comissão de greve atraía um público menor. Semelhante ao professor Cincinato Franca, o professor Hugo Balthazar da Silveira também se manifestou nos jornais através de um artigo que foi publicado no *Diário da Bahia*.

Foto 12 – Professor Hugo Balthazar da Silveira



Fonte: A Tarde, 9 de setembro 1918

Neste artigo o professor Hugo Balthazar da Silveira conclamava aos professores a ser manterem mobilizados e afirmava que o pagamento do mês de salário era uma “cilada, uma armadilha habilmente preparada por uma manhosa raposa”. Segundo o professor se a classe se desmobilizasse o governo iria anunciar ao resto do país que os professores da capital já estavam pagos¹⁰³.

Apesar dos apelos do professor Hugo Balthazar da Silveira no início de setembro teve fim o movimento grevista e o professorado municipal retornou as atividades com três conquistas: a aplicação da sexta parte da renda destinada à instrução, a equidade nos pagamentos e a revogação da punição ao professor Isauro Coelho. Essas conquistas foram comunicadas aos colegas paulistas com o aviso que o “comitê” continuaria a sua existência em defesa da classe. Assinaram o comunicado os professores Jacintho Caraúna, Hugo Balthazar da Silveira, Alberto de Assis, Vicente Café, Severiano Salles, Antonio Guedes, Emilia Lobo Vianna, Amélia Bahia, Jovina Sena Moreira, Sidonia Alcantara¹⁰⁴.

¹⁰³ BPEB. Setor de Periódicos. Diário da Bahia, 19 de junho de 1918.

¹⁰⁴ BPEB. Setor de Periódicos. A Tarde, 9 de setembro de 1918

Após nove meses foi finalizada a greve do professorado público municipal da cidade de Salvador com conquistas importantes para aqueles profissionais. O fim da greve não foi o fim dos problemas para o professorado municipal. Em fevereiro de 1919 o professor Hugo Balthazar da Silveira encaminhou um protesto ao intendente queixando-se, novamente, da irregularidade nos pagamentos e que parte do pagamento dos vencimentos atrasados vinha com um desconto de 13%. Segundo o professor isso não foi acertado com a classe e não tinha sido assinado nenhum documento nesse sentido¹⁰⁵. Esse fato demonstra que o “caso do professorado municipal” ainda requer investigação para os anos posteriores.

¹⁰⁵ BPEB. Setor de Periódicos. O Imparcial, 14 de fevereiro de 1919.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo apresentar o professorado do ensino primário da cidade de Salvador e suas ações fora das suas salas de aula. Ao abordar o ensino primário público municipal na Primeira República soteropolitana deparei-me num entroncamento por onde passavam outros importantes assuntos como as disputas políticas, a situação financeira do município, os problemas enfrentados pela população como a carestia dos alimentos e dos alugueis, as estratégias adotadas para prover os meios de sobrevivência por aqueles que não tinham recursos financeiros, a situação da infância pobre e a as condições do trabalho das mulheres.

Foi essa possibilidade de abordar assuntos diversos através da trajetória de um grupo específico de trabalhadores que motivou o interesse em pesquisar sobre o professorado municipal da cidade de Salvador durante a Primeira República. Ao longo do texto foi demandado o esforço em demonstrar como a importância dada à instrução pública, pelo ao menos nos discursos, as relações de proximidade dos professores com as autoridades públicas, a situação de precariedade das escolas primárias municipais e as dificuldades financeiras enfrentadas pelo professorado aproximou esse grupo das questões políticas na cidade.

Foram tempos em que prevaleceram contradições no que se refere à instrução pública. Era, e ainda é, um serviço público tido como importante para formar as futuras gerações e com isso alcançar patamares mais elevados de desenvolvimento. Nos anos iniciais da República prevalecia o discurso que o atraso do país era devido a uma massa de analfabetos e o um povo sem instrução daí a importância para ofertar escolas para as crianças, o futuro da nação.

A contradição estava na forma que a oferta de escolas, a escolarização, foi realizada. Havia leis, regulamentos, exigências e até orçamentos, porém na prática a situação era sofrível. As escolas estavam instaladas em imóveis que iam de encontro aos discursos da higiene onde faltava tudo, inclusive móveis. Quanto aos professores o que se via eram homens e mulheres, na sua ampla maioria, recebendo péssimos salários e costumeiramente atrasados chegando ao cúmulo de mais de dois anos de sem vencimentos.

A situação de precariedade das escolas do ensino primário municipal da capital era admitida pelos administradores da cidade, o governo do estado, a imprensa tanto da situação como da oposição, a sociedade e os professores. Por isso quando a situação do ensino primário público sofria críticas quase sempre se fazia referência à situação financeira do município, as ações dos administradores municipais e do governo estadual. No período de domínio seabristas entre os anos de 1912 a 1924 isso se tornou mais constante.

Ao longo do trabalho demonstramos que a insatisfação do professorado acompanhou a deterioração das contas municipais, o acirramento das disputas políticas e a agitação popular. A greve do professorado municipal foi uma entre as muitas greves ocorridas na cidade nas primeiras décadas republicanas. Havia um clima de insatisfação principalmente por conta das questões salariais. Eram comuns as situações de atraso no pagamento de salários que já eram baixos tornando a vida da população de poder aquisitivo inferior muito difícil.

Diferente das maiorias das greves que tinham um caráter espontâneo, talvez sem maiores organização e planejamento, a greve do professorado não seguiu esse caminho apesar de que a motivação para paralisação das atividades tenha sido por razões financeiras como as ocorridas anteriormente com outros grupos de trabalhadores. A greve do professorado municipal foi um movimento organizado e planejado desde o seu início. Ao escolher a data de abertura do ano letivo para iniciar o movimento, ter uma reportagem publicada no jornal de oposição juntamente com a publicação de um manifesto elaborado por uma comissão já sugere uma organização para a greve.

Os passos seguintes envolvendo envio de correspondências para autoridades públicas como o Presidente da República, deputados, o senador Ruy Barbosa que naquele momento tinha se afastado de Seabra e a aproximação a Ernesto Simões Filho, dono do jornal A Tarde e ferrenho opositor de Seabra demonstram que a comissão de greve utilizou das rivalidades políticas do estado para dar visibilidade ao movimento. O governo e a intendência não reclamavam das reivindicações do professorado e até admitiam estarem em falta com os professores, porém demonstraram irritação com o que chamavam do uso político da situação.

A organização do professorado foi viabilizada por fatores importantes que colaboraram para espírito de solidariedade do grupo. A maioria dos professores que

participaram do movimento e os que integravam a comissão de greve já partilhavam experiências desde a Escola Normal. Quando a greve ocorreu em 1918 muitos daqueles professores já possuíam mais de duas décadas de experiências com ensino. As suas escolas eram próximas facilitando o encontro entre eles e a circulação de ideias. O lar era um espaço para troca de experiência e como foi demonstrado, era comum que mais de um familiar exercesse a docência em estabelecimento público.

A participação em eventos diversos foi outro fator para proximidade. As trocas de experiência e a reflexão sobre o seu trabalho ocorreram em momentos como as Conferências Pedagógicas e o Congresso de Instrução. A evidência mais forte dessa coesão foi a reação do grupo em greve contra a punição do colega Isauro Coelho. A pauta de reivindicação que tinha como exigência inicial o pagamento dos vencimentos atrasados ganhou o item referente à suspensão da punição ao professor Isauro Coelho.

O nível de escolaridade do professorado foi outro fator que favoreceu o grupo e contribuiu para pressionar o governo. Os professores com a sua habilidade na escrita e no discurso conseguiam abastecer os jornais com textos, depoimentos e entrevistas fazendo com que o tema da greve continuasse a ser assunto dos jornais baianos e da capital federal durante os nove meses.

A greve do professorado municipal não foi uma greve de motivação política e nem liderada por nenhum grupo político específico apesar de que políticos se aproximaram do movimento com intuito atacar adversários e angariar a simpatia dos professores. As fontes demonstram a participação e o apoio de Ernesto Simões Filho inclusive fazendo parte das reuniões com o professorado onde chegou a ser aplaudido pelos presentes. A ajuda do jornalista foi importante devido a cobertura do seu jornal ao movimento assim como fez o Diário da Bahia que era de propriedade do ex-governador Severino Vieira outro opositor de Seabra, porém não foi encontrado elementos que possam afirmar que aqueles professores estivessem sob liderança destes homens. Prefiro apontar para uso da situação de instabilidade política em benefício do movimento. As críticas publicadas pelos periódicos de oposição e as respostas manifestadas nos jornais governistas deram evidência ao movimento.

Durante a pesquisa não foi encontrado nenhum indício de contato do professorado municipal com outros grupos como anarquistas, comunistas que pudessem influenciar nas ações daqueles professores e professoras. No entanto não descarto a influência das agitações sociais na cidade de Salvador em 1917, a mobilização popular contra a carestia e o fim do primeiro governo de Seabra como motivadores para a ação dos professores.

O movimento daqueles profissionais do magistério municipal se desenvolveu a partir da necessidade de resolver a situação de falta de pagamento que estava empurrando muitos professores para uma condição de miserabilidade. Foi uma reação provocada pelo descaso das autoridades públicas que não acreditava que aqueles trabalhadores pudessem realizar uma greve. Essa percepção não era por uma possível incapacidade de mobilização daqueles homens e mulheres, mas porque se acreditava que os professores, por serem adeptos da disciplina e respeitadores da hierarquia, incorporados com “missão” de preparar o futuro da nação não se prestassem ao papel de grevistas. Porém como escreveu aqueles professores “há um limite máximo para tudo”.

Em 1923 o professor Alberto de Assis ao finalizar o seu texto na edição comemorativa do Diário Oficial da Bahia deixou uma provocação: “a questão do professorado municipal, em 1918, ainda não teve o seu historiador...”. Mesmo com as contribuições dadas ao tema ainda ficam perguntas para serem respondidas como as trajetórias das professoras após o ano da greve, a participação dos professores nos movimentos dos trabalhadores em 1919 ou como ficou a organização do professorado nos anos seguintes. São questões que precisam ser pesquisadas por historiadores.

LISTA DE FONTES

Constituição e Diário Oficial

Constituição do Estado da Bahia de 2 de julho de 1891. Bahia: Litho-Typographia Tourinho, 1891

Diário Oficial do Estado da Bahia: Edição comemorativa ao centenário da independência da Bahia 1923

Relatório da Intendência

MENDES, Antonio Pacheco. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal do Estado da Bahia**. Seção de obras do “ O Democrata”. Bahia. 1916.

Jornais

A Tarde (1912, 1918)

Democrata (1918)

Diário da Bahia (1912,1918)

Diário de Notícias (1913, 1916, 1918)

Estado de São Paulo (1918)

Gazeta do Povo (1912)

Gazeta de Notícias (1912)

Lanterna (1918)

O Imparcial (1918, 1919)

Recenseamento

Brazil. Ministério da Agricultura Indústria e Commercio. Recenseamento do Brazil. Rio de Janeiro. 1926, IV. 1º parte.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Alberto de. Instrução Primária na Bahia. In. Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia: Edição comemorativa ao centenário da independência da Bahia 1923*. Versão digitalizada. EGBA. 2007, p. 301-315
- BAHIA (Estado) *Constituição do Estado da Bahia promulgada em 2 de julho de 1891* Biblioteca Digital do Senado Federal Bahia: Litho-typ. Tourinho, 1891 <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/224181>
- BRANDÃO, Verônica de Jesus. *Práticas curriculares nas escolas públicas primárias: estudo das teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas em Salvador (1913-1915)*. Salvador: UNEB, 2012. (Dissertação de Mestrado)
- CARDOSO, Luiz Antonio F. *Entre vilas e avenidas: habitação proletária em Salvador, na Primeira República*. Salvador.UFBA.1991 (Dissertação de Mestrado).
- CARVALHO FILHO, Aloísio de. Jornalismo na Bahia: 1875-1960. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, nº. 82, 1958-1960, p. 17-27.
- CASTELLUCCI, Aldrin A. S. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). *Revista Mundos do Trabalho* (UFSC), v. 2, n. 4, ago.-dez. de 2010, p. 40-77.
- _____. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 131-166, 2005
- CAVALCANTE, Ian A. *Pela instrução dos filhos do povo: escolarização e cultura escolar na Salvador do pós-abolição, 1888-1906*. Niterói: UFF, 2015. (Dissertação de Mestrado em Educação).
- CONCEIÇÃO, Miguel Luiz da. *O aprendizado da liberdade: educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista*. Salvador. UFBA, 2007. (Dissertação de Mestrado em História)
- COSTA, Ana Alice A. Conceição, Héliida. Revolta dos resignados: a participação feminina na greve dos professores (1918/1919). In. SARDENBERG, Cecília et al. *Fazendo Gênero na Historiografia Baiana*. Salvador: NEIM/UFBA, 2001.
- CUNHA, Joaci de S. O roseiral e os espinhos: J.J. Seabra e a crise de sua supremacia política na Bahia. In. BACELAR, Jeferson; PEREIRA, Claudio (Org.) *Política, instituições e personagens da Bahia (1850-1930)*. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2013. p.145-177.
- DAMACENO, Rosânia Nunes. Breve notícias sobre o professor-autor Roberto Correia e o livro *Leitura para as Crianças*. In SANTANA, Elizabete Conceição et al. *A construção da escola primária na Bahia: O ensino Primário no Município de Salvador 1896-1929*. Salvador: EDUFBA, 2014, v. 3, p. 113-119.
- DE LUCA, Tania Regina. A grande imprensa no Brasil da primeira metade do século XX. *Brazilian Studies Association* (BRASA), Atlanta, Georgia, 2008, p. 27-29.
- DICK, Sara Martha. Processo histórico de feminização do magistério baiano. In: *Congresso Brasileiro de História da Educação*. Sergipe: SBHE. 2008. Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/246.pdf>. Acesso em 10 out. 2016

FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *Educação & Realidade*, v. 29, n. 2, 2004, p. 179-200.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na belle époque imperfeita*. Salvador: UFBA, 1993. (Dissertação de Mestrado em História).

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas. Editora UNICAMP. 2006

FRANCA, Alípio. *Memória Histórica*. 1836 a 1936. Escola Normal da Bahia. Bahia: Imprensa Oficial do Estado. 1936.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anticivilidade em um contexto de modernização urbana*. Salvador 1912/1916. Salvador.UFBA. 1996

_____. *A rainha destronada: discursos das elites letradas sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Feira de Santana. Editora da UEFS, 2012.

LIMA, Deborah Kelman de. *O banquete espiritual da instrução: O Ginásio da Bahia, Salvador, 1895-1945*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

LUZ, José Augusto Ramos da. *Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928)*. Salvador: UFBA, 2009. (Tese de Doutorado).

_____. Educação, progresso e infância na Salvador republicana: percursos históricos. In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos de A. (orgs.). *História da Educação na Bahia*. Salvador: Arcádia, 2008, p.233-266.

_____. Educação, progresso e disciplina na Salvador republicana: a criança como ponto de partida. *Candombá - Revista Virtual*, v. 1, n. 1. Salvador. jan – jun 2005, p. 33 – 42

MAIA, José Nelson Bessa; SARAIVA, José Flávio Sombra. A paradiplomacia financeira no Brasil da República Velha, 1890-1930. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 55, n. 1, p. 106-134, 2012.

MEIRELES, Edilton. *J.J. Seabra, sua vida, suas obras*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia. 2013

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio et al. *O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro, v.2. 2004, p.259-292.

NEGRO, Antonio Luigi; BRITO, Jonas. Mãe parálitica no teatro das oligarquias?: o papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite. *Varia historia*, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p. 863-887, set/dez 2013. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752013000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de junho 2016.

NUNES, Antonietta D'Aguiar. A Tentativa de Universalização do Ensino Básico na Bahia com a Proclamação da República. *Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade*, v. 6, n. 5, 2007.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Edufba, 2007

NASCIMENTO, Lília de Jesus. Antonio Bahia da Silva Araújo: suas ideias sobre organização, planejamento e gestão do ensino municipal. In: SANTANA, Elizabete Conceição et al. *A construção da escola primária na Bahia: guia de referências temáticas nas leis de reforma e regulamentos, 1890-1930*. Salvador: EDUFBA, 2011, p.99-111.

PINHEIRO, Israel. A política na Bahia: atrasos e personalismos. *Ideação*, Feira de Santana, n.4, p.49-78, jul-dez 1999.

PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*. Salvador: EDUFBA, 2011.

REIS, Meire Lúcia Alves dos. *A Cor da Notícia: Discurso sobre o negro na imprensa baiana – 1888-1937*. Salvador. UFBA.2000. (Dissertação de Mestrado em História)

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à revolução de 1930*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2013, p. 89-120.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *A educação e suas relações com a moral*. Bahia.1915

RODRIGUES, Rogério Rosa. Filho ingrato: Rui Barbosa e a campanha civilista na Bahia. In: Dilton Oliveira de Araújo; Maria José Rapassi Mascarenhas. (Org.). *Sociedade e relações de poder na Bahia: séculos XVII-XX*. Salvador: EDUFBA, 2014, v. 1, p. 233-256.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Movimentos sociais e meios de comunicação na Bahia (1917-1921). *Cadernos do CEAS*. Salvador, mai. -jun., 1979, p. 30-43.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República*. Salvador: Edufba, 1998.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001

SANTANA, Elizabete. C. COSTA, Natalli Soeiro. Progressos e retrocessos da escolarização obrigatória na escola primária do município de Salvador entre 1896 e 1927. In: SANTANA, Elizabete Conceição et al. *A construção da escola primária na Bahia: O ensino Primário no Município de Salvador 1896-1929*. Salvador: EDUFBA, 2014, v. 3, p. 31-57

SANTANA, Elizabete Conceição et al. *A construção da escola primária na Bahia : guia de referências temáticas nas leis de reforma e regulamentos, 1890-1930*. Salvador : EDUFBA, 2011.(Coleção memória da educação na Bahia ; v. 2). CD ROM.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do povo: sobrevivência e tensão – Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2001.

_____. Crescimento urbano e habitação em Salvador (1890-1940). *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, v. 3, n. 1, 2008, p. 21-29.

_____. *Casa e balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)*. Salvador. EDUFBA, 2009.

_____. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: Um Grupo de Pressão*. Salvador. Assembleia Legislativa da Bahia, Associação Comercial da Bahia, 2011.

SARMENTO, Silvia Noronha. *A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador: EDUFBA, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem, ilusões do progresso. In: *Historia da Vida Privada no Brasil*, v.3: República: da Belle Epoque a era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia-1870 a 1890*. São Paulo: PUC-SP, 2006 (Tese de Doutorado)

_____. *Prover as aulas, regular o tempo: uma leitura sobre a cultura escolar na Bahia oitocentista*. In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos de A. (orgs.). *História da Educação na Bahia*. Salvador: Arcádia, 2008, p.161-196

SOUZA, Jacó dos Santos. *Vozes da Abolição: escravidão e liberdade na imprensa abolicionista cachoeirana (1887-1889)*. Santo Antonio de Jesus. UNEB.2010. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Maria Conceição B. da Costa e Silva. *O ensino Primário na Bahia: 1889-1930*. Salvador: UFBA, 1997. (Tese de Doutorado)

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Editora UNESP: Salvador: EDUFBA, 2008

_____. *História da Bahia*. Centro Editorial e Didático da UFBA. Salvador. 1974

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa 1: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. *Algumas Observações sobre Classe e "Falsa Consciência"*. Trad. Antonio Luigi Negro. In: SILVA, Sergio; NEGRO, Antonio Luigi (Org.). *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2012, p. 269-281.

VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim: crônicas de costumes*. Salvador: FG, 2000.

VIEIRA, Débora Magali Miranda. Representações da docência nos escritos dos professores na Revista do Ensino Primário. In: SANTANA, Elizabete Conceição et al. *A construção da escola primária na Bahia: O ensino Primário no Município de Salvador 1896-1929*. Salvador: EDUFBA, 2014, v. 3, p. 123-133.

VINAGRE. Shirley Alves da Silva. *A obrigatoriedade escolar na Bahia (1870-1899)*. Salvador; UNEB, 2014 (Dissertação de Mestrado).

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

ZÓZIMO, Álvaro. *Sempre a serviço da educação: uma experiência de vida de mais de 80 anos*. [s.l.]: edição do autor. 2000.